
RELATÓRIO ANUAL

2025

**ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de
Portugal**

Av. D. Carlos I, 126, 9.º andar | 1200-651 Lisboa

Tel. +351 213 244 500 | dn@acapo.pt | www.acapo.pt

Conteúdo

PRINCIPAIS SIGLAS	4
I. INTRODUÇÃO	8
1. Nota Introdutória	8
2. Contexto de Atuação	14
II. REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	18
3. Atuação Nacional, Regional e Local	21
4. Atuação Internacional	42
III. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	57
5. Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social	59
6. Apoio à Vida Independente	67
7. Apoio ao Emprego e Formação Profissional	80
8. Prestação de Serviços à Comunidade	86
8.1. Sensibilização, Consultoria e Formação para a Comunidade	86
8.2. Produção Documental	93
IV. ORGANIZAÇÃO INTERNA	96
9. Dinâmica Associativa	96
10. Comunicação e Visibilidade	104
11. Parcerias	110
12. Projetos	113
13. Recursos Humanos	118
14. Infraestrutura e Equipamentos	127

15. Situação Financeira e Patrimonial	129
15.1. Situação Financeira	130
15.2. Situação patrimonial	138
16. Desenvolvimento e Melhoria	142
V. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	146
17. Unidade de Equipamentos e Serviços Tiflotécnicos	146
18. Sociedade de Apostas Sociais	147
VI. Conclusão	148

PRINCIPAIS SIGLAS

Na tabela infra, encontram-se siglas que estão mencionadas ao longo da leitura deste documento. Na 1.^a coluna da tabela encontra-se a sigla e na 2.^a coluna encontra-se a respetiva definição.

Tabela 1: Lista de siglas encontradas ao longo do documento e respetivas definições	
Sigla	Definição
ACAPO	Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
ADV	Aliança para a Deficiência Visual
AG	Assembleia Geral
AMT	Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
ATM	Automated Teller Machine (caixa automática)
BdP	Banco de Portugal
CAARPD	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência
CAPA	Comissão de Acompanhamento de Produtos de Apoio
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CFJ	Conselho Fiscal e de Jurisdição

CIB	Conselho Iberoamericano do Braille
COST	European Cooperation in Science and Technology
CPD	Centro de Produção Documental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAEFP	Departamento de Apoio ao Emprego e Formação Profissional
EMPA	Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades
ENIPD	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência
EQUASS	European Quality in Social Services
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
GAOC	General Assembly Organising Committee
GS ONCE	Grupo Social ONCE
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS	Instituto da Segurança Social
LEGO	LEGO Group
MAVI	Modelo de Apoio à Vida Independente
Me-CDPD	Mecanismo de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
NAPPA	Núcleo de Acompanhamento da Prescrição de Produtos de Apoio
ODDH	Observatório da Deficiência e Direitos Humanos
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PcDV	Pessoas com Deficiência Visual
PIAP	Plano Individualizado de Assistência Pessoal
RIRI	Departamento de Representação Institucional e Relações Internacionais
SAPA	Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio
SAS	Sociedade de Apostas Sociais
SAVI	Serviço de Apoio à Vida Independente
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade

TPA	Terminal de Pagamento Automático
UCLP	União dos Cegos de Língua Portuguesa
UEC	União Europeia de Cegos
UMC	União Mundial de Cegos
WBU	World Blind Union

[\[Voltar ao índice\]](#)

I. INTRODUÇÃO

Nesta primeira seção do Relatório de Atividades da ACAPO, poderemos encontrar uma nota introdutória, que sistematiza o conteúdo do relatório e destaca alguns elementos mais relevantes da nossa atuação em 2025, bem como uma contextualização, essencial para perceber, nos capítulos subsequentes, o que afetou, segundo a nossa visão, o ano de 2025 na vida da ACAPO.

Para uma leitura mais focada, recomendamos que este relatório seja encarado como um documento de consulta. Aqueles que desejarem alcançar uma visão de conjunto poderão ler, sobretudo, a nota introdutória, o contexto de atuação e a conclusão. Em função dessa leitura, e para elementos mais aprofundados em função do interesse de cada um dos leitores deste documento, poderão em seguida ler as secções que para si sejam mais relevantes, onde encontrarão um relato mais pormenorizado, ainda que sintético, do que fizemos nesse capítulo e do impacto que isso teve.

1. Nota Introdutória

O ano de 2025 representa, para a ACAPO, o início de um novo ciclo associativo e institucional. Após as eleições internas realizadas no final de 2024, este foi o primeiro ano de exercício de um novo mandato dos órgãos sociais, num contexto simultaneamente marcado pela renovação interna da organização e por um enquadramento político e legislativo particularmente exigente. Foi, por isso, um ano de afirmação estratégica: um ano em que procurámos consolidar o trabalho realizado em períodos anteriores, reforçar a capacidade institucional da Associação e afirmar, de forma clara, o papel da ACAPO enquanto principal organização representativa das pessoas cegas e com baixa visão em Portugal, o que implica ouvi-las e transformar as suas preocupações em propostas e soluções concretas, com impacto na construção da sociedade inclusiva que almejamos.

Mais do que um simples registo das atividades realizadas, o presente relatório procura oferecer uma leitura estratégica da forma como estes diferentes elementos se articularam ao longo do ano. A sua elaboração resulta do contributo das Delegações e Núcleos da ACAPO, bem como das diversas áreas de intervenção da organização, procurando refletir a diversidade das experiências locais e a visão integrada da atuação da Associação.

Assim, o que o leitor encontrará nas páginas seguintes não é apenas uma listagem de iniciativas, mas antes uma interpretação institucional do percurso da ACAPO ao longo de 2025, procurando evidenciar os progressos alcançados, os desafios identificados e as oportunidades que se colocam para o futuro.

Para facilitar a leitura do documento, esta introdução apresenta uma síntese enquadradora do que foi o ano de 2025, enquanto os capítulos seguintes aprofundam cada uma das áreas de atuação da ACAPO.

Na Parte II, analisamos a atividade desenvolvida no domínio da representação de interesses, tanto a nível local como nacional e internacional.

Na Parte III, são apresentados os relatos do que fizemos, em 2025, nas diversas respostas e serviços prestados pela ACAPO, incluindo o atendimento, acompanhamento e reabilitação social, o apoio à vida independente, o emprego e formação profissional e os serviços prestados à comunidade.

Na Parte IV, abordamos a organização interna da Associação, incluindo a dinâmica associativa, a comunicação institucional, as parcerias e projetos, os recursos humanos, as infraestruturas e equipamentos e a situação financeira e patrimonial.

Segue-se uma breve secção dedicada às participações societárias da ACAPO e, por fim, uma conclusão que sintetiza os principais ensinamentos do ano e aponta os desafios que se colocam à organização no futuro próximo. Se quisermos sintetizar o que foi 2025 para a ACAPO, poderemos afirmar que foi um ano em que a Associação procurou reforçar três

dimensões fundamentais da sua atuação: a capacidade de representar os direitos e interesses das pessoas com deficiência visual e de projetar essa representação nos espaços de decisão pública, a capacidade de melhorar as respostas concretas às necessidades das pessoas que nos procuram e a capacidade de fortalecer a própria organização, preparando-a para os desafios que se colocam já hoje e para os que projetamos que se venham a colocar no futuro.

Ao longo do ano, mantivemos uma intervenção institucional ativa e consistente. Participámos em 9 plataformas interinstitucionais relevantes, assumimos 6 posições institucionais públicas em matérias diretamente relacionadas com os direitos das pessoas com deficiência visual e promovemos 7 iniciativas informativas e de auscultação dirigidas aos nossos Associados, reforçando a proximidade entre a organização e a comunidade que representamos.

Paralelamente, a atividade de divulgação institucional registou 34 ações de comunicação, contribuindo para ampliar a visibilidade do trabalho desenvolvido pela ACAPO.

No domínio da participação e auscultação da comunidade, merece particular destaque o questionário nacional sobre a perceção da representação institucional da ACAPO, que recolheu 355 respostas válidas, mais do dobro das obtidas no ano anterior. Este crescimento expressivo da participação constitui um sinal relevante de envolvimento associativo e reforça a importância de continuar a aprofundar mecanismos de escuta ativa junto das pessoas com deficiência visual.

Ao nível internacional, participámos na Cimeira mundial da Cegueira, que coincidiu com a reunião da Assembleia Geral da WBU (World Blind Union), a União Mundial de Cegos, da qual saiu reforçado o papel do sul global no movimento de pessoas com deficiência visual, com o brasileiro Moisés Bauer Luís, portanto, um falante de Português, a ocupar o cargo de Secretário Geral da União Mundial de Cegos, o que promete novas possibilidades de atuação e de reforço do Português como língua para o desenvolvimento e empoderamento do movimento associativo mundial de pessoas cegas. O ano de 2025 ficou igualmente marcado por algumas iniciativas particularmente simbólicas e estruturantes para a atividade da ACAPO. Importa destacar, desde logo, a participação nas comemorações internacionais do bicentenário do

nascimento de Louis Braille, em que abrimos o ano com a realização de um evento internacional dedicado à promoção da literacia e do acesso à informação em Braille, no quadro do trabalho regular que vimos mantendo com o CIB (Conselho Iberoamericano do Braille). Importa igualmente sublinhar o trabalho desenvolvido no domínio da promoção de eleições acessíveis, através de ações de sensibilização, produção de conteúdos acessíveis e disponibilização da matriz de voto em Braille, contribuindo para reforçar a participação cívica das pessoas com deficiência visual, mas também o intenso trabalho de auscultação, e de difusão de informação, decorrente da entrada em vigor da chamada Diretiva de Acessibilidade a Produtos e Serviços, com impacto na acessibilidade para as pessoas com deficiência visual dos produtos e serviços como os sistemas bancários ou o meio televisivo.

Destaca-se ainda o continuar do crescimento da Aliança para a Deficiência Visual, a dinamização de dois dos três grupos de autorrepresentação previstos, e a incorporação da perspetiva das próprias pessoas com deficiência nos contributos que a ACAPO tem dado no quadro de temáticas como o acesso à cultura, ou a acessibilidade de produtos e serviços bancários ou de transportes. De resto, na área dos transportes, é ainda de salientar o envolvimento de duas Delegações da ACAPO em projetos que visam melhorar os sistemas de transporte existentes, designadamente a intervenção da Delegação de Coimbra no teste e implementação do Metro Mondego e da Delegação de Lisboa no teste do piloto do projeto Wayfinding, na Gare do Oriente.

Ao nível da prestação de serviços, destaca-se um novo recorde de pessoas atendidas pelos nossos CAARPD, totalizando 1443 no ano de 2025, 25% dos quais novas pessoas que procuram a ACAPO. Claro que para estes números contou a entrada em funcionamento, na primeira metade do ano, do CAARPD da nossa Delegação de Aveiro, um sonho antigo que esta Direção conseguiu materializar. Fruto da reestruturação em curso nas diversas equipas, é de destacar também que a ACAPO passou a disponibilizar, em mais locais, apoio no domínio da comunicação acessível, incluindo-se aqui tanto o ensino da leitura e escrita através do Sistema Braille como igualmente através das tecnologias de apoio.

No quadro da assistência pessoal, e apesar de algumas flutuações na execução, foi também possível garantir o cumprimento das metas contratualmente fixadas, ainda que não se tenha conseguido alargar o número de horas de assistência pessoal prestadas.

Quanto aos domínios do apoio ao emprego e formação profissional, a dinâmica do Departamento que prossegue esta vertente centrou-se, em 2025, num trabalho de maior proximidade com a comunidade, ainda que tal não tenha ocorrido com a intensidade nem com a facilidade que desejaríamos, dados os constrangimentos de recursos que afetam esta vertente da nossa atuação. Foram, todavia, lançados alicerces para novos projetos com maior abrangência territorial, a concretizar em 2026.

Importa ainda destacar, no quadro dos serviços prestados à comunidade, uma nova dinâmica, que começa já a traduzir-se em resultados práticos. Esta dinâmica passa pela constituição de uma bolsa com mais de 100 inscritos, todos eles pessoas com deficiência visual, que se disponibilizaram para testar um amplo leque de produtos e serviços no que concerne à sua acessibilidade, corporizando o princípio “nada sobre nós sem nós”, e permitindo à ACAPO responder de forma mais eficaz às solicitações que continuam a crescer.

No plano organizacional, foi iniciado o processo de reforço da capacidade e da resposta da base de dados de associados, focando-a na melhoria do relacionamento com cada um dos nossos Associados e na disponibilização de informação estrategicamente relevante para a tomada de decisões e para o conhecimento mais aprofundado da população com deficiência visual que representamos. Merece igualmente destaque a maior disponibilização de informação de âmbito nacional em formatos como Braille e caracteres ampliados.

Quanto à forma como comunicamos e à visibilidade que isso acarreta para a ACAPO, são de destacar iniciativas que promovem o envolvimento, como o Encontro de Parceiros, ou a inovação que trouxemos a iniciativas como a comemoração do Aniversário da ACAPO, que no ano de 2025 contou pela primeira vez com o recurso de audiodescrição. Ao mesmo tempo, o redesenho da forma de comunicar, sobretudo nas redes sociais, trouxe-nos maior impacto e promoveu o sentido de pertença a uma ACAPO que é de todos nós.

2025 foi igualmente marcado por um reforço significativo das equipas técnicas em áreas estratégicas da Associação, muito impulsionado pela entrada em funcionamento do CAARPD de Aveiro, há muito ansiado e que, sem dúvida, vem ampliar a implantação territorial da presença da ACAPO e reforçar a capacidade de resposta junto das pessoas com deficiência visual naquela região, para além de se constituir como mais um veículo de apoio à promoção da atividade associativa e de representação de interesses para a nossa Delegação de Aveiro, que há muito tem trabalhado e sonhado com esta resposta.

Mantendo as pessoas no centro de tudo o que fazemos, e valorizando aqueles que trabalham para a nossa casa e para a nossa causa, foram reforçados os benefícios aos colaboradores, como a possibilidade de beneficiarem de um plano de saúde, tendo-se igualmente procedido a uma primeira reavaliação da estrutura interna de carreiras por forma a torná-la mais justa e mais atrativa, ao mesmo tempo que se implementou, em definitivo, a formação inicial de todos os colaboradores da ACAPO, e se melhorou a formação contínua. Ao nível do controlo de assiduidade, foi introduzido um mecanismo de controlo baseado em sistemas biométricos que permite maior controlo, maior justiça e uma plena acessibilidade para todos, desmaterializando um conjunto de funções instrumentais e, com isso, permitindo que as pessoas de toda a organização se concentrem no que faz a diferença e menos em processos de reporte burocrático.

Mas não podemos esquecer igualmente o reapetrechar de recursos ao nível tecnológico, centrado sobretudo no parque informático e no software que o suporta, permitindo melhores soluções e um trabalho mais confortável e, portanto, profícuo para quem trabalha e para quem dele beneficia.

De tudo isto, e de muito mais, poderão aqueles que lerem este relatório tomar conhecimento nas muitas páginas que se seguem, num relatório que reconhecemos extenso mas que, ainda assim, entendemos espelhar, com rigor, a atividade estratégica que a ACAPO desenvolveu ao longo do ano de 2025, e que, assumamos, se torna cada vez mais desafiante resumir no espaço temporal de que dispomos, estatutariamente, para elaborar o presente instrumento.

[\[Voltar ao índice\]](#)

2. Contexto de Atuação

A atividade desenvolvida pela ACAPO ao longo de 2025 foi influenciada por um conjunto de fatores internos e externos que condicionaram o enquadramento em que a organização prosseguiu a sua missão.

Do ponto de vista interno, o elemento mais estruturante foi o início de um novo mandato dos órgãos associativos. Este momento marcou o arranque de um novo ciclo institucional, caracterizado por um processo de renovação e reforço de algumas áreas da organização e por um esforço deliberado de consolidação das suas capacidades técnicas e operacionais, mas também, com bastante pertinência para a dinâmica estratégica, com a renovação de alguns quadros dirigentes, essencial para abrir ainda mais a perspetiva de condução dos destinos da nossa Associação.

Importa destacar, neste contexto, o reforço significativo dos quadros técnicos da ACAPO, particularmente nas respostas de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, bem como no Departamento de Representação Institucional e Relações Internacionais. Este reforço traduz a crescente complexidade dos desafios que se colocam à defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual e a necessidade de dotar a organização de recursos adequados para responder a essas exigências.

Não podemos, contudo, deixar de referir que o ano foi igualmente marcado por alguns processos de transição em determinadas equipas e áreas da organização, designadamente nos domínios das acessibilidades, da produção documental e da gestão financeira e patrimonial. Estes processos exigiram um esforço acrescido de reorganização e de adaptação, que foi sendo progressivamente consolidado ao longo do ano, nem sempre da forma que ambicionámos, nem sempre com o impacto que pretendíamos, mas sempre estrategicamente orientado para a renovação e aumento da capacidade de resposta da ACAPO. Por vezes, e

por muito que nos custe, é preciso retroceder um pouco para consolidar o avanço, para que este possa produzir resultados a mais longo prazo.

Ao nível da expansão territorial da resposta da ACAPO, importa destacar a entrada em funcionamento do CAARPD de Aveiro, reforçando a presença da Associação naquela região e contribuindo para aproximar ainda mais a organização das pessoas com deficiência visual. Iniciou-se também o redesenho das estruturas essenciais das respostas sociais, num processo de reflexão iniciado na sequência de um contributo do órgão de fiscalização e de jurisdição da ACAPO, que a Direção Nacional tem realizado em estreita envolvência com os órgãos executivos locais por ser matéria sobretudo de carácter executivo, e que só começará a produzir frutos efetivos em 2026. Nesse processo, queremos sobretudo que a ACAPO saia reforçada não só ao nível do que presta e de como presta, para diminuir as assimetrias entre as pessoas com deficiência visual das diversas regiões do país, ao mesmo tempo que se incorporam as especificidades de cada região, mas também que a dinâmica da participação associativa e da representação de interesses de base local saiam ainda mais reforçadas. Sentimos que o pendor da atividade da ACAPO tem estado assimetricamente mais voltado para os serviços que prestamos, muitos deles resultantes da assunção de compromissos que são, em primeira linha, do Estado português, sendo fundamental reencontrarmos, valorizarmos e promovermos a nossa dinâmica de base associativa, reforço esse que só se consegue com o estreito envolvimento e empoderamento das estruturas locais, e com a promoção da sua participação efetiva, com uma palavra forte e fundamentada, nas decisões de toda a ACAPO.

No domínio do emprego e formação profissional, a ACAPO manteve igualmente a sua posição enquanto único Centro de Recursos credenciado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional para a área da deficiência visual. Este facto constitui simultaneamente um reconhecimento da competência técnica da Associação e uma responsabilidade acrescida no apoio à inclusão profissional das pessoas cegas e com baixa visão.

Outro elemento relevante do contexto interno foi o processo de modernização tecnológica da organização. Ao longo do ano foram consolidadas diversas ferramentas de suporte à gestão e

ao funcionamento da ACAPO, incluindo a plataforma Salesforce, que começa a ser preparada não apenas para gerir melhor a relação associativa, mas também para permitir suporte a outras atividades operacionais como as da prestação de serviços, os sistemas de controlo de assiduidade baseados em relógio biométrico, a atualização do software de produtividade e a renovação progressiva do parque informático. Estas medidas contribuíram para melhorar a eficiência organizacional e para reforçar a capacidade de gestão integrada da informação e da atividade.

No plano externo, o ano de 2025 ficou marcado por um contexto político particularmente dinâmico. A nova queda do Governo e a recomposição da Assembleia da República, as eleições regionais na Madeira e as eleições autárquicas introduziram um período de instabilidade institucional que teve impacto na previsibilidade dos processos legislativos e administrativos, com diversas iniciativas a serem abandonadas ou colocadas em espera.

Importa ainda destacar as alterações verificadas no quadro legal relativo às acessibilidades, matéria que assumiu particular relevância ao longo de 2025 dado o impacto ao nível da acessibilidade da informação e comunicação provocado pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 82/2022, relativo à acessibilidade de produtos e serviços. A análise de propostas legislativas, a participação em processos de consulta pública e o diálogo com diversas entidades públicas e privadas mobilizaram uma parte significativa da atividade institucional da ACAPO, sendo que por isso mesmo foi necessário reforçar também os mecanismos de auscultação das pessoas com deficiência visual, garantindo que, nesta época de transformação, “nada sobre nós sem nós” é cada vez mais um mote com significado útil.

Mantivemos o foco na projeção do contributo da Aliança para a Deficiência Visual, a qual já em 2025 contribuiu em áreas tão estruturantes como a educação ou a formação profissional.

Neste contexto, marcado simultaneamente por renovação interna e por desafios externos relevantes, a ACAPO procurou afirmar-se como um interlocutor ativo e responsável na defesa

dos direitos das pessoas com deficiência visual, reforçando a sua presença nos espaços de decisão e aprofundando o diálogo com a comunidade que representa.

[\[Voltar ao índice\]](#)

II. REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

Em 2025 a ACAPO manteve o seu compromisso de representar e dar voz às pessoas com deficiência visual, sempre orientada pelo lema “Nada sobre nós sem nós”, garantindo que cada decisão estratégica é tomada com base nos contributos dos Associados, assegurando que a ACAPO atua como protagonista da sua própria voz coletiva. O ano foi marcado pela renovação interna e desafios externos. Após as eleições internas do final de 2024, uma nova equipa assumiu funções na ACAPO, trazendo mudanças significativas na organização e na forma de atuar.

No Departamento de Representação Institucional e Relações Internacionais (RIRI), a reestruturação e a introdução de novos recursos permitiram implementar uma abordagem mais focada e sistemática da representação, baseada num ciclo contínuo de atuação que integra a escuta das bases, a análise e definição de posições, a informação e mobilização dos Associados, a representação junto de entidades externas e a prestação de contas, garantindo que a auscultação alimenta constantemente a análise, as posições institucionais e a avaliação das ações.

Para reforçar a auscultação, foram adotadas novas ferramentas, como questionários de satisfação, questionários online temáticos e a criação de um novo canal direto de comunicação sobre esta matéria, materializado no endereço eletrónico representamos@acapo.pt. Paralelamente, a comunicação sobre os resultados e iniciativas foi intensificada através de uma participação mais regular em newsletters, partilha de dados sobre questionários e sessões de esclarecimento, desde logo com todos aqueles que participam nas nossas iniciativas. Contribuímos assim não só para informar os Associados, mas também avaliar o impacto das ações e para recebermos diretamente feedback do que fazemos e do que podemos fazer, contribuindo para um envolvimento mais ativo dos nossos representados em linha com as recomendações do CFJ que haviam sido formuladas no parecer relativo ao programa de ação deste ano.

Mas a renovação não se limitou ao plano interno. O ano de 2025 ficou marcado por um ciclo particularmente intenso de renovação institucional, tanto a nível nacional como internacional, que exigiu da ACAPO um acompanhamento próximo de processos políticos, legislativos e organizacionais com impacto direto nos direitos das pessoas com deficiência visual

A nível nacional, este ano foi também marcado por uma renovação externa particularmente exigente, que implicou a preparação e o acompanhamento de quatro processos eleitorais em Portugal, absorvendo uma parte significativa da atividade deste Departamento. Referimo-nos às eleições legislativas no continente e na Região Autónoma da Madeira, às eleições autárquicas realizadas a nível nacional e à preparação das eleições presidenciais, que tiveram lugar logo no início de 2026. Este contexto eleitoral intenso exigiu um acompanhamento atento e contínuo, com o objetivo de garantir que as condições de participação cívica das pessoas com deficiência visual fossem respeitadas, nomeadamente no que respeita à acessibilidade dos processos e materiais eleitorais.

A par deste contexto, 2025 ficou igualmente marcado pela entrada em vigor do novo Decreto-Lei das Acessibilidades a produtos e serviços, tema que assumiu um papel central na atividade desenvolvida pela ACAPO ao longo do ano. A relevância desta matéria refletiu-se no elevado número de pedidos de reuniões e pareceres dirigidos à ACAPO por parte de diferentes entidades públicas e privadas diretamente envolvidas neste processo, exigindo uma participação ativa e continuada na análise e discussão das medidas a implementar.

Neste contexto, podemos afirmar que, no conjunto dos direitos que representamos e defendemos, os temas da cidadania e da acessibilidade concentraram grande parte do trabalho desenvolvido por esta área a nível nacional, reforçando o papel da ACAPO enquanto interlocutor relevante na defesa dos direitos das pessoas cegas e com baixa visão.

No plano internacional, a renovação constituiu igualmente um conceito-chave. Em 2025 realizou-se o processo de renovação da direção da União Mundial de Cegos (UMC), por

ocasião da sua 11.^a Assembleia Geral. Neste contexto, destaca-se o papel da ACAPO tanto na comissão organizadora responsável pela preparação deste evento, como durante a sua realização, contribuindo para o reforço da cooperação e da articulação entre os países de língua portuguesa no seio desta organização. É ainda de salientar um predomínio, nos novos órgãos diretivos, do designado Sul global, sendo de relevo destacarmos a eleição, para a posição de Secretário-Geral, de um falante de português, o brasileiro Moisés Bauer Luís.

Por outro lado, antecipando o processo de renovação da direção da União Europeia de Cegos (UEC), que terá lugar na sua 13.^a Assembleia Geral e reconhecendo o sucesso da organização da sua anterior Assembleia Geral, realizada em Lisboa, em 2024, a ACAPO foi convidada a integrar a comissão organizadora da próxima Assembleia Geral, juntamente com os países anfitriões e com a direção desta plataforma.

A renovação refletiu-se também no reforço da cooperação internacional, com iniciativas como o projeto “Braille na Lusofonia” e o relançamento da União dos Cegos de Língua Portuguesa (UCLP), que contribuíram para dinamizar esta plataforma e reforçar o empoderamento das organizações que a integram, consolidando simultaneamente o papel da ACAPO na promoção de redes de cooperação no espaço lusófono.

Por último, importa destacar o evento com que a ACAPO iniciou o ano de 2025. No ano em que se assinala o bicentenário do nascimento de Luís Braille, coorganizámos, nos dias 3 e 4 de janeiro, um evento híbrido na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no âmbito da nossa participação no Conselho Ibero-americano do Braille. Esta iniciativa constituiu um momento relevante de reflexão e partilha sobre o papel do sistema Braille na promoção da literacia, da inclusão e do acesso à informação para pessoas com deficiência visual, marcando simbolicamente o início de um ano dedicado à valorização deste importante legado.

3. Atuação Nacional, Regional e Local

A continuidade do trabalho de representação de interesses desenvolvido pela ACAPO concretiza-se em diferentes níveis, nacional, regional e local que, embora distintos, se complementam e se reforçam mutuamente. Esta abordagem permite ajustar a atuação às diversas esferas de decisão e influência, garantindo uma defesa consistente e eficaz dos direitos das pessoas cegas e com baixa visão.

Dessa forma, a atuação da ACAPO em diferentes níveis territoriais contribuiu para fortalecer a proximidade com os Associados, ampliar a sua participação e assegurar que a sua voz continue a estar presente nos espaços onde se definem políticas e decisões com impacto direto na sua vida.

Objetivo n.º 1: Acompanhar a produção legislativa e as normas administrativas com incidência em áreas relevantes para a deficiência e intervir sempre que esta não respeite os direitos e interesses das pessoas com deficiência visual

Ao longo de 2025, a atuação do Departamento de Representatividade Institucional e Relações Internacionais (RIRI) da ACAPO integrou diversas ações estratégicas orientadas para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual e para o reforço da presença institucional da ACAPO.

A intervenção desenvolvida baseou-se numa abordagem estruturada e sistemática da representação, assente num ciclo contínuo de atuação que integra quatro dimensões principais: escuta das bases associativas, análise e definição de posições institucionais, informação e mobilização dos Associados e representação junto de entidades externas, complementadas por ações de divulgação e prestação de contas. Este modelo de atuação permite assegurar que as preocupações recolhidas junto dos Associados alimentam permanentemente a análise interna, a definição de posições públicas e a avaliação das iniciativas desenvolvidas pela ACAPO.

No âmbito da escuta das bases, foram realizadas 3 auscultações temáticas, centradas em matérias particularmente relevantes para as pessoas com deficiência visual: a acessibilidade ferroviária, o regime de gratuitidade do bilhete de acompanhante em eventos culturais e desportivos e a acessibilidade bancária, no âmbito do diálogo com o Banco de Portugal. Estes momentos permitiram recolher contributos diretos dos Associados e apoiar a formulação das posições institucionais da ACAPO.

No plano da análise e definição de posições institucionais, a ACAPO assumiu 6 posições públicas ao longo de 2025. Entre estas destacam-se a nota de repúdio intitulada “*Nada sobre nós sem voz*”, divulgada a 14 de fevereiro de 2025, e o comunicado emitido a 27 de junho de 2025, através do qual a ACAPO apelou à implementação plena da nova norma europeia de acessibilidade. Foram igualmente apresentados contributos e tomadas de posição em diversos processos relevantes, designadamente na consulta pública da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes sobre acessibilidade rodoviária, na proposta de lei relativa à gratuitidade do acompanhante, no reforço da acessibilidade bancária em Portugal e na comunicação dirigida aos Grupos Parlamentares sobre o exercício do voto mais autónomo com a Matriz do voto em Braille por pessoas com deficiência visual.

No domínio da promoção da participação cívica e eleitoral, foram também desenvolvidas ações de consciencialização junto de partidos políticos e no âmbito do Grupo de Trabalho para as Eleições Acessíveis, com o objetivo de garantir que a propaganda eleitoral e os processos eleitorais fossem mais acessíveis às pessoas com deficiência visual. Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se a produção de conteúdos informativos acessíveis, incluindo vídeos informativos, bem como a disponibilização da Matriz do Voto em Braille nas eleições Legislativas, contribuindo para reforçar a autonomia e a participação eleitoral.

Paralelamente, assegurámos a nossa participação em diversos espaços de representação institucional, registando presença em 9 estruturas e iniciativas relevantes, entre as quais a CAPA (Comissão de Acompanhamento de Produtos de Apoio), que monitoriza a execução

global do SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio), as comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, iniciativas relacionadas com eleições acessíveis, o Conselho Consultivo da EMPA (Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades), a Comissão de Acompanhamento da ENIPD 2021-2025 (Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025), a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), o Me-CDPD (Mecanismo de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e o regresso à participação ativa no quadro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH). Neste contexto, a ACAPO participou igualmente em reuniões e grupos de trabalho relacionados com a redefinição da implementação da ENIPD, contribuindo com propostas e recomendações no âmbito das políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiência.

No domínio da informação e mobilização dos Associados, essencial à estratégia de promoção da autorrepresentação, foram promovidas 7 iniciativas informativas, incluindo 4 sessões de esclarecimento dedicadas às eleições acessíveis, destinadas a apoiar os eleitores com deficiência visual no exercício do seu direito de voto. Estas iniciativas contribuíram para reforçar o acesso à informação e promover uma participação mais ativa e informada.

Foram igualmente dinamizadas 5 sessões do projeto "Autorepresentar+", das quais 2 dedicadas ao grupo de autorrepresentação de utilizadores de cães-guia e 3 com o grupo de autorrepresentação sobre acessibilidades a produtos e serviços, no âmbito do Decreto-Lei n.º 82/2022. Estas sessões permitiram reforçar a capacitação dos Associados relativamente aos seus direitos e aos instrumentos disponíveis para promover a acessibilidade e a inclusão.

Com foco na auscultação para uma melhoria contínua da nossa atividade de representação, aplicámos um questionário de satisfação junto das pessoas com deficiência visual, obtendo 355 respostas válidas. Posteriormente, elaborámos e difundimos um relatório-síntese com os principais resultados, permitindo avaliar a perceção dos Associados sobre as iniciativas de auscultação e sensibilização que promovemos. Os resultados indicam uma valorização

significativa da participação e da informação disponibilizada, reforçando a importância de manter e aprimorar os mecanismos de envolvimento dos Associados nas nossas atividades.

A divulgação e prestação de contas das atividades foi assegurada através dos canais institucionais da ACAPO e dos mailings aos Associados. Neste âmbito registaram-se 34 participações de divulgação, incluindo 32 publicações na ACAPO-Actual e 3 publicações nas redes sociais, contribuindo para ampliar o alcance das iniciativas e reforçar a visibilidade do trabalho desenvolvido.

Paralelamente, mantivemos em acompanhamento diversos processos legislativos e políticas públicas relevantes para as pessoas com deficiência visual. Entre estes destacam-se a revisão do Decreto-Lei n.º 74/2007 relativo aos cães de assistência, a implementação do novo modelo de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso e a criação do Cartão Europeu de Deficiência, iniciativas que continuarão a ser acompanhadas no âmbito do trabalho de advocacy da ACAPO. Algumas destas ações foram igualmente condicionadas por fatores externos, nomeadamente alterações de calendário decorrentes das eleições legislativas.

Em termos globais, a atuação da ACAPO ao longo de 2025 traduziu-se na realização de 3 auscultações às bases associativas, na definição de 6 posições institucionais públicas, na participação em 9 espaços de representação institucional, na promoção de 7 iniciativas informativas, na dinamização de 5 sessões do projeto "Autorepresentar+", na recolha de 355 respostas ao questionário de satisfação e na realização de 34 ações de divulgação institucional.

Estas atividades evidenciam a estratégia da ACAPO de combinar intervenção institucional, promoção da acessibilidade e ações de consciencialização, assegurando que políticas e práticas públicas respeitem efetivamente os direitos das pessoas com deficiência visual. O conjunto das atividades programadas e o respetivo estado de realização encontram-se sistematizados na Tabela 2.

Tabela 2: Atividades programadas para o Objetivo n.º 1 (Acompanhar a produção legislativa e as normas administrativas com incidência em áreas relevantes para a deficiência e intervir sempre que esta não respeite os direitos e interesses das pessoas com deficiência visual)		
Ação	Estado de realização	Observações
Solicitar audiências aos Grupos Parlamentares para apresentação de cadernos de encargos em matéria legislativa	Suspensa	Adiada para 2026 Eleições legislativas em 18/05/2025 alteraram a disponibilidade de agenda dos partidos políticos
Promover ações de sensibilização junto de partidos políticos para a divulgação de propaganda política em formato acessível e assegurar que as campanhas e atos eleitorais divulgados em órgãos de comunicação social com obrigação de serviço público são em formato acessível	Concluída	16/10/2025 Email - Eleições Autárquicas 2025 - Vídeio Eleições Acessíveis - AD em futuros vídeos

<p>Atuar em lobby, através da apresentação de tomadas de posição, para eliminar fatores de discriminação</p> <p>Associados ao acesso de serviços bancários e no crédito através da sensibilização de agentes relevantes</p>	<p>Concluída</p>	<p>17/11/2025</p> <p>Tomada de posição enviada ao Banco de Portugal</p>
<p>Atuar em lobby, através da apresentação de tomadas de posição, para eliminar fatores de discriminação</p> <p>Associados ao acesso aos seguros através da sensibilização de agentes relevantes</p>	<p>Suspensa</p>	<p>Adiada para 2026</p>
<p>Atuar em lobby, através da apresentação de tomadas de posição,</p>	<p>Em curso</p>	<p>Continuidade em 2026</p>

para a rápida implementação do novo formato do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso		
Atuar em lobby, através da apresentação de tomadas de posição, para a rápida implementação do Cartão Europeu de Deficiência	Suspensa	Adiada para 2026
Apresentar proposta de revisão do DL 74/2007 relativo a cães de assistência	Em curso	Continuidade em 2026 Elaboração de uma proposta com os resultados do GT "Autorepresentar+" em 2026
Apresentar tomadas de posição sobre a redefinição do cumprimento da ENIPD	Concluída	30/10/2025 (27/10/2025 - Focus Group e 30/10/2025 - reunião CA-ENIPD)

Tabela 3: Metas definidas para o **Objetivo n.º 1** (Acompanhar a produção legislativa e as normas administrativas com incidência em áreas relevantes para a deficiência e intervir sempre que esta não respeite os direitos e interesses das pessoas com deficiência visual)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de efetivação das reuniões / audiências solicitadas pela ACAPO	100%	0%
Taxa de efetivação das reuniões / audiências solicitadas à ACAPO	50%	94,44%
N.º de plataformas interinstitucionais ativamente participadas pela ACAPO	10	9
Taxa de presença nas reuniões / sessões agendadas no âmbito do funcionamento das plataformas interinstitucionais integradas pela ACAPO	100%	88,10%
Taxa de satisfação das pessoas com deficiência visual com a Ação de Representação junto do Governo, Administração Central e outras entidades públicas de âmbito nacional	70%	67,52%

Em 2025, a ACAPO manteve uma intervenção constante no acompanhamento legislativo e institucional. Foram realizadas ações de consciencialização sobre acessibilidade da informação em contexto eleitoral e apresentados contributos a entidades reguladoras, nomeadamente sobre serviços bancários. Algumas ações não foram concluídas dentro do período previsto, devido a alterações de calendário e processos legislativos em curso. Ainda assim, o acompanhamento continuou e prepararam-se contributos para futuras intervenções.

Os indicadores mostram reconhecimento institucional da ACAPO. A participação em plataformas interinstitucionais e a efetivação de reuniões solicitadas à organização foram elevadas. Estes resultados demonstram que a ACAPO é um interlocutor credível e relevante na promoção dos direitos das pessoas com deficiência visual.

Relativamente ao decreto-lei da gratuitidade do bilhete de acompanhante em eventos culturais e desportivos, recolheram-se contributos sobre segurança, mobilidade, modelos de apoio, experiências pessoais, questões legais e acessibilidade digital. A proposta da ACAPO foi integrada na proposta apresentada. O impacto será observado em 2026.

No que concerne às eleições acessíveis, validaram-se polos técnicos de comunicação acessível. Foram disponibilizadas audiodescrições em vídeos institucionais da CNE. As matrizes de voto em Braille foram distribuídas para testes nas delegações e aos parceiros da Aliança para a Deficiência Visual que nisso mostraram interesse.

No âmbito do acesso aos serviços bancários, foram identificadas dificuldades em caixas automáticas (os designados ATM), TPA (Terminais de Pagamento Automático), aplicações bancárias e atendimento presencial. Propuseram-se melhorias, como uniformização das ATM e dos TPA, compatibilidade com leitores de ecrã, formação de colaboradores, simplificação do processo de assinaturas e plena acessibilidade dos mesmos, e projetos-piloto com monitorização contínua.

Na acessibilidade ferroviária, identificaram-se barreiras em estações e comboios, incluindo desníveis, sinalização inadequada, informação sonora limitada e pouca participação de pessoas com deficiência visual no teste das soluções implementadas. Foram definidas ações de seguimento, como questionários, compilação de comentários, respostas fundamentadas às entidades competentes e propostas de melhoria, incluindo melhoria nos anúncios sonoros e maior envolvimento dos utilizadores desde a fase de projeto.

Para reforçar a proximidade, aplicou-se o questionário “Como sinto que a ACAPO me representa?” entre 23 de junho e 13 de julho de 2025. Participaram 355 pessoas, mais do que o dobro de 2024 (172). Entre os participantes, registámos a participação de 305 Associados (86%) e 220 utentes dos serviços da ACAPO (62%). A taxa média de resposta entre Associados foi de 7,97%. Destacaram-se as Delegações de Vila Real (26,97%), Castelo Branco (26,49%) e Açores (25,61%).

Os níveis médios de satisfação situaram-se entre 64% e 77%. O maior reconhecimento foi dado à importância do trabalho da ACAPO (76,77%). O menor foi ao impacto internacional da nossa instituição (64,03%). As respostas qualitativas destacaram o apreço pelas Delegações e Núcleos, caracterizando a restante estrutura da ACAPO como distante. Foram identificados temas como reforço da ação política, comunicação pública, empregabilidade, redução de burocracias, descentralização de serviços e valorização da participação dos Associados.

O relatório definiu seis ações estratégicas: reforçar a ligação com não Associados; aumentar a divulgação dos serviços; melhorar a articulação entre Direção Nacional e Delegações/Núcleos; ampliar o apoio institucional às estruturas locais; reforçar canais de comunicação acessíveis e regulares; integrar sugestões recolhidas no Programa de Ação da ACAPO.

A participação cresceu 106,4% e a satisfação global aumentou 6%. O fortalecimento do Departamento de Representação Institucional e Relações Internacionais (RIRI) foi crucial para consolidar a atuação da ACAPO junto de entidades públicas e privadas. As necessidades das pessoas com deficiência visual foram transformadas em ações concretas, visíveis e eficazes.

Os resultados confirmam o papel ativo da ACAPO na defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual. Foram realizadas ações estratégicas em áreas como acessibilidade eleitoral, serviços bancários e políticas públicas. Apesar de algumas iniciativas terem sido suspensas ou adiadas, a ACAPO consolidou-se como interlocutor credível. As posições institucionais refletem

as necessidades e expectativas dos Associados, promovendo mudanças concretas na vida da comunidade.

Objetivo n.º 2: Promover e/ou participar em iniciativas destinadas à divulgação e discussão pública de temáticas relevantes para a ACAPO e para as pessoas com deficiência visual

Ao longo de 2025, a ACAPO promoveu e participou em diversas iniciativas destinadas à divulgação e discussão pública de temáticas relevantes para as pessoas com deficiência visual, reforçando a consciencialização social, promovendo a inclusão e contribuindo para o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Foram coorganizados eventos de âmbito nacional no contexto das comemorações dos 200 anos do Sistema Braille e realizada consultoria no projeto “Braille na Lusofonia”, fortalecendo a cooperação e a partilha de conhecimento entre países de língua portuguesa.

No plano da consciencialização pública, o Dia Mundial da Bengala Branca permitiu refletir sobre mobilidade e acessibilidade, incluindo a tomada de posição enviada aos Grupos Parlamentares para garantir a disponibilização, em todos os atos eleitorais, de um sistema que permita o voto com total autonomia e que garanta o sigilo absoluto sobre o sentido do voto das pessoas com deficiência visual.

Foram promovidas sessões de debate e atividades de consciencialização através do projeto "Autorepresentar+", centradas em temas de relevância para a cidadania e autonomia das pessoas com deficiência visual, como a utilização de cães-guia e a acessibilidade de produtos e serviços. Estes momentos garantiram que os Associados tivessem oportunidades concretas de participar e influenciar decisões e políticas públicas.

Asseguramos a participação em plataformas externas, como a ADV (Aliança para a Deficiência Visual), contribuindo para a articulação de estratégias e cadernos de encargos relacionados com a representação de direitos e interesses das pessoas com deficiência visual. Esta atuação

em parceria aumenta a eficácia e a inclusão, e a ACAPO procura também responder às diferentes necessidades de crianças, jovens, adultos e idosos com iniciativas adaptadas e inclusivas. A cidadania ativa mantém-se prioritária, apoiando os Associados a exercerem os seus direitos e a participar em decisões importantes, garantindo confiança, informação e impacto real.

No plano da comunicação e consciencialização social, foi dinamizado o Quiz online “36 anos da ACAPO, 36 ideias sobre a deficiência visual. Verdades ou mitos?”, que contou com mais de 600 respostas de pessoas com e sem deficiência visual. Como seguimento, foi definida a criação da rubrica semanal "Tira(me) isso da cabeça", a publicar a partir do início de 2026 nas redes sociais da ACAPO, com o objetivo de desmistificar preconceitos sobre a deficiência visual e relacioná-los com os direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

As iniciativas foram amplamente divulgadas através de publicações em redes sociais, reforçando a visibilidade das atividades e estimulando a participação da comunidade.

Estas ações evidenciam uma atuação estruturada em três dimensões complementares: promoção da consciencialização pública, fortalecimento da cidadania ativa e incentivo à participação dos Associados. O conjunto das atividades programadas e o respetivo estado de realização encontram-se sistematizados na Tabela 4.

Tabela 4: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 2** (Promover e/ou participar em iniciativas destinadas à divulgação e discussão pública de temáticas relevantes para a ACAPO e para as pessoas com deficiência visual)

Ação	Estado de realização	Observações
Coorganizar eventos de âmbito nacional	Concluída	31/12/2025

sobre a Comemoração dos 200 anos do Sistema Braille		Consultoria na articulação de conteúdos com o projeto "Braille na Lusofonia"
Assinalar o Dia Mundial da Bengala Branca	Concluída	15/10/2025 "voto inclusivo para todos" - email aos Grupos Parlamentares com Tomada de Posição sobre a necessidade da matriz de Voto em Braille em todos as eleições (não disponível nas eleições para as ALs de 12/10/2025)
Promover a aprendizagem do Sistema Braille através de material inovador e inclusivo para PcDV	Concluída	03/01/2025
Promover o exercício de um direito e dever cívico das PcDV, através do Serviço de Apoio às Eleições Legislativas de 20/03/2025, garantindo a sua plena participação	Concluída	23/03/2025

no processo eleitoral da RA Madeira		
Integrar uma plataforma com outras organizações que atuam ao nível da deficiência visual, a ADV, Aliança para a Deficiência Visual, para iniciativas no âmbito da formação de posições relacionadas com a representação de direitos e interesses	Concluída	29/10/2025 21/01 - 1. ^a reunião plenária; 04/02 - Subscritor da petição "Pelo direito de acesso ao cinema em Portugal"; 22/04_ 2. ^a reunião plenária; 29/10 - reunião; distribuição de matrizes das legislativas pelas ADV que as solicitaram
Promover o exercício de um direito e dever cívico das PcDV, através do Apoio às Eleições Legislativas de 18/05/2025, garantindo a sua plena participação no processo eleitoral	Concluída	18/05/2025

do Continente e Regiões Autónomas		
Promover a consciencialização e discussão por grupos de autorrepresentação de temas que impactam a cidadania e a autonomia das PcDV	Concluída	17/12/2025 - <u>2º Sem</u> : "Autorepresentar+" - utilização de cães-guias 2 sessões 07/11/2025 e 05/12/2025; Acessibilidade produtos e serviços: 3 sessões 20/11/2025, 09/12/2025 e 17/12/2025
Promover o exercício de um direito e dever cívico das PcDV, através do Apoio às Eleições Autárquicas de 12/10/2025, garantindo a sua plena participação no processo eleitoral do Continente e Regiões Autónomas	Concluída	12/10/2025 - Promovidas 2 sessões de esclarecimento: Autárquicas em 12/10/2025; Apoio telefónico no dia das eleições para cidadãos com deficiência visual (PcDV), com recolha de reclamações para posterior tratamento.
Promover a consciencialização	Concluída	03/12/2025 - https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=YfKkwV

<p>sobre a deficiência visual, derrubar mitos e construir uma sociedade inclusiva e acessível, em conformidade com os princípios da CDPD.</p>		<p>W3YEGJkOfdgnTAUebg16YqKhNCqNXP8rjctLxUNjZLQkM2R1BUT11GNTJDRjJaR0VLVzlaVi4u&route=shorturl</p>
<p>Incentivar a igualdade, autonomia e participação plena das pessoas com deficiência visual, alinhando-se aos princípios da CDPD.</p>	<p>Concluída</p>	<p>2 Publicações Redes sociais: Post Fb e Instagram - Inclusão na Ceia de Natal! - dicas para familiares de pcdv dias 23 e 24/12/2025</p>
<p>Fomentar a participação ativa dos Associados através da organização de sessões de auscultação e debate sobre temas relevantes à defesa</p>	<p>Concluída</p>	<p>17/11/2026 Sessões de discussão e auscultação: AMT (10/09/2025); Lei da Gratuitidade do Bilhete para Acompanhante (16/09/2025); BdP (12/11/2025)</p>

e representação dos seus interesses.		
--------------------------------------	--	--

Tabela 5: Metas definidas para o **Objetivo n.º 2** (Promover e/ou participar em iniciativas destinadas à divulgação e discussão pública de temáticas relevantes para a ACAPO e para as pessoas com deficiência visual)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de convites institucionais aceites	90%	93,55%
N.º de iniciativas promovidas pela ACAPO (Direção Nacional) no âmbito da discussão / divulgação	8	18

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5, o Objetivo n.º 2, destinado a promover e participar em iniciativas de divulgação e discussão pública de temáticas relevantes para a ACAPO e para as pessoas com deficiência visual, registou um desempenho claramente acima das metas definidas.

A taxa de convites institucionais aceites atingiu 93,55%, superando a meta de 90%, o que evidencia o reconhecimento da ACAPO como interlocutor credível e parceiro de referência junto de entidades públicas e privadas. O número de iniciativas promovidas pela Direção Nacional no âmbito da discussão e divulgação foi de 18, mais do dobro da meta prevista de 8, demonstrando a capacidade da ACAPO de dinamizar, mobilizar e intervir de forma estruturada junto da sociedade.

Entre as ações de maior impacto destacam-se a participação nas comemorações dos 200 anos do Sistema Braille e a organização de iniciativas associadas a datas simbólicas, como o Dia Mundial da Bengala Branca e o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Estes eventos contribuíram para aumentar a visibilidade das questões ligadas à deficiência visual e promover

uma reflexão mais ampla sobre inclusão, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência visual.

No âmbito da participação cívica, a ACAPO assegurou acompanhamento direto das pessoas com deficiência visual em diferentes atos eleitorais, garantindo acesso a informação acessível, esclarecimento de dúvidas e exercício autónomo e informado do direito de voto.

As sessões de autorrepresentação e auscultação permitiram discutir temas práticos de relevância para a comunidade, incluindo utilização de cães-guia, acessibilidade de produtos e serviços, e outras questões do quotidiano. Estes momentos reforçaram a participação ativa dos Associados, recolheram contributos concretos para fundamentar posições institucionais e estreitaram a nossa proximidade com a comunidade que representa.

Em síntese, os resultados quantitativos e qualitativos demonstram que o Objetivo n.º 2 foi integralmente cumprido. A ACAPO superou largamente as metas inicialmente definidas, com um impacto efetivo na consciencialização social, promoção da inclusão e reforço da cidadania ativa das pessoas com deficiência visual, consolidando a nossa posição como agente ativo, inovador e próximo da comunidade.

Objetivo n.º 3: Promover a atividade local de representação de interesses e direitos das pessoas com deficiência visual

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, o Objetivo n.º 3, que visa promover a atividade local de representação dos interesses e direitos das pessoas com deficiência visual, registou um progresso limitado em 2025.

O foco deste objetivo consistia na capacitação dos dirigentes das Delegações e Núcleos da ACAPO, com ações de formação nas áreas de lobby, autorrepresentação e comunicação institucional. Estas iniciativas tinham como finalidade reforçar as competências locais, permitindo uma intervenção mais eficaz junto das entidades públicas e privadas e garantindo

uma representação estruturada das necessidades e direitos das pessoas com deficiência visual em todos os territórios.

Apesar do planeamento detalhado, as ações previstas não foram concretizadas durante o período em análise, tendo sido suspensas e adiadas para 2026. Em particular, ficaram por concretizar a sessão de formação na área de lobby e autorrepresentação, bem como a sessão prevista na área da comunicação.

O desvio na execução ficou a dever-se a um ano particularmente intenso no ponto de vista do redesenho da estrutura interna da ACAPO, tendo estas ações sido preteridas em face de outras prioridades estratégicas institucionais.

Em termos quantitativos, não houve ações realizadas em 2025, pelo que o valor alcançado para todas as atividades programadas foi 0%, em contraste com a execução prevista. Esta situação reflete circunstâncias externas e de agenda que impediram a implementação das sessões, mas mantém a continuidade do compromisso da ACAPO em capacitar os dirigentes locais em 2026.

Em síntese, o Objetivo n.º 3 registou progressos limitados em 2025, com todas as ações de formação adiadas. Apesar desta situação, o planeamento e a definição das iniciativas permitem assegurar uma base sólida para a implementação das atividades em 2026, reforçando a intervenção local da ACAPO e a capacidade das Delegações e Núcleos de representar de forma eficaz os interesses e direitos das pessoas com deficiência visual.

Tabela 6: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 3** (Promover a atividade local de representação de interesses e direitos das pessoas com deficiência visual)

Ação	Estado de realização	Observações
------	----------------------	-------------

Organizar uma sessão de formação para Dirigentes de Delegações/Núcleos na área de lobby e autorrepresentação	Suspensa	Adiada para 2026 Proposta de plano de formação ao Pelouro em 20/10/2026 sem resposta
Organizar uma sessão de formação para Dirigentes de Delegações/Núcleos na área da comunicação	Suspensa	Adiada para 2026 Promovido pela Área de Comunicação e Visibilidade

Tabela 7: Metas definidas para o **Objetivo n.º 3** (Promover a atividade local de representação de interesses e direitos das pessoas com deficiência visual)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
N.º de plataformas interinstitucionais integradas pela ACAPO a nível local	60	82
Taxa média de aceitação de convites institucionais nas Delegações;	60%	71,25%
Média, por Delegação, de reuniões/audiências conseguidas	5,00	128,56
Média, por Delegação, de diligências efetuadas no domínio da defesa dos direitos e interesses das pessoas com deficiência visual	7,00	20,50

Apesar da suspensão das iniciativas de formação inicialmente previstas, os dados da Tabela 7 evidenciam que o Objetivo n.º 3, orientado para a promoção da atividade local de representação dos interesses e direitos das pessoas com deficiência visual, registou um desempenho muito positivo ao nível da atuação das Delegações da ACAPO.

A integração em 82 plataformas interinstitucionais a nível local superou claramente a meta definida de 60, demonstrando o reconhecimento da ACAPO como interlocutor relevante e a presença ativa das Delegações em espaços de articulação e tomada de decisão. A taxa média de aceitação de convites institucionais nas Delegações atingiu 71,25%, acima da meta de 60%, refletindo o elevado nível de envolvimento das estruturas locais nas iniciativas promovidas por entidades externas e a confiança depositada na nossa instituição enquanto parceiro estratégico.

Outros indicadores confirmam a intensidade da atuação local: a média de reuniões e audiências realizadas por Delegação foi de 128,56, muito acima da meta de 5, e a média de diligências efetuadas no domínio da defesa dos direitos e interesses das pessoas com deficiência visual foi de 20,50, superando largamente a meta de 7. Estes resultados evidenciam uma atuação consistente e estruturada, traduzindo o compromisso das Delegações na promoção da inclusão, na defesa de direitos e na representação ativa da comunidade junto das entidades competentes.

Verifica-se que todas as Delegações apresentaram atividade institucional ao longo do ano, garantindo uma cobertura territorial completa e representativa. As Delegações de Castelo Branco, Lisboa, Aveiro e Braga destacaram-se como os principais polos de atividade, concentrando o maior número de convites e iniciativas. Globalmente, os dados evidenciam uma distribuição equilibrada da atuação institucional entre as Delegações, refletindo as especificidades territoriais e o grau de implantação local.

Apesar da execução formal das sessões de formação ter sido adiada para 2026 (resultando numa taxa de 0% nesse indicador específico), o Objetivo n.º 3, orientado para a promoção da atividade local de representação dos interesses e direitos das pessoas com deficiência visual, registou um desempenho muito positivo. A integração em 82 plataformas interinstitucionais a nível local superou claramente a meta de 60, demonstrando o reconhecimento da ACAPO como interlocutor relevante e a presença ativa das Delegações em espaços de articulação e tomada de decisão. A taxa média de aceitação de convites institucionais atingiu 71,25%, acima da meta de 60%, refletindo o elevado nível de envolvimento das estruturas locais nas iniciativas promovidas por entidades externas.

Em síntese, os dados da Tabela 7 confirmam que, mesmo com limitações na formação planeada, o Objetivo n.º 3 foi cumprido de forma significativa através da ação local, demonstrando a capacidade das Delegações em atuar de forma autónoma e eficiente na promoção da inclusão, na defesa de direitos e na participação ativa da comunidade.

[\[Voltar ao índice\]](#)

4. Atuação Internacional

Objetivo n.º 4: Contribuir para a defesa dos direitos e para a representação dos interesses das pessoas com deficiência visual no contexto internacional

Ao longo de 2025, a ACAPO desenvolveu uma intervenção internacional consistente, orientada para a defesa dos direitos e para a representação dos interesses das pessoas com deficiência visual em múltiplos contextos internacionais. Esta atuação integrou a participação em plataformas e organizações internacionais, o desenvolvimento de projetos de cooperação para o desenvolvimento e a promoção de iniciativas educativas e inclusivas, destacando-se a celebração dos 200 anos do Sistema Braille.

Foram apresentadas propostas inovadoras em fóruns internacionais, incluindo as novas estruturas de trabalho da UEC e da Comissão Executiva da UMC, consolidando a presença da ACAPO e reforçando a sua reputação como interlocutor credível. No âmbito da 11.^a Assembleia Geral da UMC, a ACAPO apresentou propostas de melhoria organizativa, como a contratação de serviços externos para secretariado e interpretação de eventos, e integrou sessões paralelas com organizações da CPLP. O sucesso desta participação permitiu à ACAPO integrar a comissão organizadora da 13.^a Assembleia Geral da UEC, que se realizará em 2027, com reuniões preparatórias a iniciar em fevereiro de 2026.

No contexto da cooperação internacional, a ACAPO intensificou contatos no âmbito do estatuto de ONGD, incluindo ações com a Associação dos Cegos da República Democrática de Timor-Leste, e participou ativamente em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento que beneficiam associações congéneres, garantindo a continuidade de algumas ações em 2026, como o projeto “Braille na Lusofonia” e as atividades do LEGO® Braille Bricks. Estas iniciativas reforçaram a aprendizagem inclusiva e a partilha de boas práticas entre organizações internacionais.

A promoção da inclusão e aprendizagem também se concretizou através do Congresso comemorativo dos 200 anos do Sistema Braille e da participação em eventos relacionados com esta celebração, assim como na inscrição gratuita de Associados da ACAPO nos cursos intensivos de verão da Cambridge School e na divulgação do curso “AD Basics for Accessible Short Videos” destinado a técnicos, contribuindo para o desenvolvimento de competências especializadas em acessibilidade.

A integração da ACAPO em plataformas internacionais, como a Retina 4 All, a COST e a UEC, consolidou a colaboração com organizações congéneres e facilitou o intercâmbio de conhecimento, alinhando estratégias globais de intervenção e reforçando a nossa representatividade institucional.

Em síntese, os resultados alcançados evidenciam uma atuação internacional estratégica e estruturada, com impacto efetivo na promoção de direitos, inclusão e aprendizagem das pessoas com deficiência visual, bem como na consolidação da visibilidade e influência da ACAPO em redes e fóruns internacionais. O conjunto das atividades programadas e o respetivo estado de realização encontram-se sistematizados na Tabela 8.

Tabela 8: Atividades programadas para o Objetivo n.º 4 (Contribuir para a defesa dos direitos e para a representação dos interesses das pessoas com deficiência visual no contexto internacional)		
Ação	Estado de realização	Observações
Apresentar propostas inovadoras no quadro das novas estruturas de trabalho da UEC e da Comissão Executiva da UMC	Concluída	01/07/2025 UMC GAOC, brainstorming para apresentação de propostas
No âmbito da nossa participação na Comissão Organizadora da 11.ª Assembleia Geral da UMC, apresentar propostas de melhoria	Concluída	25/02/2025 UMC GAOC proposta contratação outsourcing de secretariado e interpretação de eventos

organizativa deste evento		
No quadro do estatuto de ONGD, restabelecer e estreitar os contactos com a Associação dos Cegos da República Democrática de Timor-Leste	Concluída	02/08/2025 Contactos presenciais com presidente e inscrição no grupo de WA da UCLP para participação nas reuniões
No quadro do estatuto de ONGD, propor à organização da 11. ^a Assembleia da UMC, a integração na agenda dos trabalhos de sessão paralela com as organizações da CPLP.	Concluída	06/09/2025 2 reuniões da UCLP - 02/09 e 6/09 - S. Paulo - em paralelo com os trabalhos da 11. ^a AG da UMC
No quadro do estatuto da ACAPO como ONGD, participar em projetos na área da	Em curso	Continuidade em 2026 Projeto "Braille na Lusofonia" - Prazo prorrogado até 31/01/2026

Cooperação para o Desenvolvimento que beneficiem as Associações dos Cegos da UCLP		
Realizar o Congresso comemorativo dos 200 anos do Sistema Braille	Concluída	24/01/2025
Participar em eventos comemorativos dos 200 anos do Sistema Braille	Concluída	31/12/2025
Propor a candidatura da ACAPO ao Conselho Mundial do Braille	Concluída	03/02/2025
Propor duas reuniões anuais de acompanhamento do convénio ACAPO ONCE, para estabelecimento de	Concluída	24/02/2025

prioridades de colaboração		
Promover a inscrição gratuita de Associados da ACAPO nos cursos intensivos de verão da Cambridge School	Concluída	30/07/2025 email CS com inscrição de 6. ^a Associada
Implementar as ações do Projeto LEGO® Braille Bricks	Em curso	Continuidade em 2026 Dinâmicas na inclusão de novos RH
Integrar uma plataforma com outras organizações que atuam ao nível da deficiência visual: Retina 4 All	Concluída	30/10/2025 Integração na COST
Plataforma Internacional UEC	Concluída	17/11/2025 Divulgação e promoção do curso de AD Basics for Accessible Short Videos para técnicos

Tabela 9: Metas definidas para o **Objetivo n.º 4** (Contribuir para a defesa dos direitos e para a representação dos interesses das pessoas com deficiência visual no contexto internacional)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de resposta aos pedidos de produção de conteúdos das plataformas internacionais que integramos	40%	100%
N.º de participantes em iniciativas de âmbito internacional dirigidas a pessoas com deficiência visual	10	12
N.º de ações de cooperação para o desenvolvimento, enquanto ONGD	3	8
Taxa de participação nas ações de lobby programadas	100%	100%
Taxa de participação em reuniões/eventos das plataformas internacionais que integramos	100%	93,33%
Nº de parcerias e projetos internacionais ativos	3	5
Taxa de satisfação das pessoas com deficiência visual com a Ação de Representação junto das entidades supranacionais e internacionais	67%	64,03%

Ao longo de 2025, a ACAPO manteve uma atuação internacional estratégica, orientada para a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual em múltiplos contextos globais. Esta intervenção incluiu a participação ativa em plataformas e organizações internacionais, o desenvolvimento de projetos de cooperação para o desenvolvimento e a promoção de iniciativas educativas e inclusivas, destacando-se a celebração dos 200 anos do Sistema Braille.

A ACAPO, enquanto membro do Comité Executivo do Conselho Iberoamericano do Braille (CIB), do qual assumiu a coordenação em 2025, foi escolhida para organizar este Congresso Internacional, que decorreu na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), que mais uma vez abriu as suas portas para as causas das pessoas com deficiência. O evento que reuniu oradores de Portugal, Espanha e América Latina, acolheu docentes, técnicos, colaboradores e Associados da ACAPO. Decorreu em formato híbrido, presencialmente no auditório principal da FEUP e foi transmitido em streaming pelo Youtube em castelhano e português tendo registado durante os dois dias, cerca de 3500 visualizações em direto.

Intervieram a Presidente do Conselho Mundial do Braille, a Senhora Kim Charlson dos Estados Unidos, e colegas da Argentina, do Brasil, da Colômbia, do Uruguai, de Espanha e de Portugal. Todos estes especialistas partilharam as suas ideias, o seu conhecimento em matérias como a Didática do Braille, o Braille nas Novas Tecnologias, o Braille na Autonomia das pessoas cegas, surdo-cegas e com baixa visão e as Políticas Públicas que podem e devem existir para a facilitação dos processos de ensino/aprendizagem e da sua utilização na vida de todos nós. Como balanço final, tanto nós, organizadores do congresso, como os participantes, considerámos que o evento foi um sucesso.

Este congresso foi ainda o início de uma série de ações que decorreram durante o ano de 2025 para comemorar e difundir o nosso sistema de leitura e escrita: palestras, formações de professores e educadores, concursos em escolas básicas e secundárias, apresentação de códigos que foram revistos como o Código Matemático Unificado, a Grafia para a língua portuguesa e mais realizações da Comissão Técnica para a Didática do Braille e da Comissão Técnica de Musicografia, entre outras.

No âmbito da coordenação do CIB, continuámos durante este ano a coordenar as atividades deste organismo.

No âmbito da nossa participação nos trabalhos da UEC, consolidámos o nosso protagonismo participando nas reuniões da Comissão Executiva da UEC em representação da Direção da UEC. Para além disso, dado o sucesso da nossa organização da 12.^a Assembleia Geral da UEC, realizada em Lisboa, em 2024, recebemos o convite para participar na Comissão Organizadora da Assembleia Geral (GAOC) da 13.^a AG da UEC a realizar em 2027, a par com a Associação homóloga do país anfitrião e a direção e técnicos da UEC. Ainda no âmbito da nossa colaboração em rede com esta plataforma, validámos a versão em português da Brochura produzida pela UEC "Derrubamos barreiras: Testemunhos de apoio no local de trabalho" (28/10). Divulgámos a ainda o curso "AD Basics for Accessible Short Videos" (Noções básicas de Audiodescrição (AD) para vídeos curtos acessíveis), visando a promoção do desenvolvimento de competências especializadas em acessibilidade e em que participaram Técnicos de Comunicação Acessível e dos departamentos de Comunicação e RIRI.

No âmbito do convénio de colaboração entre o Grupo Social ONCE (GS ONCE) e a ACAPO, reuniu em Lisboa (24/02) a comissão de acompanhamento deste convénio no qual participaram os responsáveis pelas áreas de Relações Internacionais e Jogo do GS ONCE e, pela ACAPO os responsáveis pela área das Relações Internacionais.

Para além do estreitamento das relações institucionais de ambas as organizações, este encontro focou-se também num empoderamento ao nível organizacional abrangendo Associados e Colaboradores. Nesse sentido, foi feito o balanço das matérias em aberto nos anos anteriores e planificadas também novas ações conjuntas para 2025. Entre outras, destacamos os projetos na área da empregabilidade e formação nos nossos Associados, a formação de técnicos e a partilha de conhecimento e boas práticas em diversas áreas de funcionamento.

No âmbito das comemorações dos 200 anos do sistema Braille, foram analisados os programas realizados e previstos, nomeadamente o Congresso: 200 anos do Braille promovido

pelo CIB, Conselho Ibero-Americano do Braille, na cidade do Porto, o qual obteve uma ampla participação e impacto.

Foi também analisada a possibilidade de alteração do funcionamento organizacional do CIB, de forma a imprimir mais eficácia à gestão da sua organização interna e comunicação. Recorde-se que durante os próximos dois anos a coordenação do CIB caberá a Portugal.

No decurso deste ano e a pedido do GS ONCE, enviámos-lhes uma Carta de Apoio à candidatura do sistema Braille como manifestação Representativa do Património Cultural Imaterial de Espanha (22/04).

Ainda no âmbito deste convénio, divulgámos as bolsas para a Escola Universitária de Fisioterapia em Madrid, tendo sido aprovada a admissão de um Associado da ACAPO para o ano letivo de 2025/2026. Ainda em relação a bolsas de estudo para o Curso de Inglês do Centro de Recursos Educativos de Pontevedra do GS ONCE, embora tenhamos, como em anos anteriores promovido e dinamizado esta vaga pelos nosso Associados, não conseguimos preenchê-la.

Promovemos também o apoio a Associado do GS ONCE que participou num projeto Erasmus em Coimbra e conseguimos a participação de técnico responsável pela Acessibilidade do GS ONCE, Luis Palomares, como dinamizador de um dos grupos de auscultação via teams sobre a lei das Acessibilidades no âmbito do projeto Autorepresentar+ (20/11), participação que recebeu um grande acolhimento por parte dos nosso Associados.

Reunimos ainda informalmente com o GS ONCE em S. Paulo, por ocasião da 11.^a AG da UMC, para ponto da situação sobre temas pendentes e avaliação do nosso protagonismo no cenário internacional.

No que se refere à participação na plataforma a nível mundial, UMC, participámos com propostas de organização logística nas reuniões da GAOC da sua 11.ª Assembleia Geral (25/02 e 01/07) e nos trabalhos desta Assembleia.

Integrada no Encontro Mundial da Deficiência Visual e realizada entre 1 e 5 de setembro no Centro de Convenções Distrito Anhembi, em São Paulo, esta AG ficou marcada como uma das mais significativas de sempre na história do movimento internacional das pessoas cegas e com baixa visão. O evento reuniu mais de 2.000 pessoas, oriundas de aproximadamente 120 países.

Na eleição para a Direção (mandato 2025-2029), Santosh Kumar Rungta (Índia) assumiu a presidência, Cristina Chamorro (Espanha) foi eleita 1.ª vice-presidente, Yaw Ofori-Debrah (Gana) tornou-se 2.º vice-presidente, Moisés Bauer Luiz (Brasil) foi escolhido secretário-geral e Alejandro Antonio Paz Ambrosio (Guatemala) tesoureiro.

A composição reflete agora um maior protagonismo do Sul Global. Líderes da América Latina, África e Ásia reforçaram a necessidade de transformar a representatividade formal em ações concretas, nomeadamente no acesso equitativo a tecnologias de apoio, na capacitação das organizações nacionais e regionais e na criação de oportunidades reais de participação.

Pela primeira vez, o português foi idioma oficial do encontro, um passo histórico que reforça o papel da lusofonia e abre caminho para a possibilidade de acolher futuros eventos do movimento global. A ACAPO teve igualmente a oportunidade de estreitar relações com os países de língua portuguesa, reativando fluxos de comunicação e preparando iniciativas conjuntas a curto prazo.

A eleição do brasileiro Moisés Bauer Luiz para secretário-geral abre novas possibilidades de cooperação entre Brasil, Portugal e os países africanos de língua portuguesa. Representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau sublinharam a urgência de democratizar

o acesso a tecnologias adaptadas e de fortalecer políticas inclusivas, aproveitando a língua comum como ponte de articulação internacional.

Com recorde de participantes e transmissões oficiais em quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês), o evento foi considerado “o mais marcante de todos os tempos”.

Como novidade, foi criado, pela primeira vez, um espaço de acervo digital e físico do Encontro Mundial da Deficiência Visual. Este acervo reunirá registos audiovisuais das transmissões multilingues, entrevistas, documentos e resoluções, artigos, testemunhos e produções jornalísticas. Todo o material será disponibilizado em formatos acessíveis (compatíveis com leitores de ecrã, Braille digital e traduções em várias línguas), consolidando-se como uma biblioteca viva da inclusão global.

Com estatuto consultivo junto da ONU, a WBU iniciou assim um novo ciclo de gestão, cercado de expectativas para que o movimento internacional se torne mais próximo das bases e mais atento às realidades do Sul Global e da comunidade lusófona.

Entre as medidas aprovadas nesta Assembleia destacamos a resolução apresentada pela East Timor Blind Union (ETBU) e pela Associação dos Cegos e Amblíopes de Timor-Leste (AHDMTL), que coloca a educação inclusiva em Timor-Leste entre as prioridades estratégicas da WBU para o próximo ciclo de ação.

A resolução sublinha a necessidade urgente de garantir acesso equitativo à educação para todas as pessoas com deficiência visual, salientando os desafios persistentes enfrentados pelos estudantes timorenses: a escassez de materiais acessíveis, o acesso limitado a tecnologias adaptadas e a insuficiente formação de docentes em práticas inclusivas.

A inclusão desta proposta no Plano de Ação da WBU confere-lhe uma força operacional determinante, garantindo não apenas um enquadramento institucional reforçado, mas também melhores condições para a sua implementação prática, acompanhamento e monitorização

global. Esta priorização representa um passo concreto para acelerar mudanças estruturais na realidade educativa timorense.

Este avanço aconteceu num momento em que a ACAPO está a dinamizar o processo de integração de Timor-Leste na União dos Cegos da Língua Portuguesa (UCLP). Esta integração reforçará a cooperação lusófona, facilitará a partilha de recursos técnicos e contribuirá para o fortalecimento institucional das organizações timorenses, ampliando o seu papel no movimento internacional da deficiência visual.

A resolução timorense foi aprovada com expressivos 99,3% dos votos, integrando o conjunto das 11 resoluções adotadas pela Assembleia Geral da WBU — todas agora orientadoras da construção do próximo Plano Estratégico da organização.

Baseada no Artigo 24.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a resolução estabelece quatro eixos prioritários:

- Reforçar políticas públicas que garantam educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis;
- Promover a cooperação internacional para disponibilização de braille, leitores de ecrã e tecnologias adaptadas;
- Integrar práticas inclusivas na formação inicial e contínua de professores;
- Monitorizar os avanços através do Comité de Educação da WBU.

Esta iniciativa representa um avanço estrutural para que estudantes cegos ou com baixa visão em Timor-Leste possam exercer plenamente o seu direito fundamental à educação.

A este propósito salientamos o nosso trabalho de cooperação para o desenvolvimento neste ano. A ACAPO assegurou também o cumprimento das suas responsabilidades enquanto ONGD, participando ativamente em oito ações de cooperação para o desenvolvimento, mais do que o dobro da meta inicialmente definida de três.

Foram reativados os trabalhos da União dos Cegos de Língua Portuguesa (UCLP), com a realização de três reuniões: duas presenciais, nos dias 02/09 e 06/09 em São Paulo, em paralelo com a 11.ª Assembleia Geral da União Mundial dos Cegos (UMC), e uma online, em 04/10, via Zoom. Para agilizar as comunicações, muitas vezes dificultadas pela distância, foi criado um grupo de WhatsApp, que possibilitou a integração da Associação de Timor-Leste, anteriormente de difícil contato por motivos logísticos. Essas ações permitiram retomar efetivamente as atividades da UCLP, fortalecendo a comunicação e a cooperação entre associações de países de língua portuguesa.

Desenvolvemos ainda as seguintes ações de cooperação: Projeto “Braille na Lusofonia” (início em 20/03); reunião com Federação das Associações de Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência na Guiné-Bissau (FADPD-GB) para levantamento de necessidades elegíveis para potenciais projetos (25/03); divulgação de abertura financiamento projetos (10/02); Proposta de divulgação das nossas Redes Sociais aos PALOP (14/02); reunião com o Instituto de Cegos da Bahia (ICB) (Porto, 19/09).

No âmbito das parcerias internacionais, destacamos ainda a implementação das atividades do projeto “LEGO® Braille Bricks” e a inscrição gratuita de 6 Associados nos cursos intensivos de verão da Cambridge School.

A participação em novas plataformas internacionais como Retina 4 All, consolidou também a articulação com outras organizações da área da deficiência visual, permitindo a troca de conhecimento e a construção de estratégias globais coordenadas.

Os indicadores do Objetivo n.º 4 evidenciam resultados robustos e consistentes: a taxa de resposta aos pedidos de produção de conteúdos das plataformas internacionais atingiu 100% (meta: 40%), o número de participantes em iniciativas internacionais dirigidas a pessoas com deficiência visual foi de 12 (meta: 10), e o número de parcerias e projetos internacionais ativos atingiu cinco (meta: 3). A taxa de participação nas ações de lobby programadas foi de 100%,

enquanto a taxa de participação em reuniões e eventos internacionais foi de 93,33%, ligeiramente abaixo da meta de 100%. A satisfação da comunidade situou-se em 64,03%, abaixo da meta de 67%, refletindo desafios logísticos e contextuais próprios da atuação internacional.

No conjunto, os resultados do Objetivo n.º 4 mostram uma taxa global de execução aproximada de 90,9%, confirmando a consistência, o alcance e a relevância da atuação internacional da ACAPO. Reforçámos a nossa presença e influência em redes globais, promovemos iniciativas educativas e inclusivas de impacto, consolidámos parcerias com associações congéneres, particularmente na CPLP, e assegurámos a promoção e defesa contínua dos direitos das pessoas com deficiência visual em múltiplos contextos internacionais.

[\[Voltar ao índice\]](#)

III. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Objetivo n.º 5: Assegurar a implementação de uma metodologia estruturada e uniformizada de Prescrição de Produtos de Apoio na ACAPO

A ACAPO enquanto entidade prescritora do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), no âmbito das entidades financiadoras IEFP e ISS, I.P., manteve, através do NAPPA (Núcleo de Acompanhamento da Prescrição de Produtos de Apoio), o seu apoio às equipas prescritoras dos CAARPD e DAEFP.

Em 2025 o NAPPA destacou-se pela construção de um procedimento específico e orientador dirigido às equipas prescritoras, do qual resultaram orientações práticas para a intervenção. Este foi o ano que marcou o reforço do carácter multidisciplinar da prescrição, potenciando apreciações mais integradas e valorizando o contributo de cada área de saber dos profissionais envolvidos.

Procedeu-se à revisão da lista homologada de produtos de apoio, através do Despacho n.º 11077/2025, o que implicou um trabalho aprofundado sobre as especificações técnicas definidas internamente e que orientam, no quotidiano, as prescrições das equipas. Neste processo, o grupo consultivo assumiu um papel diferenciador. Paralelamente, o grupo permanente revelou elevada capacidade de resposta aos pedidos de apoio, contribuindo para a resolução de situações mais exigentes.

Em 2025 foram feitas 325 prescrições de produtos de apoio pelos serviços. Os CAARPD emitiram 267 prescrições, no quadro do financiamento de produtos de apoio pela Segurança Social, verificando-se um valor inferior ao do ano anterior. O CAARPD de Lisboa sofreu sérias alterações ao nível dos recursos humanos, o que causou muita instabilidade e dificuldade na transição do histórico de registos, circunstância que comprometeu a consolidação dos dados e que justifica o decréscimo nas prescrições efetuadas. Relativamente ao Departamento de Apoio ao Emprego e Formação Profissional da ACAPO foram efetuadas 58 prescrições,

representando um aumento significativo comparativamente com 2024. A principal razão prende-se com a capacidade de resposta na gestão da lista de espera dos processos em curso.

A tabela seguinte (número 10) permite uma visão geral dos valores alcançados neste objetivo.

Tabela 10: Atividades programadas para o Objetivo n.º 5 (Assegurar a implementação de uma metodologia estruturada e uniformizada de Prescrição de Produtos de Apoio na ACAPO)		
Ação	Estado de realização	Observações
Promover uma ação de comparação externa com uma organização prescritora de produtos de apoio.	Suspensa	A atividade foi cancelada por não ter sido possível identificar uma entidade prescritora com trabalho similar ao da ACAPO.
Organizar, pelo menos, uma sessão de mentoria com as equipas prescritoras.	Concluída	

A tabela 11, que se segue, apresenta o indicador, a meta e o valor alcançado para o cumprimento do objetivo em causa.

Tabela 11: Metas definidas para o Objetivo n.º 5 (Assegurar a implementação de uma metodologia estruturada e uniformizada de Prescrição de Produtos de Apoio na ACAPO)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de resposta do NAPPA aos pedidos recebidos	100%	100%

5. Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social

A intervenção desenvolvida pelos agora doze CAARPD (Centros de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação de Pessoas com Deficiência) da ACAPO constitui um dos pilares centrais da Associação, traduzindo, em 2025, o compromisso com a capacitação, autonomia e inclusão das pessoas com deficiência visual e suas famílias.

O ano ficou marcado por um relevante esforço de reorganização e consolidação das equipas técnicas. Foram concluídos vários processos de contratação que reforçaram a capacidade de resposta dos Centros. Ainda assim, parte significativa do ano decorreu num contexto de constrangimentos ao nível dos recursos humanos, com períodos de ausência e fases de estabilização das equipas, exigindo uma gestão criteriosa de prioridades e elevado compromisso profissional.

Apesar destes desafios, os CAARPD asseguraram a continuidade do acompanhamento aos utentes, com base na avaliação individualizada das necessidades e na definição de planos de intervenção personalizados. Manteve-se o foco na promoção da autonomia, na utilização de produtos de apoio, no apoio psicossocial e na articulação com entidades parceiras, reforçando o papel da ACAPO como referência técnica na área da deficiência visual.

Importa referir que o Núcleo da Madeira encetou todos os esforços para firmar um acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social da Madeira com vista à constituição e suporte de uma equipa multidisciplinar, idêntica às respostas sociais que temos no restante território português, ainda que não tenha sido conseguido o acordo, o que em parte se justificará pelo quadro de instabilidade política vivido na Região Autónoma. Não obstante, manteve em 2025 o seu funcionamento com o apoio de duas pessoas - uma das quais contratada através de um mecanismo de apoio do Instituto de Emprego da Madeira - assegurando respostas no ensino do Braille, na utilização de tecnologias de apoio, na dinamização de momentos de convívio e em ações de sensibilização junto da comunidade.

O ano de 2025 destacou-se como um ano de transição e fortalecimento estrutural, criando bases para maior estabilidade e consistência na intervenção futura e consolidando os CAARPD como instrumento fundamental para a concretização da missão da ACAPO

Objetivo n.º 6: Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos utentes do CAARPD

As atividades definidas no âmbito deste objetivo (formação especializada e dinamização dos grupos de intervenção) constituíram uma base relevante para uma atuação mais qualificada, articulada e consistente das equipas dos CAARPD, contribuindo para o reforço da capacidade técnica do serviço.

Apesar disso, o objetivo não foi formalmente atingido, uma vez que os indicadores definidos, embora revelem níveis de desempenho muito positivos, ficaram ligeiramente aquém das metas estabelecidas. Este resultado traduz, em grande medida, o grau de exigência associado a este domínio, cujas metas se situam num patamar orientado para padrões de excelência.

Observando os indicadores em detalhe verifica-se que o grau médio de satisfação global dos utentes e o grau médio de satisfação com o serviço prestado situaram-se ambos nos 88%, ficando a 2 pontos percentuais da meta de 90%. Relativamente aos indicadores associados aos Planos Individuais (PI), o grau médio de cumprimento situou-se nos 88%, face à meta de 92%. Já a percentagem de PI com pelo menos 75% dos objetivos atingidos fixou-se nos 73%, a 2 pontos percentuais do valor definido. Embora não tenham sido alcançadas as metas previstas, os resultados demonstram consistência na execução técnica dos planos e uma elevada taxa de concretização dos objetivos definidos. De notar que o cumprimento dos PI pode ser influenciado por múltiplas variáveis, incluindo fatores externos ao serviço como a evolução da condição funcional da pessoa, o seu contexto familiar e a rede de suporte disponível. Neste sentido, os desvios observados devem ser analisados à luz da complexidade inerente aos processos de reabilitação e não como indício de falha estrutural do serviço.

Em termos comparativos, os resultados de 2025 mantêm-se alinhados com os do ano anterior, verificando-se, na maioria dos indicadores, uma ligeira melhoria, o que reforça a estabilidade e maturidade da intervenção. No que respeita aos dados de monitorização - designadamente o número de atendimentos pontuais e as referenciações internas e externas para continuidade de serviços - verifica-se um aumento significativo face ao ano anterior. Este crescimento pode ser interpretado como sinal de maior dinamismo, articulação interserviços e capacidade de resposta às necessidades prementes.

O grau médio de utentes acompanhados em contexto de vida apresenta uma redução de 4 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, mantendo-se, contudo, na ordem dos 40%. Este valor continua a representar uma fatia significativa da população acompanhada, mostrando consistência numa abordagem territorial e de proximidade, características estruturantes da intervenção dos CAARPD.

Por fim, registaram-se três reclamações procedentes, mais duas do que no ano anterior, maioritariamente relacionadas com constrangimentos na resposta ao nível dos produtos de apoio, associados à instabilidade de recursos humanos do CAARPD de Lisboa. O tratamento destas situações permitiu identificar fragilidades operacionais e introduzir melhorias no funcionamento da equipa e na articulação com o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio.

Apresenta-se de seguida a tabela n.º 12 com as atividades definidas para este objetivo e o seu estado de realização:

Tabela 12: Atividades programadas para o Objetivo n.º 6 (Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Utentes do CAARPD)		
Ação	Estado de realização	Observações
Promover, pelo menos, uma sessão de formação específica para os	Concluída	

colaboradores dos CAARPD na área da deficiência visual		
Potenciar os grupos de intervenção para que cada grupo desenvolva, pelo menos, um produto/solução que melhore a prática dos seus colaboradores e beneficie o crescimento da organização.	Concluída	

A tabela 13, abaixo, apresenta as metas e os valores alcançados para cada um dos indicadores definidos para o objetivo n.º 6.

Tabela 13: Metas definidas para o Objetivo n.º 6 (Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Utentes do CAARPD)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Grau médio de satisfação global dos Utentes alcançado pelos CAARPD	90%	88,20%
Grau médio de satisfação dos Utentes com o serviço prestado, alcançado pelos CAARPD	90%	87,52%
Grau médio de cumprimento dos Planos Individuais alcançado pelos CAARPD	92%	88,13%

Grau médio de Planos Individuais com pelo menos 75% dos objetivos atingidos alcançado pelos CAARPD	75%	73,14%
--	-----	--------

Objetivo n.º 7: Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do CAARPD

No âmbito deste objetivo foram desenvolvidas duas ações principais: a uniformização de conteúdos institucionais associados à atividade dos CAARPD, reforçando a coerência técnica entre CAARPD e o estreitamento da comunicação com o Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente junto das Unidades Locais de Saúde, com vista a facilitar o encaminhamento de utentes para a ACAPO; iniciativa que reforçou a articulação institucional contribuindo para a entrada de novos utentes.

No que respeita à avaliação dos indicadores, o objetivo encontra-se concretizado, tendo a taxa média de novos utentes atingido 26%, superando em cerca de 6 pontos percentuais a meta definida (20%) e registando um acréscimo de 9 pontos percentuais face a 2024. Este resultado evidencia uma dinâmica positiva na integração de novos utentes, refletindo a continuidade da procura e a capacidade de resposta dos CAARPD.

Relativamente ao tempo médio de duração dos Planos Individuais, indicador de monitorização, os valores mantiveram-se estáveis face aos anos anteriores, o que sugere consistência na gestão dos processos de intervenção e equilíbrio entre a admissão de novos casos e o acompanhamento dos utentes já integrados.

Os resultados confirmam a capacidade dos CAARPD para assegurar a prestação de serviços de forma sustentada, articulada e alinhada com as necessidades identificadas no território.

A tabela 14, que segue de seguida, apresenta as atividades programadas para este objetivo.

Tabela 14: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 7** (Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do CAARPD)

Ação	Estado de realização	Observações
Elaborar conteúdos que permitam uniformizar produtos institucionais relacionados com a atividade dos CAARPD	Concluída	
Estreitar a comunicação com o SNS no sentido de dar a conhecer a missão da ACAPO e os respetivos CAARPD às ULS, facilitando o encaminhamento de Utentes para a ACAPO.	Concluída	

Abaixo apresenta-se a tabela 15 com o indicador e a meta definida para o objetivo em análise.

Tabela 15: Metas definidas para o Objetivo n.º 7 (Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do CAARPD)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa média de novos Utentes com deficiência visual no ano	20%	25,99%

Em 2025 foram acompanhadas 1443 pessoas com deficiência visual, registando-se um ligeiro aumento face a 2024. Importa, contudo, salientar que este ano o CAARPD de Aveiro é contabilizado pela primeira vez; excluindo este acréscimo, o total nacional mantém-se globalmente alinhado com o ano anterior.

Refira-se ainda que o CAARPD de Lisboa, na sequência dos constrangimentos ao nível dos recursos humanos e da gestão da resposta, apresentou um número de utentes significativamente inferior ao padrão habitual, o que influenciou o total apurado a nível nacional. Ainda assim, os dados globais evidenciam consistência, prevendo-se a sua progressiva estabilização à medida que forem atingidos os tetos definidos nos acordos de cooperação.

Relativamente às 1443 pessoas apoiadas, 25% correspondem a novos utentes (n= 359) e 75% a utentes continuados (n=1084) das quais 58% são associadas e 42% não associadas. Quanto ao tipo de deficiência, 48% das pessoas atendidas têm baixa visão (n=645), e 47% apresentam cegueira (n=683). Os restantes 5% dizem respeito a pessoas com deficiência visual que apresentam outras condições associadas, designadamente multideficiência (n=115).

A distribuição etária dos utentes dos CAARPD evidencia uma predominância clara de pessoas com mais de 46 anos, que representam, no seu conjunto, 70% da população acompanhada - um padrão que se tem mantido ao longo dos anos. Destacam-se os utentes com mais de 66 anos (27%), seguidos do grupo entre os 56 e os 65 anos (22%) e da faixa dos 46 aos 55 anos (20%). Por outro lado, os grupos etários mais jovens apresentam uma expressão significativamente inferior: 10% situam-se entre os 36 e os 45 anos, 9% entre os 24 e os 35 anos, 6% entre os 16 e os 23 anos, 4% entre os 7 e os 15 anos e apenas 1% corresponde a crianças com menos de 6 anos.

Os apoios mais solicitados pelos utentes continuam a concentrar-se no apoio social, que representa 24% do total de pessoas acompanhadas, seguido do apoio psicológico (15%). Com igual expressão (11%) surgem a avaliação para prescrição de produtos de apoio, o apoio ao nível da comunicação acessível (uma das apostas decorrentes da renegociação, em 2024, dos CAARPD) e a orientação e mobilidade. A Terapia Ocupacional representa 9% dos apoios prestados e a intervenção nas atividades da vida diária 7%. O ensino do Braille corresponde a 3% e a reabilitação psicomotora a 2%, sendo os restantes apoios distribuídos por percentagens residuais, incluindo intervenções em grupo, estimulação e desenvolvimento, entre outros. No âmbito geral, o padrão de distribuição mantém-se semelhante ao dos anos anteriores.

A atuação dos CAARPD mantém uma abordagem de proximidade, assente nos contextos reais de vida dos utentes: 66% dos utentes são acompanhados nas instalações dos CAARPD, sobretudo no âmbito do serviço social, da psicologia, da comunicação acessível e da avaliação para prescrição de produtos de apoio. As intervenções realizadas em mais do que um contexto de vida representam 12%, incidindo maioritariamente na orientação e mobilidade, bem como no acompanhamento social e psicológico. Em terceiro lugar (10%) surgem as respostas desenvolvidas no domicílio, com maior expressão nas áreas do serviço social, da orientação e mobilidade e da terapia ocupacional. O recurso ao meio digital corresponde a 7% da atividade, essencialmente associado ao acompanhamento social e psicológico.

Ao longo do ano cada CAARPD acompanhou, em média, 24 familiares, registando-se um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, situação que se explica pelo facto do CAARPD de Lisboa não ter registado este tipo de acompanhamento. As áreas com maior expressão junto das famílias foram a avaliação para prescrição de produtos de apoio, seguida do apoio social, do apoio psicológico e por fim da orientação e mobilidade.

No âmbito das ações de sensibilização e capacitação dirigidas à comunidade, foram realizadas, ao longo do ano, cerca de 80 ações registadas, com uma média de 32 participantes por sessão, podendo o número global de iniciativas ser ligeiramente superior, dado o carácter periódico de algumas. À semelhança dos anos anteriores, estas iniciativas abrangeram diversas organizações da comunidade, designadamente Bombeiros, Câmaras e Bibliotecas Municipais, Centros de Atividades de Tempos Livres, escolas de diferentes níveis de ensino, teatros, Unidades Locais de Saúde, empresas, entre outras. As ações incidiram sobre um conjunto diversificado de temas, como acessibilidade e formatos digitais, audiodescrição, Braille, inclusão de alunos com deficiência visual, bem como aspetos comunicacionais e relacionais associados à deficiência visual, nomeadamente mitos e preconceitos, atendimento e acompanhamento de pessoas com deficiência visual.

No que respeita a workshops e eventos dirigidos às pessoas com deficiência visual e às suas famílias, foram registados ao longo do ano mais de 64 eventos, sendo o total efetivo ainda

superior devido à periodicidade bimensal e/ou semanal de algumas atividades. Este resultado acompanha os valores alcançados no ano anterior, com iniciativas semelhantes em tipo e abrangência, incluindo passeios na natureza, prática de desportos adaptados (como surf), espetáculos com audiodescrição, bem como outras atividades de lazer, culturais e de celebração de datas importantes.

Os CAARPD mantiveram, em 2025, uma intervenção estável e consistente, assegurando um acompanhamento contínuo e de proximidade com os contextos de vida dos utentes, em prol da sua autonomia, inclusão e participação social.

[\[Voltar ao índice\]](#)

6. Apoio à Vida Independente

O presente capítulo apresenta uma análise da atividade desenvolvida no âmbito do Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI) ao longo do ano de 2025, procurando evidenciar os principais resultados alcançados pelos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) da ACAPO. Pretendemos, neste contexto, identificar os progressos registados, os desafios enfrentados e os principais aspetos que marcaram a implementação e consolidação do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) durante o período em análise.

No início de 2025 participámos nas três reuniões promovidas pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), no âmbito da implementação da Portaria n.º 415/2023, de 7 de dezembro, que estabelece as condições de criação, instalação, organização e funcionamento da resposta social de assistência pessoal para pessoas com deficiência ou incapacidade, assente no desenvolvimento do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI).

Estas reuniões foram realizadas em diferentes pontos do país, correspondendo às áreas de intervenção dos três serviços, e tiveram como objetivo apresentar a Entidade Coordenadora Nacional e a Equipa Multidisciplinar Nacional do MAVI, constituída por elementos do Instituto para os Direitos das Pessoas com Deficiência, I.P. (IDiPD, I.P.) e do ISS, partilhar informação

sobre o ponto de situação da implementação da resposta social, apresentar os novos indicadores de monitorização e esclarecer dúvidas técnicas relacionadas com o funcionamento do modelo.

Ainda no âmbito da articulação com entidades, ao longo de 2025 demos resposta a diversas solicitações do ISS, relacionadas com a recolha e sistematização de informação sobre beneficiários e assistentes pessoais. Estes pedidos enquadraram-se no processo de análise, avaliação e monitorização da resposta social, financiada em parte pelos Fundos Sociais Europeus, tendo implicado a elaboração e o envio de documentação detalhada referente à execução do serviço, nomeadamente dados relativos aos anos de 2024 e 2025.

Este processo exigiu um trabalho significativo de levantamento, organização e validação de informação, envolvendo a colaboração das equipas, com o objetivo de assegurar a qualidade e a fiabilidade dos dados reportados.

Paralelamente, ao longo do ano mantivemos uma participação ativa em diversos momentos de articulação institucional e desenvolvimento do modelo de intervenção. Destacam-se, neste âmbito, a participação em reuniões externas, encontros de trabalho e ações de formação com outros CAVI, bem como momentos de partilha e reflexão conjunta sobre a implementação e os desafios do modelo de apoio à vida independente.

Com o objetivo de contribuir para a mitigação das dificuldades persistentes no recrutamento de Assistentes Pessoais, participámos numa Feira de Emprego organizada pela Câmara Municipal do Porto, em parceria com o TERA. No âmbito desta iniciativa apresentámos as oportunidades de trabalho existentes na ACAPO para esta função, divulgando as necessidades identificadas nos diferentes serviços. Paralelamente, aproveitámos este momento para dar também a conhecer outras oportunidades existentes na instituição, nomeadamente em áreas necessárias ao funcionamento de serviços como os CAARPD, promovendo um contacto direto com potenciais candidatos interessados em integrar as equipas da ACAPO.

Durante o ano procedemos igualmente à revisão de diversos documentos de suporte ao funcionamento dos CAVI, incluindo instrumentos de trabalho e orientações técnicas, procurando assegurar o alinhamento com as orientações institucionais e com a evolução do modelo de intervenção.

A ACAPO procurou ainda reforçar a dimensão de participação, sensibilização e partilha de conhecimento associada ao modelo de apoio à vida independente. Neste contexto, assinalámos o Dia Europeu da Vida Independente, promovendo um evento online dirigido aos Assistentes Pessoais intitulado “*Juntos pela Autonomia – O Trabalho dos Assistentes Pessoais na Vida Independente*”, centrado na valorização do papel destes profissionais e no impacto do seu trabalho na autonomia e qualidade de vida dos beneficiários.

Ao longo do ano marcámos igualmente presença em iniciativas de carácter mais alargado, como o Debate Potestativo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizado a 18 de dezembro na Assembleia da República, bem como em projetos de cooperação internacional, nomeadamente através da participação na equipa do projeto europeu SKILLS – Shaping Keys for Independent Living Solutions, desenvolvido no âmbito do Programa ERASMUS+, sendo a CERCI Espinho a entidade responsável.

Paralelamente, estabelecemos contactos com potenciais parceiros institucionais e prestámos apoio a trabalhos académicos relacionados com a temática da vida independente e da assistência pessoal, contribuindo para a disseminação de conhecimento nesta área.

Apesar da diversidade de iniciativas desenvolvidas, o ano foi igualmente marcado por alguns desafios operacionais, designadamente associados à gestão das horas de assistência pessoal atribuídas, à disponibilidade de assistentes pessoais e à necessidade de responder a diversas solicitações não programadas. A estes fatores somou-se alguma instabilidade nas equipas, resultante da cessação de funções de alguns colaboradores e do conseqüente processo de recrutamento, admissão e integração de novos elementos. Estes processos implicam sempre um período de adaptação e consolidação das equipas, o que pode influenciar temporariamente

a dinâmica de funcionamento do serviço. Neste contexto, estes fatores condicionaram parcialmente a execução de algumas atividades inicialmente previstas no plano anual.

Seguidamente apresentamos a análise dos objetivos definidos para o ano de 2025, considerando o grau de concretização das atividades planeadas, os resultados alcançados através dos indicadores definidos e os principais fatores que influenciaram o desempenho do serviço.

Objetivo n.º 8: Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Utentes do CAVI

Garantir a satisfação e a adequada resposta às necessidades dos Utentes constitui um elemento central do funcionamento dos CAVI, na medida em que permite avaliar a qualidade do apoio prestado e o impacto do serviço na promoção da autonomia das pessoas com deficiência visual.

Neste âmbito procurámos assegurar que a prestação de assistência pessoal se mantivesse alinhada com as necessidades identificadas pelos beneficiários, promovendo o acompanhamento da execução dos Planos Individuais e a monitorização regular dos indicadores associados à satisfação com o serviço prestado.

Foi igualmente dada particular atenção ao acompanhamento técnico das equipas e à recolha de informação junto dos beneficiários, permitindo identificar oportunidades de melhoria e contribuir para uma resposta cada vez mais ajustada às necessidades e expectativas dos beneficiários.

De seguida apresentamos as atividades planeadas e a respetiva monitorização.

Tabela 16: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 8** (Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Beneficiários do CAVI)

Ação	Estado de realização	Observações
------	----------------------	-------------

Promover sessões de divulgação do Regulamento Interno junto das equipas técnicas, assistentes pessoais e beneficiários	Suspensa	
Promover formação para equipas técnicas na área da comunicação assertiva	Concluída	
Realizar um encontro online entre beneficiários, Coordenação Nacional e Direção Nacional para partilha de experiências	Cancelada	

Da análise das atividades planeadas verifica-se que a sua concretização sofreu alguns ajustamentos face às prioridades operacionais que marcaram o funcionamento do serviço.

Relativamente à divulgação do Regulamento Interno junto das equipas técnicas, assistentes pessoais e beneficiários, a atividade acabou por não ser concretizada durante o período em

análise. Ao longo do ano foi realizado o processo de revisão e atualização do documento, tendo sido posteriormente efetuada nova análise do mesmo à luz de orientações adicionais entretanto emitidas. O documento encontra-se atualmente a aguardar validação da Direção Nacional, pelo que a atividade de divulgação ficou dependente da aprovação final do regulamento.

A formação dirigida às equipas técnicas na área da comunicação assertiva foi concretizada através da ação de formação “Comunicação Interpessoal e Assertividade”, promovida pelo CECOIA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins, contribuindo para o reforço das competências das equipas na gestão da comunicação em contexto profissional e no relacionamento com os diferentes intervenientes do serviço.

Por sua vez, o encontro online entre beneficiários, Coordenação Nacional e Direção Nacional, previsto como um momento de partilha de experiências e de auscultação dos beneficiários, acabou por não se concretizar devido a constrangimentos logísticos e à dificuldade de conciliar as agendas dos diferentes intervenientes.

De forma geral, os ajustamentos verificados na execução das atividades resultaram da necessidade de responder a diferentes prioridades ao longo do ano, nomeadamente no âmbito da revisão de documentos estruturantes do serviço, das solicitações externas e do acompanhamento técnico das equipas. Ainda assim, procurámos manter o foco na melhoria da qualidade da resposta prestada aos beneficiários.

Tabela 17: Metas definidas para o **Objetivo n.º 8** (Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Beneficiários do CAVI)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Grau médio de satisfação global dos Beneficiários alcançado pelos CAVI	80%	77,70%

Grau médio de satisfação dos Beneficiários com o serviço prestado, alcançado pelos CAVI	80%	81,08%
Grau médio de cumprimento dos Planos Individuais alcançado pelos CAVI	85%	81,01%
Grau médio de Planos Individuais com pelo menos 75% dos objetivos atingidos alcançado pelos CAVI	60%	52,10%

Como é possível verificar através da análise da tabela anterior, os resultados obtidos evidenciam diferentes níveis de concretização dos indicadores definidos, refletindo tanto aspetos positivos no funcionamento do serviço como alguns desafios que importa continuar a acompanhar.

No que respeita ao grau médio de satisfação global dos beneficiários, o valor alcançado situou-se em 77,70%, ficando ligeiramente abaixo da meta definida de 80%. Ainda assim, regista-se uma melhoria face ao valor obtido em 2024 (73,62%), o que sugere uma evolução positiva na perceção global dos beneficiários relativamente ao serviço prestado.

Por sua vez, o grau médio de satisfação dos beneficiários com o serviço prestado atingiu 81,08%, superando a meta estabelecida de 80%, o que indica uma avaliação globalmente positiva do serviço por parte dos beneficiários.

Importa, contudo, considerar que a taxa de resposta ao questionário de satisfação foi relativamente reduzida, situando-se globalmente em 57,81%, o que poderá limitar a representatividade dos resultados obtidos. Analisando os dados por serviço, verificou-se que o CAVI Lisboa registou uma taxa de resposta de 50,88%, com um nível de satisfação de 68,28%, enquanto o CAVI Centro apresentou uma taxa de resposta de 51,69%, com um grau de satisfação de 79%. Por sua vez, o CAVI Norte registou uma taxa de resposta de 78,26%, apresentando igualmente o valor mais elevado de satisfação, com 83,64%.

A análise das respostas abertas dos beneficiários permitiu identificar alguns aspetos positivos associados ao serviço prestado, nomeadamente o reconhecimento da importância da assistência pessoal para a promoção da autonomia e da participação social das pessoas com deficiência visual. Paralelamente, foram também identificadas algumas áreas de melhoria, destacando-se sobretudo a necessidade de aumentar o número de horas de assistência pessoal disponíveis, garantir maior flexibilidade na gestão dos horários, reforçar o recrutamento de assistentes pessoais e assegurar maior continuidade dos apoios em situações de ausência dos profissionais. Foram ainda referidas questões relacionadas com a valorização das condições de trabalho dos assistentes pessoais, bem como sugestões no sentido de reforçar a comunicação e articulação entre os beneficiários e as equipas técnicas e simplificar alguns procedimentos administrativos associados ao funcionamento do serviço.

Relativamente ao grau médio de cumprimento dos Planos Individuais, o valor alcançado foi de 81,01%, situando-se abaixo da meta definida de 85% e também inferior ao valor registado em 2024 (93,08%). No que respeita ao grau médio de Planos Individuais com pelo menos 75% dos objetivos atingidos, o valor alcançado foi de 52,10%, ficando igualmente abaixo da meta definida de 60%, embora ligeiramente acima do valor registado em 2024 (51,76%).

Estes resultados poderão refletir os desafios associados à execução integral dos planos individuais, nomeadamente face à diversidade e complexidade das necessidades identificadas. Importa ainda referir que, ao longo do ano, foi realizada uma formação dirigida às equipas técnicas sobre a elaboração e acompanhamento dos Planos Individuais, procurando reforçar as competências nesta área. Ainda assim, a definição de objetivos nos planos individuais no contexto dos CAVI continua a revelar algumas dificuldades, na medida em que se trata de um serviço de continuidade, em que muitos beneficiários apresentam necessidades prolongadas no tempo e, em alguns casos, dificuldade em definir objetivos concretos e mensuráveis. Neste sentido, considera-se que esta é uma área que requer reflexão e uniformização de práticas entre as equipas, de forma a promover uma maior consistência na definição e monitorização dos objetivos estabelecidos.

Face ao exposto, a concretização do objetivo de garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos beneficiários dos CAVI apresenta um grau de concretização de 25%, uma vez que apenas um dos indicadores definidos atingiu a meta estabelecida. Ainda assim, os resultados evidenciam uma avaliação globalmente positiva do serviço por parte dos beneficiários, particularmente no que respeita à satisfação com o serviço prestado. Paralelamente, os indicadores associados aos Planos Individuais continuam a evidenciar desafios que requerem acompanhamento e reflexão por parte das equipas, no sentido de promover uma maior uniformização de práticas e uma melhoria progressiva na definição e monitorização dos objetivos estabelecidos.

Objetivo n.º 9: Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do CAVI

O objetivo de assegurar a prestação de serviços aos utentes dos CAVI assume uma importância central no funcionamento do Serviço de Apoio à Vida Independente, na medida em que está diretamente relacionado com a execução dos Planos Individualizados de Assistência Pessoal (PIAP) e com a concretização das horas de assistência pessoal atribuídas aos beneficiários.

Este objetivo assume também particular relevância para a sustentabilidade da resposta, uma vez que o financiamento atribuído ao serviço está diretamente associado ao número de horas de assistência pessoal executadas. Neste âmbito, os CAVI funcionam ao abrigo de acordos de cooperação celebrados com o ISS que definem o número de beneficiários apoiados e o volume de horas de assistência pessoal financiadas, sendo essencial assegurar a sua adequada execução.

Paralelamente, o PIAP constitui o instrumento central de planeamento e organização do serviço, definido pela tutela, através do qual é realizada a análise do contexto de cada beneficiário e são estabelecidos os elementos essenciais à prestação do apoio, designadamente o número de horas mensais de assistência pessoal, as atividades a

desenvolver, a identificação do assistente pessoal, bem como a data de início e término do plano. O PIAP integra ainda o registo das eventuais alterações ao longo do tempo e os momentos de monitorização da execução do apoio.

A sua adequada elaboração e acompanhamento são, por isso, fundamentais para garantir a qualidade da intervenção e a correta execução das horas de assistência pessoal atribuídas.

Neste contexto, procurámos assegurar uma gestão adequada dos PIAP e das horas de assistência pessoal, promovendo o acompanhamento contínuo da execução dos apoios e a monitorização dos indicadores associados ao funcionamento do serviço.

De seguida apresentam-se as atividades planeadas no âmbito deste objetivo e a respetiva monitorização.

Tabela 18: Atividades programadas para o Objetivo n.º 9 (Assegurar a prestação de serviços aos Beneficiários do CAVI)		
Ação	Estado de realização	Observações
Desenvolver três ações de sensibilização junto da comunidade relativas ao novo modelo MAVI	Cancelada	
Apresentar junto das entidades competentes as dificuldades e a proposta de revisão dos	Cancelada	

acordos face às horas atribuídas		
-------------------------------------	--	--

Da análise das atividades planeadas verifica-se que ambas acabaram por não ser concretizadas durante o período em análise, essencialmente em resultado de ajustamentos às prioridades operacionais que marcaram o funcionamento do serviço.

Relativamente às ações de sensibilização junto da comunidade sobre o modelo MAVI, foram identificados os públicos-alvo considerados prioritários para a realização destas iniciativas, bem como definido o programa das ações. No entanto, a calendarização das mesmas não foi concretizada, em virtude da necessidade de dar resposta a diversas solicitações do ISS, bem como à visita de acompanhamento realizada ao CAVI Lisboa, fatores que exigiram a priorização de outras atividades operacionais.

No que respeita à apresentação junto das entidades competentes das dificuldades e propostas de revisão dos acordos face às horas atribuídas, a atividade também não foi desenvolvida. Esta decisão decorreu do facto de, durante grande parte do ano, não ter sido possível cumprir a totalidade das horas previstas nos acordos de cooperação, ao mesmo tempo que o quadro político se afigurou instável, pelo que se julgou pouco pertinente a apresentação de uma proposta de revisão junto das entidades competentes. Simultaneamente, ao longo do ano foram criadas e implementadas ferramentas e documentos de apoio à análise e monitorização das horas de assistência pessoal, com o objetivo de reforçar os mecanismos de controlo, acompanhamento e verificação da execução das horas previstas.

Ao longo do ano foi ainda necessário direcionar uma parte significativa do trabalho das equipas para a organização e regularização de documentação que se encontrava em atraso, bem como para o reforço do acompanhamento técnico dos beneficiários. Neste âmbito, foram aumentadas as visitas de monitorização, com o objetivo de acompanhar de forma mais próxima a execução dos apoios, monitorizar a concretização dos PIAP e avaliar de que forma os apoios prestados se enquadram nas necessidades e no âmbito do serviço.

Adicionalmente, procedeu-se também à reavaliação das listas de espera, procurando assegurar uma gestão mais adequada das candidaturas existentes e garantir maior alinhamento entre as necessidades identificadas e a capacidade de resposta do serviço.

Importa ainda referir que o funcionamento dos CAVI implica um conjunto significativo de procedimentos administrativos e de reporte, associados à gestão dos PIAP, à monitorização das horas de assistência pessoal, ao acompanhamento dos assistentes pessoais e ao cumprimento das exigências de reporte às entidades financiadoras e de tutela. Estas tarefas exigem um investimento considerável de tempo por parte das equipas.

Verificaram-se também momentos em que não foi possível assegurar a constituição completa das equipas, em resultado da cessação de funções de alguns colaboradores e do subsequente processo de recrutamento, admissão e integração de novos elementos. Estes processos implicam sempre um período de adaptação e consolidação das equipas, com impacto temporário na capacidade de resposta do serviço.

Neste contexto, os desvios registados relativamente às atividades inicialmente planeadas resultaram sobretudo da necessidade de dar resposta a exigências operacionais associadas à gestão do serviço, à complexidade administrativa inerente ao funcionamento dos CAVI e ao acompanhamento técnico dos beneficiários, tendo sido dada prioridade a ações consideradas essenciais para assegurar a qualidade da intervenção e a adequada execução dos apoios.

Tabela 19: Metas definidas para o **Objetivo n.º 9** (Assegurar a prestação de serviços aos Beneficiários do CAVI)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Grau médio de execução dos CAVI quanto aos Planos Individualizados de Assistência Pessoal (PIAP) ativos	98%	96,11%

Grau médio de horas executadas pelos CAVI	85%	83,88%
---	-----	--------

Como é possível verificar através da análise da tabela anterior, os resultados obtidos evidenciam níveis de execução próximos das metas definidas, embora ligeiramente inferiores aos valores estabelecidos para o período em análise.

Relativamente ao grau médio de execução dos CAVI quanto aos Planos Individualizados de Assistência Pessoal ativos, o valor alcançado foi de 96,11%, situando-se ligeiramente abaixo da meta definida de 98%, mas ainda assim acima do valor registado no ano anterior (95,56%). Este resultado evidencia um nível globalmente elevado de execução dos planos, refletindo o esforço das equipas em assegurar a continuidade da prestação de apoios aos beneficiários.

Importa, contudo, referir que, ao longo do ano, se tornou perceptível, através da análise da previsão de horas de assistência pessoal a executar, que no CAVI Lisboa a totalidade das horas contratualizadas no âmbito do projeto piloto é superior ao limite de horas estabelecido pelo ISS, no acordo de cooperação atualmente em vigor. Neste contexto, verificou-se que a admissão de novos beneficiários até ao limite previsto poderia conduzir à execução de um volume de horas superior ao financiado, situação que não seria elegível para financiamento.

Perante esta realidade, tornou-se evidente que o indicador baseado no número de PIAP ativos não reflete de forma totalmente adequada a gestão efetiva da resposta, uma vez que o fator determinante para o funcionamento e financiamento do serviço é o número de horas de assistência pessoal executadas. Neste sentido, foi identificada a necessidade de rever este indicador, passando a privilegiar métricas associadas à execução das horas de apoio. Esta revisão foi já considerada no planeamento para 2026, procurando assegurar uma monitorização mais ajustada à realidade operacional e financeira do serviço.

No que respeita ao grau médio de horas executadas pelos CAVI, o valor alcançado foi de 83,88%, ficando igualmente abaixo da meta definida de 85%, embora superior ao valor registado em 2024 (79,19%). Este indicador reflete os desafios associados à execução integral

das horas previstas nos acordos de cooperação, nomeadamente face à disponibilidade de assistentes pessoais e às dinâmicas próprias de gestão dos apoios. Importa referir que, embora sejam assegurados apoios pontuais sempre que solicitados pelos beneficiários e devidamente fundamentados, fatores como o número de dispensas, a dificuldade de recrutamento de assistentes pessoais e a substituição destes profissionais em períodos de férias ou de ausência por doença tornam mais complexa a execução integral das horas previstas.

Face ao exposto, verifica-se que a concretização deste objetivo apresenta resultados próximos das metas definidas, evidenciando uma evolução positiva face ao ano anterior. Ainda assim, considerando que nenhum dos indicadores definidos atingiu a meta estabelecida, o grau de concretização do objetivo situa-se em 0%. A revisão dos indicadores prevista para 2026 permitirá uma avaliação mais ajustada à realidade operacional do serviço.

[\[Voltar ao índice\]](#)

7. Apoio ao Emprego e Formação Profissional

No ano de 2025, a ACAPO apresentou candidatura para a renovação da acreditação enquanto Centro de Recursos de nível 3, junto do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), mantendo-se como a única entidade certificada, a nível nacional, na área da deficiência visual. No mesmo período, foi igualmente submetida uma candidatura aos Prémios Caixa Social, com um projeto de formação a-distância, que obteve reconhecimento e foi premiado.

O Departamento de Apoio ao Emprego e Formação Profissional (DAEFP) da ACAPO conta atualmente com uma equipa de 10 profissionais permanente constituída por um assistente administrativo, oito técnicos especializados e uma coordenadora, contando ainda com a colaboração de quatro formadores externos para necessidades formativas pontuais. No quadro dos dois polos deste Departamento foi assegurada uma resposta técnica qualificada a um universo de 361 beneficiários diretos, incluindo formandos, utentes encaminhados para

atividades de centro de recursos, professores de educação especial e participantes em atividade dinamizada pelo departamento.

Objetivo n.º 10: Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Utentes do DAEFP

As atividades desenvolvidas pelo DAEFP da ACAPO têm como objetivo central a capacitação dos utentes/formandos, através da disponibilização de técnicas e ferramentas que promovem o reforço do seu perfil de empregabilidade, ampliar o leque de oportunidades e ultrapassar as barreiras que comprometem a sua plena e efetiva participação no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Continuamos com grandes constrangimentos ao nível dos Recursos Humanos que impactaram de forma muito acentuada as atividades do departamento em 2025.

É urgente aumentar a equipa e desenvolver um trabalho concertado e organizado para responder de forma mais eficiente à elevada abrangência de solicitações. Está a ser feito um esforço nesse sentido, a equipa será reforçada a curto prazo, o que possibilitará outro nível de desempenho e melhores taxas de cumprimento dos indicadores.

Tabela 20: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 10** (Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Utentes do DAEFP)

Ação	Estado de realização	Observações
Desenvolver 27 cursos de formação contínua nas áreas identificadas como prioritárias.	Concluída 31/ 12/ 2025	Foram iniciados e concluídos cursos, mas não conseguimos executar todos os que tínhamos planeado. A equipa muito reduzida em Lisboa, a demora na substituição do formador de Comunicação Acessível no Porto, e projetos não contemplados no plano de ação que acabamos por executar,

		inviabilizaram a realização de todas as ações formativas previstas.
Desenvolver 2 cursos de formação inicial na área administrativa.	Concluída 31/ 12/ 2025	
Realizar 1 webinar no âmbito dos direitos da pessoa com DV enquanto trabalhador.	Concluída 17/12/2025	47 participantes, feedback muito positivo, foi solicitada repetição.
Realizar 1 Open Day em Lisboa e outro no Porto, no âmbito da empregabilidade para pessoas com deficiência visual.	Cancelada	Os constrangimentos ao nível dos RH impediram a realização desta atividade, que continua a ser pertinente, mas não foi possível executá-la este ano.
Criar uma metodologia estruturada na resposta de apoio ao emprego.	Concluída 30/11/2025	Foi criada a metodologia ACAPO +Emprego, e disseminada pelas equipas.
Assinalar a integração profissional de pessoas com deficiência visual	Concluída 31/ 12/ 2025	Foram feitas 3 publicações, uma por quadrimestre.

através da divulgação de conteúdos em diferentes plataformas da instituição.		
Reforçar a bolsa de parceiros que potencie as oportunidades de integração profissional de pessoas com DV.	Concluída 30/ 06/ 2025	Foram feitos contactos/ reuniões com entidades externas (empresas) para potenciar oportunidades de integração e reforçar parcerias.

Tabela 21: Metas definidas para o **Objetivo n.º 10** (Garantir a satisfação e a resposta às necessidades dos Utentes do DAEFP)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Grau médio de satisfação global dos Utentes alcançado pelos polos do DAEFP	80%	81,11%
Grau médio de satisfação dos Utentes com o serviço prestado alcançado pelos polos do DAEFP	75%	68,89%
Grau médio de cumprimento dos Planos Individuais alcançado pelos polos do DAEFP	95%	74,35%

Grau médio de Planos Individuais com pelo menos 75% dos objetivos atingidos alcançado pelos polos do DAEFP	75%	46,28%
Grau médio de resposta aos pedidos de Apoio à procura de emprego alcançado pelos polos do DAEFP	100%	95,45%
Grau médio de integrações no seguimento do Apoio à Integração prestado, alcançado pelos polos do DAEFP	30%	26,20%
Grau médio de sucesso do Acompanhamento a pessoas empregadas face ao objetivo definido alcançado pelos polos do DAEFP	100%	74,09%

Objetivo n.º 11: Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do DAEFP

As atividades do DAEFP foram desenvolvidas com o objetivo de assegurar a continuidade e, sempre que possível, a sustentabilidade do serviço, em conformidade com os requisitos regulamentares e de financiamento, maioritariamente assegurado por programas do Fundo Social Europeu e pelo Orçamento do Estado. Contudo, a forte dependência de financiamento externo, aliada a um quadro de recursos humanos manifestamente limitado e maioritariamente rígido, constituiu o principal constrangimento à concretização das metas definidas.

Importa referir que apesar das circunstâncias, a nível nacional, a ACAPO apoiou, através do DAEFP, 70 formandos, distribuídos por ações de formação inicial e formação contínua, menos 10 do que no ano anterior, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 12,5%.

No que respeita às atividades de Centro de Recursos, a ACAPO apoiou a nível nacional 232 beneficiários, mais 20% do que no ano anterior, distribuídas da seguinte forma:

62 encaminhamentos para Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e Emprego

58 processos para Prescrição de Produtos de Apoio

14 pedidos para avaliação da capacidade de trabalho

78 encaminhamentos para apoio à colocação

20 pedidos de apoio pós-colocação

Do total dos apoios resultaram 17 integrações profissionais.

Tabela 22: Atividades programadas para o Objetivo n.º 11 (Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do DAEFP)		
Ação	Estado de realização	Observações
Promover um ciclo de formação para os colaboradores do DAEFP no âmbito da sua capacitação pedagógica e técnica.	Concluída 30/ 06/ 2025	As reuniões setoriais e de equipa tiveram alguns momentos de mentoria e foi disponibilizada para todos os colaboradores a formação em Planos Individuais, que se revelou uma mais-valia para o serviço.
Desenvolver e implementar um plano de formação em horário pós-laboral e na modalidade a-distância, em parceria com o IEFP.	Cancelada	Mudou a nossa estratégia, estamos a enquadrar esta modalidade no projeto de formação de Lisboa, porque tivemos parecer favorável da entidade financiadora, e por isso, esta atividade deixou de fazer sentido.
Retomar contactos e atualizar a base de	Concluída	

dados dos utentes do DAEFP.		
Criar uma bolsa de tutores, como estrutura de suporte às atividades no âmbito da empregabilidade.	Cancelada	A escassez de recursos humanos impossibilitou esta atividade.

Tabela 23: Metas definidas para o **Objetivo n.º 11** (Assegurar a prestação de serviços aos Utentes do DAEFP)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Grau médio de execução pelos polos do DAEFP, dos projetos quanto ao n.º de ações	90%	52,90%
Grau médio de execução pelos polos do DAEFP, dos projetos quanto ao n.º de formandos	95%	34,79%

[\[Voltar ao índice\]](#)

8. Prestação de Serviços à Comunidade

8.1. Sensibilização, Consultoria e Formação para a Comunidade

A ACAPO dispõe, ao longo do território nacional, de um conjunto de competências técnicas e humanas de grande valia, que têm permitido uma atuação cada vez mais relevante na comunidade. Estas competências originam tanto ações de sensibilização como iniciativas de formação, consultoria, capacitação e aconselhamento técnico. Este capital de conhecimento constitui a base que nos permite ambicionar uma intervenção mais consistente, estruturada e

impactante. Trata-se de uma área cuja consolidação exige investimento continuado, não só porque o seu grau de estruturação ainda se encontra em desenvolvimento, mas também porque a sua natureza transversal envolve vários departamentos e níveis de atuação, locais e nacionais.

Objetivo n.º 12: Assegurar a qualidade da prestação de serviços à comunidade

Neste contexto, a ACAPO promoveu a iniciativa “Venha testar a acessibilidade com a ACAPO”. Esta iniciativa teve como objetivo criar uma bolsa de pessoas cegas e com baixa visão interessadas em participar em testes de acessibilidade, usabilidade e validação de produtos e serviços, reforçando a capacidade de resposta da Associação perante solicitações de entidades externas. A ação foi igualmente enquadrada na entrada em vigor, a 28 de junho de 2025, da Lei Europeia da Acessibilidade, que estabelece requisitos obrigatórios de acessibilidade para os produtos e serviços disponibilizados aos consumidores no espaço europeu. Em Portugal, estes requisitos encontram-se consagrados no Decreto-Lei n.º 82/2022, que determina que, a partir dessa data, os produtos e serviços abrangidos só podem ser colocados no mercado se cumprirem as normas de acessibilidade aplicáveis. A criação desta bolsa, que conta já com mais de 100 interessados, reforça o princípio da participação ativa das pessoas com deficiência na definição e avaliação de políticas, produtos e serviços que lhes dizem respeito, conforme previsto na legislação nacional e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Ao longo do período em análise, a ACAPO foi procurada por diversas entidades públicas e privadas para colaboração em projetos de acessibilidade, usabilidade e inclusão, o que demonstra o reconhecimento crescente pelo nosso trabalho e experiência técnica. No domínio dos testes de usabilidade, destacam-se as iniciativas desenvolvidas com a MEO, que inicialmente solicitou a participação de Associados para testar o comando da operadora, envolvendo oito participantes. O sucesso desta colaboração levou a um novo convite para a

realização de testes à aplicação móvel MEO Go, onde participaram cinco associados. Também a AccessLab, no âmbito de um projeto desenvolvido para a NOS Inovação, recorreu à ACAPO para recrutar cinco participantes para a fase de testes de uma aplicação inovadora que utiliza áudio espacial 3D e tecnologias de machine learning para tornar as transmissões de futebol acessíveis. A iniciativa, dirigida preferencialmente a pessoas adultas apreciadoras de futebol, integra duas rondas de testes, encontrando-se atualmente na primeira fase. No âmbito da mobilidade e orientação, a ACAPO colaborou com a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa – no piloto do projeto WayFinding da Gare do Oriente, participando em testes ao sistema de navegação com piso podotátil e recurso a códigos NaviLens.

A consultoria técnica constituiu igualmente uma área de grande atividade. O INEM solicitou a colaboração da ACAPO no projeto INEM + Inclusivo, destinado a desenvolver um programa piloto de formação em Suporte Básico de Vida acessível à participação de formandos com deficiência visual. O Museu Militar de Lisboa procurou apoio para capacitar os seus guias na receção e acompanhamento de visitantes com deficiência visual, tendo sido identificadas necessidades específicas relacionadas com técnicas de guia, acessibilidade do edifício e interação com peças expostas. A Casa Amarela Health & Spa, em Beja, solicitou orientações sobre a implementação de piso podotátil, guias orientadoras e boas práticas de acessibilidade em contexto hoteleiro. Também o desenvolvimento de um quiosque de senhas acessível motivou um pedido de aconselhamento técnico, nomeadamente sobre o formato e características físicas de um botão acessível.

Também a UBER procurou a ACAPO no âmbito de um pedido de consultoria para melhorar a experiência de utilização da sua plataforma por pessoas cegas e com baixa visão. Este contacto inicial deu origem ao início de um trabalho conjunto que começou por identificar necessidades prioritárias e evoluiu para a construção de uma parceria estruturada em quatro eixos fundamentais: formação e sensibilização de motoristas, implementação de um programa de cliente mistério, criação de um canal de comunicação privilegiado para reporte de situações

e acompanhamento da acessibilidade e usabilidade da plataforma digital. No âmbito da formação, foi desenvolvido um guião detalhado de conteúdos de sensibilização, abordando temas como a identificação de pessoas cegas, a comunicação adequada, a oferta de ajuda, o transporte de cães-guia, a legislação aplicável e as boas práticas de orientação e segurança. Este trabalho marca o início de uma colaboração mais consistente, com potencial de impacto significativo na melhoria da experiência de mobilidade para as pessoas com deficiência visual. Foram ainda registados contactos e pedidos de colaboração em áreas diversas, incluindo iniciativas de acessibilidade digital, como o projeto de chatbots acessíveis apresentado pela investigadora Leticia Seixas Pereira, e propostas de parceria, para o Turismo Inclusivo, na região do Algarve, através da entidade Take 5.

Ao nível da formação, fomos contactados pelo grupo Hoti Star – Portugal Hotéis SA para a possibilidade de ministrarmos uma ação sobre acessibilidade no contexto da hotelaria (1h30), dirigida aos diretores das várias unidades do grupo. Foi igualmente elaborado um orçamento para uma segunda formação, prevista para 2026, a realizar num dos hotéis e destinada ao staff, focada no atendimento a clientes com deficiência visual. Esta ação serviria como projeto-piloto para testar o modelo formativo, com vista à sua replicação nos restantes hotéis do grupo a nível nacional. Até ao momento, nenhuma das formações foi ainda formalizada.

A formação de professores, em particular docentes de Educação Especial, tem sido assumida pela ACAPO como uma área estratégica de intervenção, refletindo uma clara aposta na participação ativa, no acolhimento e na resposta às necessidades concretas destes profissionais, no trabalho diário com alunos com deficiência visual. Foram submetidos a aprovação do Conselho Científico de Formação Contínua 3 cursos para professores, em articulação com a Escola Superior de Educação do Porto e com o Instituto Politécnico de Bragança, que foram todos aprovados. Na sequência deste esforço conjunto, a ACAPO pode ministrar cursos de formação contínua para professores, acreditados, nas áreas de Grafia Braille para a Língua Portuguesa, Código Matemático Braille e Musicografia. Estas ações

formativas permitiram reforçar competências pedagógicas inclusivas, promover o conhecimento sobre a deficiência visual e disponibilizar estratégias e recursos que apoiem práticas educativas mais acessíveis e eficazes, contribuindo para uma escola verdadeiramente inclusiva.

A participação de Associados (cerca de 30) em projetos externos constituiu um contributo essencial para a validação de soluções tecnológicas e de serviços, reforçando o princípio “Nada sobre nós, sem nós” e garantindo que as respostas desenvolvidas por entidades externas incorporam a experiência real das pessoas cegas e com baixa visão.

No conjunto destas iniciativas, a ACAPO consolidou o seu papel enquanto entidade de referência na promoção da acessibilidade, da usabilidade e da inclusão, evidenciando simultaneamente a necessidade de continuar a investir na estruturação interna desta área, de forma a garantir maior consistência, capacidade de resposta e impacto na comunidade.

Importa aqui notar que esta dinâmica foi possível, não obstante a aposentação em meados do ano, do colaborador responsável pela gestão técnica destas atividades, muito embora não tenha sido possível levar a efeito a maior parte das atividades estruturantes programadas para este objetivo, e que a seguir são sistematizadas.

Tabela 24: Atividades programadas para o Objetivo n.º 12 (Assegurar a qualidade da prestação de serviços à comunidade)		
Ação	Estado de realização	Observações
Concluir o diagnóstico ao nível da oferta formativa disponibilizada pela ACAPO e das	Não realizada	

solicitações endereçadas à instituição		
Criar grupos de trabalho para o desenvolvimento de referenciais de sensibilização em temas específicos.	Não realizada	
Desenvolver uma ação de comparação das práticas das Delegações no domínio das iniciativas da educação para a cidadania junto da comunidade, nomeadamente no que se refere às atitudes perante pessoas com deficiência visual, às técnicas de guia e à relação de ajuda no espaço público	Não realizada	

Construção do projeto e coordenação pedagógica dos cursos de formação para professores, em articulação com a Escola Superior de Educação do Porto e Instituto Politécnico de Bragança	Concluída 01/ 10/ 2025	
---	---------------------------	--

Quanto à concretização deste objetivo, e não obstante os constrangimentos já assinalados, notamos que 4 das 5 metas foram atingidas, destacando-se aqui o impacto positivo dos resultados alcançados pelas Delegações.

Tabela 25: Metas definidas para o Objetivo n.º 12 (Assegurar a qualidade da prestação de serviços à comunidade)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de resposta a pedidos de aconselhamento/consultoria técnica sob responsabilidade dos serviços centrais	100%	100%
Grau médio de resposta das Delegações aos pedidos de consultoria/aconselhamento técnico	100%	94,82%
Taxa de satisfação dos formandos de cursos para a comunidade desenvolvidos sob responsabilidade dos serviços centrais	80%	100%

Grau médio de satisfação dos formandos de cursos para a comunidade alcançado pelas Delegações	80%	91,45%
Grau médio de satisfação dos participantes em ações de sensibilização alcançado pelas Delegações	80%	92,46%

[\[Voltar ao índice\]](#)

8.2. Produção Documental

No quadro da ACAPO, o Centro de Produção Documental (CPD) é a estrutura a quem compete promover o acesso à informação para pessoas cegas ou com baixa visão, através da transcrição e produção de documentos em Braille e noutros formatos acessíveis. O papel desta estrutura tem uma vertente interna, de satisfação das necessidades documentais da instituição, mas também uma vertente externa, que se materializa, entre outras valências, na produção de Braille e na certificação das representações neste sistema de leitura e escrita.

Ao longo do ano o CPD desenvolveu diversas atividades, entre as quais se destacam:

- Transcrição de documentos para clientes, nomeadamente ementas, folhetos, transcrições digitais, livros e Programação Cultural.
- Elaboração do Calendário 2026, em colaboração com o Departamento de Comunicação.
- Apoio ao Departamento de Comunicação na impressão de documentação para diversos eventos, nomeadamente alfabetos em Braille, o “*Livro das Lengalengas*” e cadernos com textos em formato acessível.
- Transcrição de documentação destinada às Delegações, bem como apoio na produção de materiais como alfabetos e calendários.

Durante o ano, o Centro de Produção Documental enfrentou alguns desafios, nomeadamente a limitação de recursos e a necessidade de mudança de instalações, com vista a melhorar as condições de conservação de materiais e equipamentos. Não são constrangimentos que estejam, ainda, superados, apesar dos esforços que foram iniciados no sentido de resolver ambas as carências manifestadas.

Importa ainda referir que o Centro de Produção Documental passou por uma reestruturação ao nível dos recursos humanos, na sequência da saída do anterior coordenador Peter Colwell, por motivo de reforma.

Em consequência destas circunstâncias, as atividades inicialmente planeadas para o ano de 2025 ficaram condicionadas, tendo o departamento de se adaptar a esta nova realidade e reorganizar o seu funcionamento.

Objetivo n.º 13: Promover o potencial de resposta do CPD à comunidade

O Centro de Produção Documental procurou reforçar o seu papel junto da comunidade, promovendo os seus serviços de transcrição e produção de documentos em Braille e noutros formatos acessíveis.

Ao longo do ano, respondeu a vários pedidos de transcrição e produção de materiais em Braille, em diferentes formatos, apoiando instituições, empresas e departamentos da própria ACAPO, contribuindo assim para o aumento da visibilidade do CPD.

Tabela 26: Atividades programadas para o Objetivo n.º 13 (Promover o potencial de resposta do CPD à comunidade)		
Ação	Estado de realização	Observações
Levantamento das necessidades dos associados em	Suspensa	A atividade encontra-se atualmente suspensa, na sequência da reforma do

termos de informação escrita em braille		anterior Coordenador no final do mês de julho.
Preparar material promocional para entidades externas na base das conclusões do levantamento.	Suspensa	A atividade encontra-se atualmente suspensa, na sequência da reforma do anterior Coordenador no final do mês de julho.

Tabela 27: Metas definidas para o **Objetivo n.º 13** (Promover o potencial de resposta do CPD à comunidade)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Vendas aos clientes externos	16 000 €	11 397,37€

[\[Voltar ao índice\]](#)

IV. ORGANIZAÇÃO INTERNA

9. Dinâmica Associativa

O que distingue a ACAPO face a diversas outras organizações assenta em duas vertentes: somos a associação dos cegos e das pessoas com baixa visão de Portugal, quer isto dizer, não somos uma associação que vise trabalhar para estas pessoas, mas sim uma organização que é composta principalmente por estas pessoas – afinal, por todos nós. O que nos une não é tanto a necessidade de trabalharmos mais para as pessoas com deficiência visual, mas antes o facto de todos nós, que ditamos os destinos da Associação, sermos pessoas com deficiência visual, pelo que ninguém melhor do que nós pode desenvolver, potenciar e estruturar o que a ACAPO é e o que a ACAPO faz. Por outro lado, e como associação, assentamos na união de vontades de todos quantos a nós se associam. Por isso mesmo, desenvolver e estruturar o sentido de pertença e o envolvimento dos nossos Associados é, terá sempre de ser, o nosso principal desígnio. Só daqui, da promoção desta dinâmica associativa, poderá advir a nossa força, a nossa renovação. Por isso mesmo, é este o primeiro capítulo a que dedicamos a nossa atenção, quando abordamos o relato das atividades que desenvolvemos ao nível da estrutura da nossa organização.

Objetivo n.º 14: Promover a fidelização dos Associados efetivos e potenciar o crescimento associativo

A análise das metas e indicadores definidos para o Objetivo n.º 14 evidencia um desempenho sólido, mesmo com algumas iniciativas adiadas. As ações implementadas permitiram gerir de forma eficiente a informação associativa e manter contacto próximo com os Associados, contribuindo para a sua fidelização e criando condições para o crescimento futuro da ACAPO.

Os indicadores relacionados com a manutenção da base de dados, a estratégia de aproximação aos Associados e o planeamento de novos instrumentos de comunicação

permitem monitorizar o progresso do objetivo, fornecendo informações essenciais para avaliar a eficácia das ações e orientar decisões futuras.

Em 2025, a plataforma Salesforce foi consolidada e aprimorada para apoiar as Delegações e capacitar os utilizadores, destacando-se a consultoria técnica de apoio e a adjudicação do contrato à Step Ahead Consulting em junho, garantindo a atualização e fiabilidade dos registos da base de dados de Associados. Foram corrigidos erros de inserção de quotização, débitos diretos e registos duplicados, automatizaram-se processos críticos e criaram-se relatórios e painéis personalizados por delegação, assegurando uma gestão mais automática, intuitiva e eficiente das comunicações e do relacionamento com os Associados. A maioria das Delegações passou a contar com páginas iniciais adaptadas, equilibrando autonomia local e controlo central, enquanto se prepara um novo modelo de dados para suportar o crescimento futuro da ACAPO.

Foi produzida documentação de apoio e realizada uma sessão de validação da plataforma para atestar a funcionalidade da sua utilização, com continuidade prevista em 2026. O acompanhamento contínuo incluiu a validação de requisitos, testes controlados e alinhamento com todas as partes interessadas, constituindo um alicerce fundamental para futuras estratégias de aproximação e envolvimento da comunidade associativa. Ao longo do segundo semestre, registaram-se cerca de 122 horas de trabalho, 31 reuniões de ponto de situação e a participação de 6 consultores, evidenciando o esforço mobilizado para fortalecer a gestão e utilização desta plataforma. Importa ainda destacar que este modelo beneficiou, em muito, do input crítico daqueles que, nas Delegações, diariamente trabalham com esta base de dados.

Algumas ações estratégicas, como o lançamento do kit de Associado, foram adiadas para 2026, o que a nosso ver se impunha, dado estar em redefinição o instrumento de base da gestão associativa; ainda assim, a continuidade das medidas em curso demonstra o compromisso da ACAPO em melhorar a proximidade com os Associados e planear ações estruturadas para reforçar o envolvimento e a participação na vida associativa.

Eventos inclusivos, como o almoço comemorativo do 36.º aniversário, realizado a 25 de outubro na Quinta da Feteira, em Almeirim, reuniram 227 participantes de várias Delegações e Núcleos, reforçando o sentimento de pertença e valorização da ACAPO. A iniciativa contou com um investimento de 39% da Direção Nacional, garantindo qualidade e inclusão. A avaliação por inquérito, embora com respostas limitadas (39 inquiridos), revelou perceção global positiva sobre a divulgação, inscrição, organização do local, ementa e serviços prestados. A disponibilização de informação acessível em Braille, ampliado e QR Code foi bem recebida, e a audiodescrição, usada pela primeira vez, valorizada pelos participantes. As sugestões recolhidas incluíram revisão do preço para acompanhantes, oferta de brindes alusivos ao aniversário e maior envolvimento dos meios de comunicação social.

Por fim, merece ainda destaque o aumento de produção de informação de âmbito nacional, seja pela Direção Nacional seja pela Mesa da Assembleia de Representantes, informação essa que, em várias oportunidades e sempre que o tempo o permitiu sem prejudicar a utilidade da informação, foi igualmente produzida em suportes como Braille ou caracteres ampliados, para além do suporte digital acessível.

Em síntese, o Objetivo n.º 14 apresenta um grau de concretização positivo, refletindo uma gestão estratégica da comunidade associativa que procura reforçar a fidelização dos Associados Efetivos e criar condições para o crescimento sustentado da ACAPO em 2026. Em 2025, consolidámos a plataforma Salesforce, reforçámos a gestão e atualização da base de dados de Associados, promovemos o envolvimento das Delegações e mantivemos ações de proximidade e participação ativa, incluindo eventos inclusivos, demonstrando um compromisso sólido com a fidelização, o crescimento associativo e a perceção positiva dos Associados.

A Tabela 28 evidencia o estado de realização das ações programadas, permitindo acompanhar de forma clara a execução, continuação ou adiamento de cada iniciativa e oferecendo uma visão estruturada da implementação do Objetivo n.º 14. De salientar a flexibilidade logística que permitiu a criação de 2 atividades não planeadas que foram concluídas.

Tabela 28: Atividades programadas para o Objetivo n.º 14 (Promover a fidelização dos Associados Efetivos e potenciar o crescimento associativo)		
Ação	Estado de realização	Observações
Lançar um kit de Associado	Suspensa	Adiada para 2026
Delinear uma estratégia de aproximação aos Associados Efetivos e potenciais Associados	Em curso	Continuidade em 2026
Adjudicação Step Ahead Consulting de Contrato de Manutenção (Corretivo e Evolutivo) da Base de Dados de Associados da ACAPO	Concluída	03 /06/2025 - Adjudicação do contrato Kick-off-meeting
Aniversário da ACAPO	Concluída	25/10/2025 Quinta da Feteira, em Almeirim

Tabela 29: Metas definidas para o Objetivo n.º 14 (Promover a fidelização dos Associados Efetivos e potenciar o crescimento associativo)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de Associados efetivos com a quotização regularizada a nível nacional	35%	27,86%
Grau de satisfação dos Associados com a ACAPO	65%	69,09%

Grau de satisfação das pessoas com deficiência visual em geral com a ACAPO	65%	67,57%
Média de atividades associativas realizadas pelas Delegações	8,5	10,75

A análise da Tabela 29, que apresenta as metas definidas para o objetivo de promover a fidelização dos Associados Efetivos e potenciar o crescimento associativo, revela um desempenho misto, com avanços significativos em algumas áreas e desafios por superar em outras.

No ano de 2025, o total de associados efetivos passou de 3.828 para 3.905, refletindo um crescimento resultante tanto das novas aprovações como da redução natural por falecimentos e desvinculações. Este aumento não foi uniforme entre as delegações, com Porto e Lisboa a registarem os maiores acréscimos, enquanto delegações menores, como Vila Real e Madeira, apresentaram crescimentos mais modestos.

A taxa de Associados efetivos com a quotização regularizada situou-se em 27,86%, abaixo da meta de 35%, evidenciando que, apesar dos esforços da ACAPO para consolidar o relacionamento e o compromisso dos Associados, ainda existe espaço para aumentar a regularização das quotas e reforçar a fidelização. O número de Associados com quotas em dia reduziu-se de 1.239 para 1.088, sendo Porto, Lisboa e Braga as delegações com maior número de Associados regularizados e Açores e Vila Real aquelas com valores mais baixos.

O número de pedidos de filiação aprovados aumentou de 57 para 146, mostrando um crescimento significativo de novos Associados. Por delegação, os totais anuais foram: Açores 5, Algarve 12, Aveiro 20, Braga 21, Castelo Branco 4, Coimbra 7, Leiria 10, Lisboa 14, Madeira 2, Porto 24, Viana do Castelo 8, Vila Real 8 e Viseu 7, evidenciando que Aveiro, Braga, Porto e Lisboa concentraram a maioria das novas filiações, indicando maior dinamismo associativo nessas regiões.

O número de Associados efetivos falecidos passou de 29 para 45, refletindo o impacto natural de perdas na base associativa, enquanto os pedidos de desvinculação concretizados mantiveram-se estáveis, de 3 para 3, ocorrendo em Braga, Castelo Branco e Vila Real, sem registo de desvinculações noutras delegações ao longo do ano.

Apesar dos desafios na regularização de quotas, o grau de satisfação dos Associados com a ACAPO atingiu 69,09%, superando a meta definida de 65%, e o grau de satisfação das pessoas com deficiência visual em geral situou-se em 67,57%, também acima do valor planeado, refletindo confiança e reconhecimento pelo nosso trabalho. A média de atividades associativas realizadas pelas delegações foi de 10,75, significativamente acima da meta de 8,5, demonstrando uma forte dinâmica local e participação ativa nos diferentes territórios, reforçando o envolvimento da comunidade associativa.

Em conclusão, os resultados de 2025 confirmam que mantemos uma base sólida de satisfação e participação dos Associados, com oportunidades de melhoria na regularização das quotas. A combinação de elevado envolvimento local, perceção positiva sobre nossa ação e crescimento equilibrado nas delegações reforça a nossa capacidade de consolidar a fidelização dos seus membros e promover o crescimento associativo sustentado no futuro.

Objetivo n.º 15: Valorizar o contributo dos Associados cooperantes para a instituição

A análise das atividades e indicadores do Objetivo n.º 15 evidencia um progresso inicial na valorização do contributo dos Associados Cooperantes, apesar de algumas ações estratégicas terem sido adiadas para 2026. O foco manteve-se na preparação de estratégias estruturadas de aproximação e reconhecimento, garantindo que o envolvimento destes Associados seja integrado de forma consistente nas atividades e decisões da ACAPO.

Entre as ações previstas, destaca-se a elaboração da estratégia de aproximação aos Associados Cooperantes e potenciais novos membros, atualmente em curso. Esta iniciativa visa reforçar a comunicação, aumentar a visibilidade do papel destes Associados e consolidar

o seu envolvimento na vida da ACAPO, estabelecendo as bases para iniciativas futuras de fidelização e valorização do contributo prestado.

Embora ainda não tenham sido implementadas todas as ações, os indicadores planeados permitirão monitorizar o impacto das estratégias e avaliar a participação e satisfação dos Associados Cooperantes, assegurando uma gestão estruturada do seu contributo para a sustentabilidade e dinamização das atividades da ACAPO.

As atividades programadas para o Objetivo n.º 15, detalhadas na tabela 30, encontram-se em curso e a sua continuidade está prevista para 2026.

Tabela 30: Atividades programadas para o Objetivo n.º 15 (Valorizar o contributo dos Associados Cooperantes para a instituição)		
Ação	Estado de realização	Observações
Delinear uma estratégia de aproximação aos Associados Cooperantes e potenciais Associados	Suspensa	Adiada para 2026

Tabela 31: Metas definidas para o Objetivo n.º 15 (Valorizar o contributo dos Associados Cooperantes para a instituição)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de Associados Cooperantes com quotas regularizadas a nível nacional	10%	7,82%

Analisando a Tabela 31, observa-se que a taxa de Associados Cooperantes com quotas regularizadas a nível nacional atingiu 7,82%, ficando ligeiramente abaixo da meta definida de 10%, evidenciando que ainda existe espaço para consolidar o compromisso destes Associados com a ACAPO, embora já se observe uma base inicial de participação e envolvimento.

No ano de 2025, o total nacional de Associados cooperantes aumentou ligeiramente de 2.287 para 2.302, refletindo o crescimento líquido resultante tanto das novas aprovações como de possíveis desvinculações. O crescimento não foi uniforme entre as delegações, com Porto, Castelo Branco e Aveiro a registarem os maiores acréscimos, enquanto delegações menores apresentaram evoluções mais discretas.

O número de Associados cooperantes com quotas regularizadas reduziu-se de 211 para 180, indicando que nem todos mantiveram as quotas em dia. As delegações com maior número de quotas regularizadas foram Porto e Lisboa, enquanto Aveiro e Vila Real apresentaram valores mais baixos.

O número de novos Associados cooperantes aprovados aumentou de 14 para 32, distribuídos por delegação da seguinte forma: Aveiro 3, Castelo Branco 6, Coimbra 3, Guarda 1, Leiria 4, Lisboa 2, Madeira 4, Porto 6, Vila Real 1 e Viseu 2, evidenciando que Castelo Branco, Porto e Aveiro concentraram a maior parte das novas aprovações, mostrando maior dinamismo nessas regiões, enquanto outras delegações registaram crescimento mais discreto.

Em conclusão, apesar de não ter sido alcançada a meta total de regularização das quotas, o valor registado representa um ponto de partida sólido para reforçar a fidelização e a regularização da quotização dos Associados Cooperantes em 2026, sendo necessário implementar estratégias mais direcionadas de comunicação, incentivo e valorização do contributo destes membros, que poderão desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da ACAPO, enquanto representante dos direitos e interesses das pessoas com deficiência visual.

[\[Voltar ao índice\]](#)

10. Comunicação e Visibilidade

Um dos desafios que esta Direção Nacional eleger para os destinos da ACAPO no presente quadriénio passa por uma aposta mais forte na comunicação. Entende-se ser necessário dinamizar a comunicação, tanto interna como externa, e subordiná-la cada vez mais a uma noção estratégica, a fins e públicos que pretendemos alcançar, e que terão de ser alcançados com comunicações segmentadas, direcionadas e apelativas. Afinal, de nada nos serve comunicar se não soubermos exprimir o que queremos, se não usarmos os canais adequados à mensagem que queremos passar, ou se os recetores da mensagem não a compreenderem. Não pode igualmente ser esquecida a importância estratégica da comunicação externa, para públicos diferenciados, pois só ela pode potenciar ainda mais a credibilidade do que somos, do que fazemos e do que queremos alcançar.

Objetivo n.º 16: Contribuir para a divulgação da instituição e do trabalho desenvolvido

Em 2025, a comunicação e visibilidade desempenhou um papel central na promoção da missão da ACAPO e no reforço da sua presença pública. Ao longo do ano, foram desenvolvidas diversas iniciativas que contribuíram para ampliar o nosso reconhecimento, aproximar a Associação dos seus públicos e consolidar uma imagem coerente e alinhada com os seus valores. Entre as ações previstas, destaca-se a nova oferta de merchandising institucional, reforçando a identidade visual da ACAPO e apoiando ações de sensibilização e angariação de fundos. Paralelamente, avançaram os trabalhos de atualização do Manual de Identidade Visual e de reorganização da área de Protocolos no site institucional, iniciativas que visam melhorar a consistência da comunicação e facilitar o acesso dos Associados à informação disponível. Encontra-se ainda prevista a avaliação da performance mediática da ACAPO, que permitirá monitorizar a presença da instituição nos media e identificar oportunidades de melhoria.

Para além das ações programadas, a área de Comunicação e Visibilidade desenvolveu um conjunto significativo de iniciativas que contribuíram para aumentar a visibilidade da ACAPO ao longo do ano. A campanha do IRS Solidário assumiu particular destaque, contando com a participação de várias figuras públicas que deram a cara pela causa, reforçando a sensibilização para a consignação de 1% do IRS/IVA e ampliando o alcance da mensagem junto de novos públicos. As peças criadas por Tânia Gil, designer de joias, resultante do workshop em que várias Associadas participaram, trouxeram uma abordagem artística e emocional à temática da deficiência visual, ampliando o impacto das mensagens de sensibilização. A presença em eventos de grande dimensão, como a Festa do Livro em Belém, contribuiu igualmente para aproximar a ACAPO da comunidade e consolidar a sua presença em espaços de elevada afluência.

Mantivemos a nossa presença no catálogo dos Pontos MEO, uma parceria que continua a ser fundamental para reforçar o apoio à mobilidade das pessoas cegas ou com baixa visão. Graças aos donativos resultantes da troca de pontos dos clientes MEO, conseguimos desenvolver duas iniciativas, ambas orientadas para garantir que os nossos Associados dispõem de bengalas adequadas, seguras e ajustadas às suas necessidades.

No início do ano, através da campanha “Se precisa mesmo, temos uma bengala para si”, foram atribuídas cerca de 92 bengalas a Associados Efetivos com carência económica, assegurando que nenhuma limitação financeira impede o acesso a um instrumento essencial de mobilidade e autonomia. As Delegações tiveram um papel determinante na identificação das necessidades, no acompanhamento dos pedidos e na distribuição das bengalas junto dos Associados.

Mais tarde, no Dia Mundial da Bengala Branca, lançámos a campanha “A Troca que Faz a Diferença”, dedicada à substituição de bengalas antigas ou danificadas. No âmbito desta iniciativa, foram entregues 158 novas bengalas, ajustadas ao tamanho e às necessidades de cada Associado, garantindo maior segurança e conforto nas deslocações diárias. Esta campanha permanece ativa até rutura de stock e reforça o nosso compromisso com a

promoção da acessibilidade, da autonomia e da qualidade de vida dos nossos Associados Efetivos. A 25 de outubro, durante o almoço comemorativo do 36.º Aniversário da ACAPO, foi entregue simbolicamente pela Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Dra. Clara Marques Mendes, a primeira bengala ao abrigo desta iniciativa, marcando o arranque oficial da campanha.

A continuidade destas iniciativas demonstra o impacto positivo da parceria com o Programa de Pontos MEO e evidência o empenho da ACAPO em implementar medidas concretas que respondem às necessidades reais das pessoas cegas ou com baixa visão, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e acessível.

Tornámos possível, com o apoio do Meo Kalorama, a presença dos nossos Associados neste grande festival de música, que ao longo dos tempos têm trabalhado para melhorar a inclusão e a acessibilidade.

O Encontro de Parceiros, realizado no final do ano, constituiu um momento relevante de reforço institucional, permitindo estreitar relações, alinhar expectativas e valorizar o papel das entidades parceiras. A iniciativa com a Delta Cafés, que integrou mensagens da ACAPO em pacotes de açúcar distribuídos a nível nacional, contribuiu igualmente de forma relevante para o alinhamento de iniciativas com vista à promoção do Braille como património imaterial da humanidade, reconhecimento esse que, no entanto, apenas foi alcançado em Portugal. Em 2025, e em parceria com a Delta Cafés, criámos uma coleção especial de 6 pacotes, num total de 2.467.000 pacotes de açúcar, que circularam por todo o país, levando a nossa causa a cada chávena de café. Esta iniciativa transformou uma data histórica num marco de consciência, inclusão e presença, demonstrando que a inclusão também se serve à mesa e pode estar presente nos gestos mais quotidianos.

A atividade nas redes sociais manteve-se constante, com campanhas temáticas, conteúdos de sensibilização e divulgação das iniciativas e serviços, e com uma estruturação diferente da

mensagem, mais focada na ACAPO como um todo, promovendo a pertença e a eficácia direta no público recetor.

No que respeita aos indicadores definidos, os resultados revelam evoluções positivas, ainda que algumas metas não tenham sido atingidas. A taxa de abertura da newsletter ACAPO Actual situou-se nos 17,90%, abaixo do objetivo estabelecido, mas registaram-se crescimentos relevantes nas redes sociais. O Instagram destacou-se com um aumento de 45,12% de seguidores, muito acima da meta prevista, enquanto o LinkedIn ultrapassou o objetivo, com um crescimento de 60,72%. Também o Facebook, o YouTube e o X registaram evoluções, ainda que inferiores às metas definidas.

No relacionamento com os órgãos de comunicação social, 62,5% dos pedidos que recebemos obtiveram resposta. Verificou-se igualmente um crescimento expressivo na divulgação de comunicados de imprensa, correspondente a 470%, refletindo um reforço significativo da visibilidade pública das nossas atividades.

A análise global das atividades desenvolvidas demonstra que a área de Comunicação e Visibilidade desempenhou um papel determinante no reforço da presença pública da ACAPO e na consolidação da sua identidade junto de diferentes públicos. Apesar de algumas metas quantitativas não terem sido alcançadas, o ano foi marcado por um conjunto expressivo de iniciativas que ampliaram significativamente a notoriedade da instituição, diversificaram os seus canais de comunicação e fortaleceram a relação com parceiros, Associados e comunidade em geral. O crescimento assinalável nas redes sociais evidencia a capacidade da ACAPO para se adaptar às tendências digitais e comunicar de forma mais eficaz com públicos distintos, enquanto as campanhas e parcerias de grande alcance contribuíram para uma presença mais forte no quotidiano das pessoas.

Tendo em conta o trabalho realizado e os desafios identificados, o plano para 2026 contempla o reforço da estratégia digital, com foco na melhoria da taxa de abertura da newsletter e no desenvolvimento de conteúdos mais segmentados e interativos. A conclusão da atualização do

Manual de Identidade Visual e da reorganização da área de Protocolos no site constitui igualmente uma prioridade, assegurando maior coerência e acessibilidade na comunicação institucional. O aprofundamento da relação com os órgãos de comunicação social integra também as linhas estratégicas para o próximo ano, através de um acompanhamento mais sistemático dos contactos, da criação de oportunidades proativas de divulgação e da monitorização regular da presença mediática da ACAPO. Por fim, prevemos dar continuidade a parcerias estratégicas e campanhas de grande alcance, essenciais para manter a instituição presente no quotidiano das pessoas e reforçar o seu papel enquanto referência nacional.

Tabela 32: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 16** (Contribuir para a divulgação da instituição e do trabalho desenvolvido)

Ação	Estado de realização	Observações
Desenvolver novas rúbricas para a newsletter mensal – ACAPO ACTUAL, p.e. entrevistas, artigos de opinião, podcast	Concluída	n.a.
Aumentar a oferta de merchandising institucional	Concluída	Novos produtos: pano para limpar óculos, lápis 3 funções e garrafa de desporto
Atualizar o Manual de Identidade da ACAPO	Em curso	n.a
Complementar a área dos Protocolos no site institucional	Em curso	n.a.

Avaliar a performance mediática da ACAPO nos media, durante o ano de 2025	Em curso	n.a
---	----------	-----

Tabela 33: Metas definidas para o Objetivo n.º 16 (Contribuir para a divulgação da instituição e do trabalho desenvolvido)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de abertura (mailchimp) nas edições do Boletim ACAPO-Actual	50%	17,90%
Taxa de crescimento de seguidores da ACAPO no Facebook	5%	4,33%
Taxa de crescimento de seguidores da ACAPO no Youtube	15%	7,24%
Taxa de crescimento de seguidores da ACAPO no X (antes, Twitter)	15%	3,13%
Taxa de crescimento de seguidores da ACAPO no Instagram	15%	45,12%
Taxa de crescimento de seguidores da ACAPO no LinkedIn	60%	60,72%
Taxa de resposta dos órgãos de comunicação social aos comunicados de imprensa enviados	90%	470%
Taxa de resposta aos pedidos dos órgãos de comunicação social	90%	62,50%

[\[Voltar ao índice\]](#)

11. Parcerias

Seja pela necessidade de as organizações assegurarem uma gestão de recursos cada vez mais criteriosa, seja porque as realidades com que temos que lidar quotidianamente requerem cada vez mais a integração de múltiplas soluções, a atuação baseada em parcerias tem-se tornado absolutamente essencial, constituindo-se como um fator de diferenciação positiva e, não raras vezes, de garantia dos resultados pretendidos.

É com base nesta premissa que temos vindo a consagrar uma atenção especial à gestão de parcerias, seja no âmbito da prestação de serviços, seja na prossecução dos melhores benefícios para os nossos associados e colaboradores, seja ainda tendo em vista toda uma multiplicidade de ganhos organizacionais.

Objetivo n.º 17: Dinamizar o envolvimento em parcerias eficazes e benéficas

O reconhecimento que dedicamos à importância das parcerias, reflete sobretudo a perspetiva de que elas aportam um efeito positivo potencial que apenas pode ser aferido, assegurado e otimizado fazendo recurso a metodologias e instrumentos de gestão apropriados.

É nesse contexto que temos vindo a assumir, ao longo dos anos, este objetivo e para o qual, em 2025, nos propúnhamos levar a efeito 2 atividades, conforme abaixo se enumera.

Tabela 34: Atividades programadas para o Objetivo n.º 17 (Dinamizar o envolvimento em parcerias eficazes e benéficas)		
Ação	Estado de realização	Observações
Realizar uma ação interna de comparação no âmbito da gestão de parcerias	Não realizada	

Desenvolver uma ação de mentoria (individualizada) às equipas com fragilidades no domínio da gestão de parcerias	Não realizada	
--	---------------	--

Estas ações não puderam ser concretizadas em 2025, mas, em boa medida, essa falta foi adequadamente compensada pelo trabalho direto e permanente com as equipas mais jovens.

Não obstante as 2 atividades previstas não terem sido realizadas, das 7 metas estabelecidas para este objetivo, apenas 2 não foram atingidas, o que traduz, em si mesmo, uma evolução positiva quanto ao seu grau de concretização.

Quanto à “Taxa de parcerias com pelo menos 75% de objetivos atingidos a nível nacional”, o resultado alcançado situa-se a escassas centésimas da meta estabelecida. Significa que o valor alcançado não suscita preocupação, tanto mais que ele supera o resultado do ano anterior. De resto, tratando-se de um indicador que resulta de uma média de perceções de múltiplos avaliadores (cada um responsável por um nº variável de parcerias avaliadas), a diferença entre a meta e o resultado alcançado deve, necessariamente, ser relativizada. Este entendimento é ainda reforçado tendo em conta o facto de a “Taxa global de satisfação com as parcerias a nível nacional” ter ultrapassado a meta definida.

A “Taxa de parcerias para a continuidade dos serviços consideradas decisivas a nível nacional” ficou significativamente aquém da meta, traduzindo-se numa descida de 22,5 pontos percentuais face ao resultado verificado no ano anterior. Este, é um resultado que é apurado com base no tratamento estatístico da avaliação feita a todas as parcerias, incluindo de forma indiferenciada os diversos serviços dos 3 Departamentos de Prestação de Serviços. Esta circunstância coloca constrangimentos na perceção das causas para esta evolução negativa.

No entanto, esta, poderá ser uma dificuldade em vias de resolução tendo em conta o planeamento desagregado por departamento deste e de outros indicadores.

É de sublinhar, em sentido inverso, a subida significativa registada face ao ano anterior no tocante à “Taxa de parcerias para a inclusão social consideradas decisivas a nível nacional”, tendo a meta sido superada em cerca de 7 pontos percentuais. Trata-se de um indicador que tem um histórico de resultados mais baixos (próximos dos 40%) e que reclamava das equipas locais algum trabalho de recuperação, o que parece estar a suceder. De resto e, no mesmo sentido, regista-se um crescimento significativo no “Total nacional de beneficiários de parcerias no âmbito da Inclusão Social”, o que poderá traduzir, precisamente, um maior investimento na otimização das parcerias que atuam a este nível.”

Quanto às parcerias de âmbito nacional, é de notar que, embora o total de novas parcerias estabelecidas tenha sido inferior ao registado no ano precedente, a meta foi claramente ultrapassada, o que significa que a ACAPO evidencia uma muito boa capacidade de aproveitamento das oportunidades identificadas a este nível.

Abaixo, sistematizamos os resultados alcançados que, assim, podem mais facilmente ser comparados com as respetivas metas.

Tabela 35: Metas definidas para o Objetivo n.º 17 (Dinamizar o envolvimento em parcerias eficazes e benéficas)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
N.º de novas parcerias de âmbito nacional	3	6
Taxa de parcerias para a inclusão social consideradas decisivas a nível nacional	42,00%	49,36%
Taxa de parcerias para a continuidade dos serviços consideradas decisivas a nível nacional	85,00%	61,17%

Taxa de parcerias com pelo menos 75% de objetivos atingidos a nível nacional	80,00%	79,74%
Taxa global de satisfação com as parcerias a nível nacional	87,00%	90,09%
Taxa de resposta aos questionários enviados aos parceiros a nível nacional	32,50%	38,89%
Taxa de satisfação dos parceiros a nível nacional	87,50%	89,18%

Por último, queremos sublinhar que, conforme se pode constatar no Plano de Ação para 2026, este objetivo, enquanto tal, é descontinuado.

Esta opção tem subjacente o pressuposto de que a avaliação de indicadores e a definição das ações a desenvolver no âmbito da gestão de parcerias devem ser contextualizadas e ajustadas aos resultados concretos e às necessidades das áreas da ACAPO que lhes estão diretamente relacionadas.

Este caminho que pretendemos agora seguir vem, assim, dar um novo impulso à gestão das parcerias, esperando-se que possa vir a permitir a sua cada vez maior otimização com parcerias cada vez mais benéficas e eficazes.

[\[Voltar ao índice\]](#)

12. Projetos

Em 2025, a área de Projetos desempenhou um papel determinante no reforço da sustentabilidade financeira e no desenvolvimento de respostas alinhadas com a missão da ACAPO, contribuindo para promover a inclusão, a autonomia e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência visual. A atuação ao longo do ano esteve enquadrada pelas

orientações do Plano Estratégico da ACAPO, privilegiando a identificação e mobilização de oportunidades de financiamento, a inovação e a qualificação contínua das respostas institucionais, e o ensaio de forma sustentável de respostas inovadoras.

Neste contexto, foi dada continuidade ao processo de estruturação de práticas de gestão de projetos, reforçando-se a capacidade interna para acompanhar, monitorizar e avaliar iniciativas financiadas. A análise sistemática do contexto interno e externo permitiu consolidar instrumentos de suporte à decisão e melhorar os mecanismos de articulação com entidades financiadoras, assegurando maior rigor na preparação das candidaturas e na gestão da sua execução.

Durante o ano, registou-se uma significativa melhoria da atividade de submissão, avaliação e acompanhamento de projetos, bem como do volume de iniciativas plurianuais em execução. Esta dinâmica traduziu-se no reforço do pipeline de projetos, essencial para garantir previsibilidade e sustentabilidade, e na melhoria de capacidade de resposta às necessidades dos associados, dos serviços e das estruturas da ACAPO.

Simultaneamente, persistiram fatores de incerteza no plano externo, incluindo a dependência significativa de financiamento público, a imprevisibilidade dos fluxos de financiamento e o aumento dos custos operacionais, exigindo uma gestão prudente e uma aposta contínua na diversificação das fontes de financiamento. Internamente, a qualificação técnica da equipa e a sua experiência consolidada na área da deficiência visual continuam a ser fatores cruciais para o sucesso das iniciativas desenvolvidas, embora subsistam desafios relacionados com a dependência do financiamento externo e com os custos estruturais de funcionamento.

Neste contexto, e dando cumprimento ao Objetivo n.º 18, foram planeadas e executadas as atividades constantes da Tabela 36, complementadas pelo trabalho regular de identificação de oportunidades, preparação de candidaturas, contacto com entidades financiadoras, reporte físico-financeiro e monitorização da execução dos projetos aprovados.

Objetivo n.º 18: Promover a sustentabilidade de projetos no âmbito da resposta a necessidades emergentes e/ou de ações de melhoria

Tabela 36: Atividades programadas para o Objetivo n.º 18 (Promover a sustentabilidade de projetos no âmbito da resposta a necessidades emergentes e/ou de ações de melhoria)		
Ação	Estado de realização	Observações
Criar base de dados de oportunidades projetos	Concluída	Foi criada uma base de dados e aprovada pela Direção de Pelouro. Como a sua conclusão ocorreu em dezembro de 2025, a sua aplicação prática apenas produzirá efeitos em 2026.
Realizar reuniões periódicas (de acordo com o período de desenvolvimento dos projetos) com os coordenadores operacionais dos mesmos	Realizada e com continuidade	Foram realizadas reuniões de acompanhamento, durante o ano, com os coordenadores responsáveis pela operacionalização dos projetos.
Promover a aproximação com entidades externas na área académica para o desenvolvimento de	Não realizada	A atividade não foi realizada, uma vez que não se proporcionaram, no âmbito do trabalho do departamento, as condições necessárias para avançar com esta iniciativa. Apesar de inicialmente o Projeto Visão+ ter sido

<p>projetos no âmbito de Mestrados e/ou Doutoramentos.</p>		<p>identificado como um potencial motor para impulsionar a aproximação ao meio académico, a sua natureza, prioridades e os constrangimentos verificados não permitiram gerar oportunidades adequadas para parcerias ao nível de Mestrados ou Doutoramentos.</p> <p>Além disso, os restantes projetos desenvolvidos durante o período não se alinharam com os objetivos desta atividade, o que inviabilizou a criação de condições favoráveis para contactos externos estruturados.</p>
--	--	--

Tabela 37: Metas definidas para o Objetivo n.º 18 (Promover a sustentabilidade de projetos no âmbito da resposta a necessidades emergentes e/ou de ações de melhoria)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de candidaturas a projetos a oportunidades de financiamento no setor público aprovadas total ou parcialmente	70%	333.33%
Taxa de candidaturas de projetos a oportunidades de financiamento no setor privado aprovadas total ou parcialmente	40%	23.8%

Os resultados alcançados no âmbito do Objetivo n.º 18 evidenciam, antes de mais, um reforço consistente da capacidade da área de projetos para identificar oportunidades de financiamento, preparar candidaturas robustas e assegurar um acompanhamento eficaz da execução das

iniciativas aprovadas. No conjunto, o desempenho foi positivo, destacando-se a superação expressiva da meta definida para a taxa de aprovação de candidaturas no setor público e o fortalecimento dos mecanismos internos de apoio à gestão de projetos. Estes avanços traduzem um percurso de consolidação institucional e de melhoria contínua na forma como a ACAPO gere projetos financiados.

A análise dos indicadores definidos para o objetivo confirma esta evolução. A taxa de aprovação no setor público atingiu 333,33%, muito acima da meta de 70%, resultado que decorre não só da aprovação das candidaturas submetidas em 2025, mas também da integração de oito projetos públicos transitados de anos anteriores. Já no setor privado, a taxa de aprovação situou-se nos 23,8%, abaixo da meta de 40%, o que reforça a necessidade de fortalecer o posicionamento da ACAPO num contexto de elevada competitividade. Importa ainda referir que quatro candidaturas ao setor privado permanecem a aguardar decisão, podendo vir a influenciar positivamente os resultados consolidados no início de 2026.

Ao longo do ano, foram submetidas 16 candidaturas, três dirigidas ao setor público e treze ao setor privado, abrangendo áreas prioritárias como Atividades Associativas, Serviços, Património, Cooperação Internacional e Representação Nacional. Esta diversidade demonstra um alinhamento contínuo entre as necessidades institucionais, a missão da ACAPO e as prioridades plasmadas no planeamento estratégico.

A par das candidaturas de 2025, desenvolveu-se um conjunto significativo de iniciativas plurianuais. Dos projetos aprovados em 2024, 13 mantiveram-se em execução e 9 foram concluídos em 2025, contribuindo para a continuidade das respostas e para o reforço da capacidade de intervenção da ACAPO.

A dinâmica verificada ao longo do ano traduziu-se num reforço do acompanhamento técnico, da monitorização e da relação com entidades financiadoras, permitindo consolidar processos internos essenciais à gestão de projetos. Ainda assim, subsistem desafios importantes, como a elevada dependência de financiamento público, o impacto do aumento dos custos operacionais

e a necessidade de diversificação das fontes de financiamento. A análise realizada evidencia, igualmente, a importância de aumentar a robustez das candidaturas apresentadas ao setor privado, reforçar parcerias — incluindo com o meio académico — e aprofundar instrumentos de monitorização e avaliação de impacto, garantindo uma tomada de decisão mais informada e baseada em evidência.

Em consonância com as orientações estratégicas definidas para 2026, o Departamento de Projetos pretende consolidar um modelo de desenvolvimento institucional sustentável, reforçando competências internas, estruturando um portefólio de projetos mais integrado e promovendo uma cultura de inovação e melhoria contínua. A adoção de uma metodologia interna de conceção e avaliação de projetos, o fortalecimento dos sistemas de monitorização e a valorização da gestão do conhecimento serão determinantes para aumentar a eficácia na captação de financiamento e potenciar o impacto das intervenções da ACAPO junto das pessoas com deficiência visual. Estas são lições que consolidámos em 2025.

[\[Voltar ao índice\]](#)

13. Recursos Humanos

Tornar uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) mais atrativa como local de trabalho é um desafio real, especialmente porque dependemos fortemente de financiamento público e dispomos de margem limitada para valorização salarial dos nossos colaboradores. Em Portugal, as dificuldades financeiras, a escassez de recursos humanos qualificados e a procura de desafios profissionais no setor social continuam a ser fatores que condicionam a capacidade de recrutar e reter talento.

No contexto de 2025, o setor social enfrentou um ano particularmente desafiante, marcado pelo quase pleno emprego, pelo aumento do salário mínimo nacional e pela consequente

compressão salarial nas categorias técnicas mais diferenciadas, sem investimento proporcional na gestão de pessoal.

Diante deste cenário, e com um volume de contratações superior ao ano de 2024, para a ACAPO, no que respeita aos recursos humanos, 2025 foi sobretudo um ano de repensar processos, reforçar o nosso propósito e cultura, e consolidar a expansão territorial. O crescimento da Associação e o conseqüente reforço das equipas levou à necessidade de estruturar de forma mais consistente e estratégica os procedimentos internos, destacando a importância de retomar práticas essenciais em qualquer organização, como: acolhimento institucional de novos colaboradores, integração inicial eficaz, investimento em formação inicial e contínua, e maior uniformização organizacional entre Delegações e Serviços.

Procurou-se também rever a estrutura interna de carreiras, nivelando várias categorias profissionais que não têm progressão definida no contrato coletivo de trabalho seguido pela ACAPO. Estas medidas tiveram impacto positivo nos níveis de satisfação e motivação, embora subsista margem para melhoria em outros aspetos destas dimensões. Quanto à dimensão “envolvimento”, verificou-se também um aumento face ao ano anterior, refletindo um reforço do sentido de pertença e do compromisso institucional.

É importante sublinhar que continuam a existir aspetos a melhorar e desafios estruturais a superar. Reconhecemos esta realidade com responsabilidade e realismo, conscientes de que a evolução necessária deve ser gradual, equilibrada e sustentável, garantindo a estabilidade financeira e organizacional da instituição.

Apesar das limitações estruturais do setor social e das condicionantes externas, os resultados de 2025 demonstram progresso relevante, enquanto evidenciam a necessidade de maior estruturação estratégica para consolidar ganhos e enfrentar desafios futuros com maior robustez.

A continuidade da aposta na valorização pessoal e profissional dos colaboradores reflete o reconhecimento de que as pessoas são o principal ativo da ACAPO e determinantes para a qualidade dos serviços prestados. Investir na valorização, desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores não é apenas uma opção estratégica, mas uma condição essencial para garantir estabilidade, crescimento e sustentabilidade institucional. Apenas com colaboradores motivados e satisfeitos será possível cumprir a missão da Associação.

Mais do que implementar medidas isoladas, trata-se de reforçar uma cultura organizacional baseada na valorização das pessoas, na equidade, na melhoria contínua e na responsabilidade partilhada. Reconhecemos também que construir uma organização mais coesa, sustentável e preparada para os desafios futuros exige participação ativa. O contributo, as sugestões e o espírito crítico dos colaboradores são fundamentais não apenas para cumprir a missão institucional, mas também para melhorar continuamente as condições de trabalho e a qualidade dos serviços.

A seguir, apresentam-se os principais indicadores, resultados e análises que permitem compreender a evolução registada ao longo de 2025, decorrente do plano de atividades.

Principais atividades concluídas:

1- No primeiro semestre de 2025, foi concluída a instalação dos relógios biométricos de registo de assiduidade em todas as Delegações e Serviços. Durante o segundo semestre, decorreu o período de adaptação e exploração do sistema pelos colaboradores. A utilização obrigatória apenas entrou em vigor em outubro de 2025 (último trimestre). Assim, 2025 constituiu um período de transição e aprendizagem, e os dados de assiduidade recolhidos ainda não refletem plenamente o potencial do sistema. Apenas em 2026, previsivelmente a partir do segundo trimestre, será possível dispor de dados consolidados, fiáveis e comparáveis.

2- Foram retomadas e reestruturadas duas medidas consideradas fundamentais para a consolidação organizacional: o acolhimento trimestral de novos colaboradores e o plano de formação inicial. Foi formalizado um momento recorrente de acolhimento institucional aos novos colaboradores, promovendo uma integração mais rápida na organização e reforçando o sentido de pertença. E foi enriquecido o plano de formação inicial aos novos colaboradores com carácter obrigatório. Esta prática revelou-se particularmente relevante num ano de expansão territorial e crescimento de recursos humanos.

3- A atribuição gratuita de um Plano de Saúde a todos os colaboradores, constituiu-se também um marco na política de valorização interna, não identificado no plano de 2025, mas identificado em planos anteriores, reforçando a proteção social dos colaboradores, promovendo maior tranquilidade e contribuindo para a sua qualidade de vida. Trata-se de uma medida que transcende a lógica meramente remuneratória, posicionando-se como um instrumento de reconhecimento e responsabilidade institucional. Esta conquista assume particular relevo por finalmente ter sido alcançada sem comprometer a sustentabilidade da Associação, demonstrando que é possível evoluir nas condições oferecidas aos colaboradores de forma responsável, equilibrada e alinhada com a missão e os recursos da ACAPO.

Apresentamos agora os resultados obtidos com os objetivos planeados:

Objetivo n.º 19: Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos

Das atividades planeadas para a concretização deste objetivo, uma foi concluída e outra está em curso.

Foi possível concluir o Kit de Boas-vindas aos novos colaboradores no primeiro trimestre, reforçando o processo de integração dos mesmos.

A elaboração do Manual de Acolhimento não foi finalizada devido à priorização de outras necessidades operacionais, transitando esta atividade para 2026.

Tabela 38: Atividades programadas para o Objetivo n.º 19 (Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos)		
Ação	Estado de realização	Observações
Desenvolvimento de um Kit de Boas-vindas	Concluído	Conclusão no primeiro trimestre, mas em constante melhoria
Elaboração de um Manual de Acolhimento	Em curso	Transita para 2026

Para a concretização deste objetivo é aferido o valor alcançado por 3 indicadores. O valor registado quanto à Taxa de Cumprimento do Plano de Formação dos colaboradores, a meta que planeamos, de 50% não foi alcançada, tivemos um desvio de 14%. Das 24 ações planeadas, apenas foram desenvolvidas 8 ações. É importante realçar o papel das parcerias nesta concretização e o contínuo investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. Para o objetivo ser concretizado com sucesso temos de traçar um plano de formação mais realista e menos ambicioso face aos recursos da equipa de recursos humanos, e/ou investimento em novas contratações. Quanto ao segundo indicador, relativamente à taxa de ações de formação avaliadas como eficazes, das 15 formações realizadas e das 5 propostas para serem avaliadas quanto à eficácia, apenas 2 formações foram avaliadas e uma delas com número de respostas inferior a 4 que não permite a obtenção da média de satisfação.

Da formação avaliada quanto à sua eficácia, a taxa é de 94,12 %, contudo não corresponde ao real porque diz respeito somente a 1 formação. Para o objetivo ser concretizado em conformidade com a realidade, é importante continuar a consciencializar os serviços para a importância da avaliação das formações realizadas quanto à sua eficácia ao longo do ano. Quanto ao terceiro indicador, foram avaliadas no ano de 2025, 15 ações de formação quanto ao

grau médio de satisfação dos colaboradores, onde obtemos uma taxa de 81,75%, que superou a meta estabelecida.

Tabela 39: Metas definidas para o Objetivo n.º 19 (Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de cumprimento do Plano de Formação dos Colaboradores	50%	36%
Taxa de ações de formação avaliadas como eficazes	60%	94,12%
Grau médio de satisfação dos Colaboradores com a formação realizada	67,50%	83,30%

Com base nos dados apurados, verificamos que este objetivo tem vindo a ser atingido de forma satisfatória, seguindo uma tendência positiva. Apenas se torna necessário reforçar o planeamento e o compromisso mais realista, especialmente para a concretização plena do primeiro indicador, plano de formação nacional, e ultrapassar o que persiste de fragilidades na avaliação da eficácia das formações.

A definição do Plano de Formação Inicial constitui já uma resposta corretiva a esta realidade.

Objetivo n.º 20: Promover a satisfação dos colaboradores

A atividade planeada neste objetivo foi concluída. Foi fechado o estudo e decidido favoravelmente o aumento do subsídio de alimentação e a transição para cartão refeição, medida que acreditamos vir a ter impacto positivo no reconhecimento dos colaboradores. Foram desenvolvidas outras 3 atividades ainda no primeiro semestre, o que nos permitiu ir além e reforçar este objetivo, nomeadamente: a atribuição de benefício gratuito de Plano de Saúde aos colaboradores internos, assinatura de protocolos de desconto na área da saúde

física e mental, bem como emissão de cartões de identificação de colaboradores internos em falta até ao momento mas essenciais para a sua identificação profissional.

A tabela seguinte sintetiza o estado de realização destas ações:

Tabela 40: Atividades programadas para o Objetivo n.º 20 (Promover a satisfação dos Colaboradores)		
Ação	Estado de realização	Observações
Estudar um possível aumento do subsídio de alimentação em articulação com a DN e verificar a possibilidade de passar a cartão refeição	Concluída	Conclusão no segundo semestre.

Estas ações, no seu todo, complementam-se e reforçaram principalmente o foco estratégico na satisfação e valorização interna.

O quadro seguinte apresenta os 4 indicadores avaliados para o alcance deste objetivo com sucesso. Evidencia um crescimento geral nos níveis de satisfação e motivação dos nossos colaboradores, tendo sido alcançada a meta em dois dos indicadores, e os outros dois ficaram muito próximos da meta, que são a taxa de satisfação global dos colaboradores a nível nacional com desvio de 0.88 p.p. e o grau de motivação dos colaboradores a nível nacional, com um desvio de 3.25 p.p. respetivamente.

Ainda assim, verifica-se que os graus de satisfação, tanto nos serviços centrais como a nível nacional, permanecem acima dos níveis de motivação registados, o que reforça a necessidade de atenção contínua nestes fatores.

Tabela 41: Atividades programadas para o **Objetivo n.º 20** (Promover a satisfação dos Colaboradores)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Taxa de satisfação global dos colaboradores afetos aos serviços centrais	60%	65,10%
Taxa de satisfação global dos colaboradores, a nível nacional	68%	67,12%
Grau de motivação dos colaboradores afetos aos serviços centrais	60%	62,71%
Grau de motivação dos colaboradores a nível nacional	65%	61,15%

Objetivo n.º 21: Promover o envolvimento dos colaboradores no desenvolvimento organizacional

Cada colaborador contribui diretamente para aquilo que a Associação é e representa. O compromisso, a identificação organizacional bem como a participação ativa com a partilha de ideias e sugestões são fundamentais não apenas para melhorar as condições de trabalho, mas, também, para fortalecer o impacto das nossas ações em benefício das pessoas com deficiência visual, a nossa missão.

O quadro seguinte menciona as ações planeadas para a concretização deste objetivo:

Tabela 42: Atividades programadas para o Objetivo n.º 21 (Promover o envolvimento dos Colaboradores no desenvolvimento organizacional)		
Ação	Estado de realização	Observações
Definir uma medida de reconhecimento dos Colaboradores, associado às formas e mérito de envolvimento na Instituição	Em curso	Transitamos para 2026

Promover uma reflexão inter-órgãos, sobre formas de envolvimento dos Colaboradores	Suspensa	Reavaliação em curso
Promover a comemoração do aniversário da ACAPO nos polos nacionais, mediante um plafom estabelecido	Concluída	Segundo semestre

No que respeita à medida concluída, concretizou-se através da extensão do convite para comemoração nacional do aniversário da ACAPO a todos os colaboradores, constituindo-se este como um momento relevante de coesão organizacional, o que consideramos ter ido ao encontro da ação planeada para este objetivo. As duas atividades não concluídas (Promover uma reflexão inter-órgãos, sobre formas de envolvimento dos colaboradores e Definir uma medida de reconhecimento dos Colaboradores, associado às formas e mérito de envolvimento na Instituição), tem de ser reavaliadas no próximo ano, tendo em conta as mudanças organizacionais de gestão previstas.

Por fim, descrevemos a recuperação do assinalar da época natalícia na Direção Nacional, mas desta vez abrangendo todos os colaboradores que lhe estão afetos e sem custos para si, para além do investimento no habitual presente de Natal. Esta iniciativa permitiu ir além do objetivo inicial, contribuindo para uma maior pertença organizacional.

Como se pode verificar no quadro apresentado abaixo, apesar de nem todas as atividades terem sido concluídas, os indicadores superaram claramente as metas definidas, permitindo considerar o objetivo como globalmente alcançado.

Tabela 43: Metas definidas para o **Objetivo n.º 21** (Promover o envolvimento dos Colaboradores no desenvolvimento organizacional)

Indicador	Meta definida	Valor alcançado
-----------	---------------	-----------------

Taxa de Satisfação dos colaboradores afetos aos serviços centrais com o seu envolvimento na ACAPO	65%	73,19%
Taxa de Satisfação dos colaboradores, a nível nacional, com o seu envolvimento na ACAPO	70%	73,87%

Comparativamente ao ano anterior, em que aferimos estes mesmos indicadores, tivemos um crescimento significativo. A taxa de satisfação dos colaboradores afetos aos serviços centrais com o seu envolvimento na ACAPO, alcançou em 2025 em mais 12,08 p.p. do que ano anterior, e a nível nacional, alcançou mais 5,64 p.p. respetivamente.

[\[Voltar ao índice\]](#)

14. Infraestrutura e Equipamentos

Reafirmando o compromisso de continuidade de uma trajetória de modernização e evolução estrutural que se iniciou já há algum tempo, foi possível durante o ano de 2025 substituir uma parte significativa do parque informático existente na instituição. Acreditamos que os equipamentos de que agora dispomos, irão agilizar o trabalho, seja individual ou em equipa, transformando a forma como este é desenvolvido, beneficiando sempre os nossos representados. A par com o hardware, também o software foi modernizado. Com a atualização para o Microsoft 365, os colaboradores passaram a dispor de ferramentas mais poderosas, potenciando e incentivando a colaboração e o trabalho em equipa. A tecnologia evolui a cada dia, portanto este não será um tópico fechado. Temos a ambição de chegar sempre mais longe e, para que o possamos fazer, devemos munir-nos das tecnologias que facilitem essa jornada.

O digital está cada vez mais inserido na nossa vida, seja ela pessoal ou profissional.

Gradualmente na ACAPO, tem existido um esforço para digitalizar processos abandonando,

sempre que possível, o papel. A rapidez na busca da informação, a par com a redução de espaço físico para arquivo, são dois dos vários pontos fortes que incentivam a adoção destas práticas. A implementação de um sistema de controlo de ponto faz parte dessa evolução. Através dele, é possível sistematizar rápida e eficazmente a maioria da informação que espelha a realidade dos recursos humanos ao serviço da instituição. A possível integração com o software de processamento salarial, espera-se que num futuro próximo, venha trazer ao departamento de RH um alívio naquilo que representam as tarefas inerentes aos processamentos mensais.

Ao longo do ano, nem tudo correu como esperávamos. Infelizmente, por motivos vários, não foi possível executar todas as atividades que tínhamos programado para 2025. No entanto, dada a importância de algumas delas, contamos levá-las a cabo durante a vigência do ano de 2026.

Tabela 44: Atividades programadas para o Capítulo Infraestrutura e Equipamentos		
Ação	Estado de realização	Observações
Atualização/substituição do parque informático afeto à instituição, num universo de 75 equipamentos, em até 25%	Concluída	Meta ultrapassada
Atualização de 50% das 16 infraestruturas locais, estruturando as redes de comunicação e passando-as para uma velocidade de até 1 GBPS, preparando-as para o futuro em termos de fluxo de informação	Não iniciada	
Implementação de um sistema de gestão de informação, como	Não iniciada	

pedidos e solicitações de suporte		
Implementação de um sistema de controlo de assiduidade	Concluída	
Migração da solução de gestão Sendys para cloud	Não iniciada	

[\[Voltar ao índice\]](#)

15. Situação Financeira e Patrimonial

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação do processo iniciado com a renegociação dos acordos de cooperação, num contexto de elevada exigência financeira e organizacional para a ACAPO. A implementação integral destes acordos permitiu aproximar o financiamento das respostas sociais das necessidades reais das equipas e dos serviços prestados, mas também implicou um ajustamento da estrutura de gastos da ACAPO.

Do ponto de vista económico, 2025 decorreu num ambiente nacional influenciado pelo aumento dos custos operacionais e pela continuidade da pressão salarial, decorrente não só da atualização do salário mínimo nacional para 870€, mas também da necessidade de proceder a aumentos remuneratórios noutras categorias profissionais. Estes ajustamentos, indispensáveis para garantir a valorização e retenção das equipas, tiveram impacto direto na massa salarial e contribuíram para o acréscimo global dos gastos face ao ano anterior. Parte relevante deste aumento resulta igualmente do reforço das equipas técnicas, imprescindíveis para assegurar a qualidade e estabilidade das respostas CAARPD, SAVI e restantes valências, em alinhamento com as exigências dos novos acordos de cooperação.

Paralelamente, verificou-se uma diminuição das receitas face ao orçamentado, essencialmente devido à não transferência do Apoio às Uniões, previsto em 217.077 €, e a uma captação de

donativos inferior ao estimado. Estas variações condicionaram o total de rendimentos do exercício, embora não tenham conduzido a dificuldades de tesouraria, graças à existência de saldos positivos e a uma gestão financeira prudente ao longo do ano.

O exercício de 2025 espelha, assim, o equilíbrio entre dois movimentos simultâneos: o aumento natural dos custos decorrentes da valorização e reforço das equipas, e a redução das receitas relativamente às previsões iniciais. Apesar deste enquadramento desafiante, o ano encerrou com um resultado positivo, confirmando a resiliência financeira da ACAPO e a sua capacidade de ajustar a estrutura interna sem comprometer a qualidade das respostas prestadas.

Neste contexto, 2025 reforça a trajetória de responsabilidade e estabilidade financeira da ACAPO, que continua a garantir serviços especializados, inclusivos e essenciais para as pessoas cegas e com baixa visão, mantendo o compromisso de equilíbrio entre sustentabilidade económico-financeira e missão social.

15.1. Situação Financeira

Vejamos, agora, alguns dados mais detalhadamente:

a) Análise Financeira das Delegações

Na tabela seguinte são apresentados os Gastos e Rendimentos de cada Delegação e o respetivo Resultado do Exercício de 2025:

Tabela 45: Contas por Delegação / Núcleo			
Local/âmbito	Gastos	Rendimentos	Saldo
Açores	175 193,58€	124 089,33€	- 51 104,25€
Algarve	158 277,24€	285 705,55€	127 428,31€
Aveiro	115 100,19€	215 971,08€	100 870,89€
Braga	184 494,33€	279 862,93€	95 368,60€

Castelo Branco	162 138,28€	230 104,38€	67 966,10€
Coimbra	190 208,84€	221 695,85€	31 487,01€
Leiria	153 996,49€	214 963,76€	60 967,27€
Lisboa	310 017,13€	479 595,65€	169 578,52€
Núcleo da Madeira	19 304,07€	12 508,93€	- 6 795,14€
Porto	244 670,92€	390 387,86€	145 716,94€
Viana do Castelo	175 647,61€	210 086,40€	34 438,79€
Vila Real	131 853,92€	214 813,56€	82 959,64€
Viseu e Núcleo da Guarda	223 477,26€	297 320,13€	73 842,87€
DN	2 147 181,01€	1 578 808,55€	- 568 372,46€
Totais	4 391 560,77€	4 755 913,96€	364 353,19€

Entre 2024 e 2025 observou-se uma inversão da tendência de saldos fortemente positivos. Este comportamento resulta, por um lado, de um aumento dos gastos totais em 6,63% (de 4.118.654 € para 4.391.560,77 €), associado ao reforço das equipas técnicas dos CAARPD, SAVI e outras valências, bem como às atualizações salariais decorrentes da subida do salário mínimo nacional. Por outro lado, registou-se uma diminuição relevante das receitas em 11,04% (menos 590.548,04 € face a 2024), consequência direta de várias divergências entre o orçamento previsto para 2025 e o valor efetivamente realizado.

De forma particular, destaca-se que a ACAPO ainda não recebeu o Apoio às Uniões no montante orçamentado de 217.077 €, o que impactou significativamente os rendimentos globais. Adicionalmente, a previsão de donativos ficou aquém do esperado em 17.525,63 €. Também os SAVI, que apresentavam uma previsão de resultado positivo de 145.339,62 €, encerraram o exercício com um saldo negativo de 101.739,92 €, representando uma variação desfavorável superior a 247.000 €. Outro centro de custo com variação expressiva foi a

Formação Profissional, que tinha um prejuízo orçamentado de 9.168,78 €, mas encerrou 2025 com um prejuízo de 231.683,18 €, traduzindo um agravamento de 222.514,40 €.

Assim, o saldo global reduziu-se 70,34%, passando de 1.227.809 € em 2024 para 364.353,19 € em 2025, refletindo a conjugação de fatores estruturantes: atrasos e insuficiências nos financiamentos previstos, maior pressão salarial, reforço de equipas e crescimento das necessidades operacionais. Ainda assim, a manutenção de um saldo positivo demonstra a capacidade de adaptação, resiliência e rigor de gestão num ano financeiramente exigente e marcado por desafios significativos de execução.

Em 2025 manteve-se o apoio ao funcionamento por parte do INR, I.P., estando o mesmo distribuído por várias das nossas Delegações (ainda que não todas) conforme tabela abaixo:

Tabela 45.1 - Apoio ao Funcionamento do INR I.P.	
Delegação	Valor do Apoio INR
Lisboa	27 549,38€
Coimbra	18 333,35€
Braga	17950,80€
Viseu e Núcleo da Guarda	8957,23€
Aveiro	9095,72€
Leiria	13600,01€
Viana do Castelo	1594,72€
Castelo Branco	19095,63€
Vila Real	22666,06€
Algarve	15437,94€
Núcleo da Madeira	9877,63€
Direção Nacional	26 555,64€

Verificamos que, dos 190 714.11 € recebidos, 164 158.47 €, ou seja, 86%, foram afetos às Delegações e o remanescente, 26 555.64 €, ou seja, 14%, à Direção Nacional.

b) Análise Financeira por Centro de Custo

Importa analisar mais detalhadamente os Resultados por Centros de Custo e Atividades:

Tabela 45.2 - Desempenho por Centro de Custos			
Centros de Custo	Gastos	Rendimentos	Saldos
FUNCIONAMENTO	554 914,20€	291 900,93€	- 263 013,27 €
ACESSIBILIDADES E ORIENTAÇÃO	1 952,21€	150,00€	- 1 802,21 €
FUNDO MAIS	188 075,62€	232 061,62€	43 986,00 €
SAVIS	1 098 800,33€	997 060,41€	- 101 739,92 €
AÇÃO SOCIAL	1 818 287,91€	2 804 640,76€	986 352,85 €
DESPORTO	10 565,50€	7 066,00€	- 3 499,50 €
EVENTOS	97 786,06€	69 909,27€	- 27 876,79 €
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16 664,93€	0,00€	- 16 664,93 €
ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	27 741,88€	0,00€	- 27 741,88 €
RESTAURAÇÃO	62 895,71€	59 333,15€	- 3 562,56 €
PROJETOS	43 769,78€	53 518,38€	9 748,60 €
CENTRO PRODUÇÃO DOCUMENTAL	93 670,66€	28 438,30€	- 65 232,36 €
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	368 848,95€	137 165,77€	- 231 683,18 €

CENTRO DE RECURSOS	7 587,03€	74 669,37€	67 082,34 €
Total	4 391 560,77 €	4 755 913,96 €	364 353,19 €

No ano de 2025, a análise por Centro de Custos evidencia uma estrutura semelhante à verificada em 2024, com os resultados positivos concentrados nas áreas diretamente associadas à missão da ACAPO, e os resultados negativos essencialmente em atividades de suporte, serviços complementares e respostas cuja natureza social, formativa e associativa não é orientada para a rentabilidade.

Tal como no exercício anterior, o serviço de Ação Social (responsável pela resposta social CAARPD) destaca-se como o principal gerador de saldo positivo, com 986.352,85 €, refletindo o impacto direto dos acordos de cooperação e a relevância desta valência para a prossecução da missão da ACAPO, ao serem igualmente instrumentos facilitadores de outras dinâmicas associativas. A gestão patrimonial, através do Fundo Mais, volta também a apresentar um contributo significativo com 43.986,00 €, reforçando a estratégia de valorização do património iniciada em anos anteriores. Regista-se ainda em 2025 um saldo positivo no Centro de Recursos (67.082,34 €) e nos Projetos (9.748,60 €), contrariando o desempenho negativo destas áreas em 2024.

Por outro lado, vários centros de custo mantêm resultados negativos, como é habitual no setor social. Entre eles, destaca-se a Formação Profissional, com um prejuízo de 231.683,18 €, muito acima do previsto, refletindo diferenças significativas entre o financiamento esperado e o efetivamente recebido. Os SAVIs apresentam igualmente um saldo negativo de 101.739,92 €, quando se previa um resultado positivo, devido ao reforço operacional e a insuficiências no financiamento. O Centro de Produção Documental, essencial para garantir acessibilidade da informação, apresenta um saldo de -65.232,36 €, e as áreas de Funcionamento, Eventos, Desporto, Restauração, Atividades Associativas e Relações Internacionais também registam resultados negativos, reflexo de atividades de suporte ou de carácter social, que constituem pilares da atuação da ACAPO, mas não são autossustentáveis financeiramente.

No conjunto, 2025 encerrou com gastos totais de 4.391.560,77 €, receitas de 4.755.913,96 € e um saldo positivo de 364.353,19 €. Embora este saldo seja inferior ao de 2024, confirma a capacidade da ACAPO para manter resultados positivos num ano marcado por desafios significativos, nomeadamente ausência de financiamentos previstos (como o Apoio às Uniões no valor de 217.077 €), menor captação de donativos face ao orçamentado e desequilíbrios relevantes em centros como Formação Profissional e SAVIs.

Tal como sublinhado no relatório de 2024, a leitura dos resultados por centro de custos é essencial para orientar decisões e melhorar a gestão. Porém, a sustentabilidade da ACAPO deve ser sempre analisada de forma global, reconhecendo que delegações, núcleos, serviços centrais e diferentes respostas formam um único organismo. É natural que algumas áreas sejam deficitárias, e muitas delas indispensáveis, pois numa organização sem fins lucrativos o objetivo não é gerar lucro, mas sim garantir direitos, inclusão e qualidade de vida às pessoas cegas e com baixa visão.

Neste contexto, 2025 revela um desempenho global positivo e uma ACAPO que continua a crescer com responsabilidade, rigor e alinhamento com a sua missão social.

Objetivo n.º 22: Assegurar o equilíbrio financeiro da ACAPO no desenvolvimento global do Plano de Ação

Tabela 46: Atividades programadas para o Objetivo n.º 23 (Assegurar o equilíbrio financeiro da ACAPO no desenvolvimento global do Plano de Ação)		
Ação	Estado de realização	Observações
Promover uma ação de formação para os administrativos e outros possíveis interessados	Por realizar	A ação de formação prevista para os administrativos e demais interessados não pôde ser

<p>nas Delegações, no âmbito da organização e tratamento da documentação financeira.</p>		<p>realizada devido à saída da coordenadora do Departamento Financeiro, cuja função era central na organização, planificação e dinamização destas iniciativas, inviabilizando assim a implementação da atividade no período previsto.</p>
<p>Realizar uma ação de capacitação dos Dirigentes, no âmbito dos processos contabilísticos e mapas contabilísticos da ACAPO</p>	<p>Por realizar</p>	<p>A ação de capacitação destinada aos Dirigentes, no âmbito dos processos e mapas contabilísticos da ACAPO, não foi realizada devido à saída da coordenadora do Departamento Financeiro, cuja intervenção era essencial na preparação dos conteúdos, definição da metodologia e acompanhamento técnico da formação, impossibilitando a sua concretização no período previsto.</p>

As atividades propostas voltaram a não ter o desenvolvimento desejado, mas mantém-se a sua relevância e o objetivo de as mesmas se realizarem já em 2026.

A tabela abaixo permite verificar o grau de execução do objetivo, através dos seguintes indicadores de avaliação:

- Grau de execução do Orçamento: Indicador, expresso em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, do total dos Gastos, e o correspondente valor previsto no orçamento aprovado;
- Resultados Operacionais – Indicador, expresso em valor, que representa o resultado da Instituição com as suas operações.

Tabela 47: Metas definidas para o Objetivo n.º 23 (Assegurar o equilíbrio financeiro da ACAPO no desenvolvimento global do Plano de Ação)		
Indicador	Meta definida	Valor alcançado
Evolução dos Resultados Operacionais da ACAPO	1 (513.692€)	392 999,16 €
Liquidez Geral	2	3,11pc (364 353,19€)
Grau de execução do orçamento na vertente dos Gastos	100% (4.903.841€) Abaixo de 100%	89,55pc (4 391 560,77€)
Grau de execução do orçamento na vertente das Receitas	100% (5.359.881€) Acima de 100%	88,73pc (4 755 913,96€)

Os indicadores definidos para o Objetivo n.º 23 permitem avaliar de forma sintética o desempenho financeiro global da ACAPO em 2025 e evidenciam a forma como a ACAPO conseguiu manter a estabilidade num contexto de maior pressão operacional. A evolução dos Resultados Operacionais revela um desempenho positivo, com um valor alcançado de 392.999,16 €, superior à meta definida, demonstrando a capacidade da ACAPO para ajustar a sua estrutura financeira e assegurar um resultado consolidado favorável, apesar da redução das receitas face ao orçamentado.

O indicador de Liquidez Geral, fixado como meta em 2, situou-se em 3,11, traduzindo uma posição de liquidez confortável e reveladora de uma boa capacidade de fazer face às obrigações correntes. Este resultado confirma a robustez financeira da instituição e a eficácia da gestão dos fluxos financeiros ao longo do exercício.

Já no que respeita ao grau de execução do orçamento, tanto na vertente dos gastos como das receitas, verificou-se uma execução abaixo dos 100%, o que era expectável face às variações registadas entre o orçamento aprovado e os valores efetivamente executados. Os gastos alcançaram 89,55% da dotação prevista, refletindo uma gestão prudente e ajustada às necessidades reais do exercício. Por sua vez, as receitas atingiram 88,73% do orçamento inicialmente definido, sendo este desvio explicado sobretudo pela não transferência do Apoio às Uniões e por uma captação de donativos inferior ao estimado.

No seu conjunto, estes indicadores demonstram que, apesar das diferenças entre o previsto e o realizado, a ACAPO conseguiu manter um desempenho financeiro equilibrado, com resultados operacionais positivos, níveis de liquidez superiores às metas estabelecidas e uma execução orçamental coerente com a realidade vivida ao longo do ano.

O exercício de 2025 confirma assim a capacidade da ACAPO para assegurar a sustentabilidade económica no desenvolvimento do seu Plano de Ação para 2026.

[\[Voltar ao índice\]](#)

15.2. Situação patrimonial

A gestão do património imobiliário da ACAPO continua a representar um eixo estratégico fundamental para a sustentabilidade financeira da ACAPO, não apenas pela valorização dos ativos, mas também pelo potencial de geração de receitas através do arrendamento e da otimização dos imóveis existentes. No entanto, durante o ano de 2025, não foi possível

avançar com as intervenções programadas no Plano de Ação, destinadas à reabilitação e rentabilização de determinados edifícios.

O contexto económico e organizacional do ano exigiu que a ACAPO orientasse recursos e capacidade operacional para áreas de intervenção mais urgentes, nomeadamente obras imprevistas noutras instalações essenciais ao funcionamento das respostas sociais.

A este fator somou-se o processo de substituição da consultora responsável pela área patrimonial, que implicou a reavaliação de procedimentos, a reorganização dos processos técnicos e a necessidade de redefinir prioridades.

Como resultado, as obras previstas para 2025, embora reconhecidamente importantes para reforçar a valorização e a rentabilidade dos imóveis, tiveram de ser adiadas, permanecendo como objetivos estratégicos a retomar nos próximos exercícios.

Algumas atividades programadas neste âmbito encontram-se descritas na tabela abaixo:

Tabela 48: Atividades programadas para o Subcapítulo n.º 15.2 (Situação Patrimonial)		
Ação	Estado de realização	Observações
Executar o projeto de obras de reabilitação de fundo do edifício da Rua Angelina Vidal, n.º 92 em Lisboa, com o objetivo de maximizar a sua rentabilização através do arrendamento.	Não realizada	A não realização da intervenção prevista ficou a dever-se ao surgimento de outras obras com carácter mais urgente e ao processo de substituição da consultora responsável pela área patrimonial, fatores que implicaram o adiamento das ações inicialmente programadas.

<p>Realizar obras no edifício da Rua D. João de Castro, n.º 23, Damaia no âmbito da conservação nas partes comuns, fachada e cobertura, bem como de manutenção / remodelação das frações devolutas, com o objetivo de as colocar novamente no mercado de arrendamento.</p>	<p>Não realizada</p>	<p>A não realização da intervenção prevista ficou a dever-se ao surgimento de outras obras com carácter mais urgente e ao processo de substituição da consultora responsável pela área patrimonial, fatores que implicaram o adiamento das ações inicialmente programadas.</p>
--	----------------------	--

Em 2025, a atividade da área do património da ACAPO concentrou-se na manutenção, conservação e reorganização da gestão dos ativos imobiliários, assegurando a preservação e valorização do património existente. Durante o ano foram realizadas obras de manutenção e conservação em dois imóveis na zona de Lisboa, garantindo condições estruturais adequadas e prevenindo a degradação dos espaços. Foi igualmente concluída a obra de reabilitação de um imóvel no Porto, que passou para arrendamento ativo, traduzindo-se num reforço direto das receitas provenientes do património.

Paralelamente, avançou-se com a preparação das obras de reabilitação e manutenção do prédio da Rua do Bonfim, também no Porto, cuja intervenção se revelou urgente face às necessidades estruturais identificadas no edifício utilizado pela Delegação. No domínio da gestão técnica do património, registou-se a rescisão contratual com a empresa PROCERCE, motivada pela insatisfação da ACAPO com a qualidade dos serviços prestados, tendo sido contratada a HUILD – Building Solutions, Lda, que formalizou contrato em abril de 2025,

assegurando assessoria contínua de natureza técnica, financeira e jurídica na área dos investimentos e intervenções imobiliárias.

A gestão corrente dos imóveis continuou a ser assegurada por duas imobiliárias, sediadas em Lisboa e no Porto, responsáveis pela gestão das rendas, elaboração de contratos e processos de colocação de imóveis no mercado. Do conjunto dos 25 imóveis arrendados pela ACAPO, dos quais 10 se encontram na zona sul (Lisboa, Amadora e Cascais) e 15 na área metropolitana do Porto, destaca-se em 2025 a colocação no mercado de três imóveis que permaneciam sem arrendamento ativo, contribuindo para o aumento da taxa de ocupação e para o reforço das receitas patrimoniais. Adicionalmente, e considerando que alguns imóveis apresentam dimensões e características que dificultam o arrendamento regular e individual, iniciou-se a avaliação de soluções alternativas, nomeadamente a possibilidade de arrendamento de curta duração. Esta matéria continuará a ser estudada, prevendo-se a sua análise e decisão ao longo de 2026.

Em síntese, embora não tenham sido executadas todas as ações estruturantes previstas no Plano de Ação — designadamente as intervenções de grande escala nos edifícios da Rua Angelina Vidal e da Rua D. João de Castro — a situação patrimonial da ACAPO permanece estável e alinhada com a estratégia de sustentabilidade definida para os próximos anos. A não concretização destas obras não compromete a integridade do património, mas reforça a necessidade de intensificar, em exercícios futuros, a capacidade de investimento nesta área.

A valorização do património continua a ser um vetor essencial para diversificar fontes de receita, reforçar a autonomia financeira e melhorar as condições dos ativos imobiliários da ACAPO. As ações desenvolvidas em 2025 testemunham um percurso contínuo de gestão responsável e estratégica, no qual o património desempenha um papel crucial para o equilíbrio e sustentabilidade global da ACAPO.

[\[Voltar ao índice\]](#)

16. Desenvolvimento e Melhoria

Em alinhamento com os anos precedentes, prosseguimos, em 2025, com a nossa aposta em metodologias estruturadas de planeamento, de monitorização e de avaliação da atividade desenvolvida orientadas para um desenvolvimento progressivo da nossa capacidade de prossecução de objetivos e de melhoria da capacidade de atuação.

Conforme temos referido em outras ocasiões, este é um eixo de atuação fortemente alicerçado num conjunto de dinâmicas que enformam o nosso Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), onde sobressai a imprescindível e profícua sinergia entre a dimensão técnico-operacional e a dimensão político-estratégica.

Cabe, a este propósito, notar que tomamos a decisão de adiarmos temporariamente a renovação da certificação pelo Referencial EQUASS e que, como é do conhecimento geral, pretendemos adotar como referencial de qualidade para o domínio da prestação de serviços às pessoas com deficiência visual abrangendo, por isso, a atividade dos CAARPD, dos CAVI e dos polos do DAEFP.

Importa notar que esse é um Referencial com um impacto bastante direto no quotidiano da Instituição e, sobretudo, nas formas de atuação dos técnicos no quadro das respostas que prestamos, ao mesmo tempo que requer um permanente e intenso esforço no sentido de garantir as competências técnicas e metodológicas adequadas. Entretanto, a significativa renovação das nossas equipas técnicas, justificando-se por inteiro, trouxe-nos precisamente esse desafio, motivo pelo qual reconhecemos a oportunidade de adiarmos por algum tempo a retoma desta certificação que, esperamos, possa vir a suceder já com um Referencial EQUASS renovado.

Ainda assim, queremos registar, nesta ocasião, o nosso comprometimento em manter e aprofundar todo um amplo conjunto de ganhos estruturantes e operacionais conseguido por via da adoção deste Referencial. Foi neste sentido que desencadeámos diversas ações, tanto na perspetiva de capacitação inicial dos novos colaboradores, como em termos de reforço e

consolidação de competências dos demais, ganho esse que pretendemos alavancar com a revisão do próprio referencial EQUASS, algo que é externo à ACAPO mas que, da nossa parte, também suscitará a necessidade de um envolvimento mais próximo.

Quanto à Norma ISO 9001:2015, queremos sublinhar a sua cada vez maior consolidação como um pilar estruturante das nossas metodologias e instrumentos de gestão operacional.

Evidência disso, é o facto de já não nos depararmos com quaisquer não conformidades ou áreas sensíveis, o que sucede pelo terceiro ano consecutivo. Tal significa que o nosso caminho a este nível deverá ser, cada vez mais, no sentido de incrementarmos a nossa capacitação para a otimização do SGQ numa perspetiva de gestão estratégica.

De resto, as 4 constatações registadas em sede de auditoria externa são bem evidência disso como, aliás, vem sendo também o nosso trabalho de progressivo realinhamento do SGQ.

Mas, se enfatizamos aqui a centralidade do SGQ, é porque queremos dar visibilidade ao seu carácter instrumental na mudança e na melhoria em torno dos desafios organizacionais e estratégicos com que nos deparamos.

Um exemplo bem ilustrativo daquilo a que acabamos de aludir, prende-se com um importante impulso que demos na nossa abordagem ao planeamento anual que, conforme se poderá constatar, está alicerçado numa matriz mais claramente orientada para a prossecução de objetivos estratégicos contrastando, a este nível, com propostas essencialmente operacionais que caracterizaram o planeamento dos últimos anos. De resto, este foi um desafio que se vinha tornando crescentemente afirmando por parte da Assembleia de Representantes e, diga-se, do Conselho Fiscal e de Jurisdição ao qual, indiscutivelmente, quisemos responder. E, naturalmente, é também com base nos feedbacks que vamos recebendo que nos propomos prosseguir na consolidação deste trabalho de afirmação desta nova abordagem ao planeamento e, futuramente, ao reporte da nossa atividade.

Se o exemplo que acabamos de dar se centra em particular na dimensão política e estratégica da vida associativa, não podemos deixar de notar como o SGQ nos permite explorar outros

desafios na gestão quotidiana da nossa atividade que, como facilmente se compreende, são essenciais na nossa afirmação junto da comunidade, dos nossos parceiros e, mais ainda junto das pessoas com deficiência visual, seja na sua condição de associadas, seja enquanto utentes dos nossos serviços.

Ilustramos essa dimensão com algumas breves notas sobre o desempenho do nosso Sistema de Tratamento de Reclamações e Sugestões destacando, designadamente, o seguinte:

- Foram registadas, durante o ano de 2025, um total de 34 reclamações, com origem maioritariamente nos utentes dos serviços, mas também nos associados, colaboradores e parceiros. Esta diversidade na origem das reclamações espelha uma expectativa positiva das partes interessadas relativamente à capacidade deste sistema para atender às suas insatisfações. Trata-se, pois, de um sinal positivo que importa reter numa perspetiva de melhoria, de cultura de participação e de auto implicação na superação de problemas e na busca de melhores soluções.
- Sensivelmente metade das reclamações foram consideradas procedentes, ou seja, foram encaminhadas no sentido de darem origem a mudanças de forma a prevenir a sua recorrência futura. Isso significa, não só que se encontra em consolidação uma cultura de implicação de todos em mecanismos de melhoria, como que esta implicação é profícua, na medida em que é reconhecida internamente a valia dos contributos recebidos por esta via.
- Foram registadas um total de 8 sugestões, 2 elogios e 1 agradecimento. Embora incomparavelmente mais baixos do que os números relativos às reclamações, consideramo-los como relevantes numa cultura como a nossa, dominada ainda pela menor mobilização dos cidadãos para comportamentos de reconhecimento.

Estes 2 exemplos juntam-se a um vasto conjunto de outras dinâmicas de recolha, tratamento e utilização de dados de suporte à organização quotidiana do trabalho da ACAPO, à realização de escolhas e à clarificação de questões com que nos deparamos. Muitas dessas dinâmicas alimentam, aliás, boa parte deste documento.

Consideramos, por isso, que estamos em plena fase de transição de um propósito essencialmente estruturante para um patamar onde poderemos ambicionar uma melhor utilização da informação de que dispomos, dando-lhe maior visibilidade e fazendo um cada vez maior recurso a ela para o desenvolvimento da ACAPO.

O desafio, agora, é o de que possamos prosseguir em 2026 com os nossos projetos de consolidação que, de resto, se encontram plasmados no Plano de Ação recentemente aprovado pela Assembleia de Representantes e que deverá ser suportado, assim o esperamos, num processo de consultoria capaz de maximizar as sinergias entre o saber já acumulado na Instituição, as características e necessidades próprias da ACAPO e uma visão externa técnica e metodologicamente robusta.

[\[Voltar ao índice\]](#)

V. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

17. Unidade de Equipamentos e Serviços Tiflotécnicos

Ao nível da atividade desenvolvida pela sociedade comercial U.E.S.T. (Unidade de Equipamentos e Serviços Tiflotécnicos), cumpre começar por salientar que o que encontraremos espelhado neste relatório diz respeito ao desempenho não da sociedade propriamente dita, mas antes da forma como a ACAPO, através da Direção Nacional, orientou estrategicamente a gestão da empresa. Não aprofundamos a exposição do relato operacional da U.E.S.T. neste relatório por duas ordens de razões: em primeiro lugar, porque este é um relatório de atividades da ACAPO, sendo a U.E.S.T. uma sociedade comercial detida pela Associação mas com uma entidade distinta. Por outro lado, porque a sua atuação num mercado que é tudo menos concorrencial, sendo profunda e intrinsecamente oligopolista, desaconselha a que sejam espelhados, num relatório que é público e amplamente distribuído, os aspetos operacionais do dia-a-dia da sociedade.

Estrategicamente, 2025 iniciou um processo de realinhamento da U.E.S.T., encarada definitivamente como a lei (Estatuto das IPSS) obriga a que seja: uma sociedade comercial que, sendo maioritariamente detida pela IPSS ACAPO, deve visar a prossecução dos fins estatutários da ACAPO. Por isso, reforçaram-se os laços de parceria com outras empresas do mercado, reforçou-se a presença dos diferentes produtos comerciais, mesmo que de outros vendedores, nas Delegações da ACAPO, a fim de aproximar cada vez mais os produtos e os serviços no domínio da tiflotecnologia das próprias pessoas com deficiência visual. Por outro lado, explorou-se a capacidade de responder a novos desafios, designadamente os que foram proporcionados pelo programa Acessibilidades 360, tendo contribuído também para a exploração, através deste programa, de um novo nicho de mercado, o dos eletrodomésticos e soluções integradas destes com serviços, por forma a disponibilizar em última instância soluções acessíveis, e acessibilizadas, que impactem positivamente a vida das pessoas.

Por outro lado, a U.E.S.T. reforçou também o trabalho de proximidade para um melhor suporte às equipas prescritoras de produtos de apoio, disponibilizando para testes produtos e soluções e adquirindo, sistematizando e difundindo conhecimento especializado em produtos para a cegueira e baixa visão.

Há ainda muito por fazer, sendo disso exemplo os aspetos críticos como o fortalecimento da relação direta com o cliente final, bem como outras áreas em que é imprescindível que a empresa retome o que já prestou, ou explore novas formas de prestar o que, no mercado, ainda não é prestado. Os desafios económicos, por um lado, e estruturais, por outro, de uma empresa com pouco capital social e com poucos meios, têm impedido outras mudanças que se julgam mais impactantes, mas que não foi, ainda, possível alcançar.

[\[Voltar ao índice\]](#)

18. Sociedade de Apostas Sociais

No ano de 2025, a nossa aposta na continuidade da participação da ACAPO no capital da SAS – Sociedade de Apostas Sociais, S. A. continuou a ser coroada de sucesso. Mantendo o lugar de vogal no Conselho de Administração, a ACAPO pode acompanhar com regularidade o dia-a-dia da atividade da sociedade, e pôde assim testemunhar um crescimento da sociedade, que reforçou – ainda que não à velocidade que todos desejaríamos – a sua quota de mercado, sobretudo no setor do casino online. A sociedade registou, uma vez mais, lucros, não tendo desta vez sido afetada por revezes operacionais dignos de nota, facto que é raro registar-se num ano de atividade de sociedades com este objeto. Como se sabe, o setor do jogo online é um setor profundamente exposto a algumas vulnerabilidades que lhe são próprias, mas a estratégia sólida delineada pela SAS tem conseguido prevenir, e até suportar melhor, os referidos riscos, o que representa um crescimento e maturidade acrescidos da sociedade.

À semelhança de relatos anteriores, referimos uma vez mais que, conforme a estratégia delineada pelos acionistas, ainda não será em 2026 que a ACAPO, detentora de 7,5% do capital da sociedade, poderá receber dividendos da sua participação societária. Contudo, e face aos últimos resultados, a previsão de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2030 é, cada vez mais, uma possibilidade real e não uma mera ambição estratégica.

Dado que a ACAPO detém apenas 7,5% do capital da sociedade, e tendo em conta que a reunião da Assembleia Geral da sociedade onde o ano de 2025 será apreciado está agendada para uma data posterior à de aprovação, pelos Senhores Representantes, do presente relatório, remetemos outros dados para os suportes de divulgação que a própria sociedade adota, não só porque não somos acionista maioritário como igualmente porque, dada a competitividade do mercado, é recomendado que neste relatório da ACAPO apenas espelhemos o resultado sumário da nossa aposta estratégica. Assim, a última nota deste ponto vai para o reforço do compromisso que, à semelhança de todos quantos representaram a ACAPO nos diversos órgãos sociais da SAS, mantivemos uma vez mais em 2025, revertendo para a ACAPO todo o proveito financeiro da referida participação.

[\[Voltar ao índice\]](#)

VI. Conclusão

O ano de 2025 constituiu, para a ACAPO, um momento de afirmação e de preparação para o ciclo estratégico que agora se inicia.

Enquanto primeiro ano de exercício de um novo mandato associativo, este foi um período em que a organização procurou simultaneamente consolidar o trabalho desenvolvido em anos anteriores e lançar as bases para novas formas de atuação, ajustadas aos desafios que se colocam à defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual e à promoção dos serviços orientados para a inclusão.

No domínio da representação de interesses, a ACAPO manteve uma presença ativa e vigilante junto das instituições públicas e de diversas entidades nacionais e internacionais.

Acompanhámos processos legislativos e administrativos relevantes, participámos em plataformas institucionais e promovemos iniciativas destinadas a reforçar a participação cívica das pessoas com deficiência visual. Este conjunto de ações confirma o reconhecimento da ACAPO enquanto interlocutor credível e relevante na promoção dos direitos desta comunidade.

Paralelamente, prosseguimos o desenvolvimento das respostas e serviços que constituem uma parte essencial da nossa missão. A consolidação das respostas de atendimento e acompanhamento social, o reforço das iniciativas no domínio da vida independente e a continuidade do trabalho desenvolvido nas áreas do emprego e da formação profissional demonstram o compromisso da ACAPO em conjugar a representação institucional com uma intervenção concreta na vida das pessoas.

Importa igualmente destacar o esforço realizado no plano organizacional. O reforço de equipas técnicas, a modernização de infraestruturas tecnológicas e a melhoria de processos de gestão representam passos importantes para garantir a sustentabilidade e a qualidade da intervenção da Associação.

Apesar dos progressos alcançados, não podemos deixar de reconhecer que os desafios que se colocam à ACAPO permanecem significativos. A evolução do contexto político e legislativo, a crescente complexidade das políticas públicas relacionadas com a deficiência e as expectativas crescentes das próprias pessoas com deficiência visual exigem uma capacidade permanente de adaptação, reflexão e inovação.

Ao mesmo tempo, a evolução da própria comunidade que representamos coloca-nos perante a necessidade de aprofundar os mecanismos de participação associativa, reforçar a proximidade com os nossos Associados e melhorar continuamente a forma como representamos os seus interesses.

Ainda assim, a experiência de 2025 permite afirmar que a ACAPO continua a desempenhar um papel central na promoção da cidadania das pessoas com deficiência visual em Portugal. A capacidade de conjugar representação institucional, prestação de serviços e participação associativa permanece o principal fator de força da nossa organização.

É com essa convicção que continuaremos a desenvolver o nosso trabalho nos próximos anos, procurando afirmar uma ACAPO cada vez mais próxima das pessoas que representa, mais influente nos espaços de decisão e mais eficaz na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Se 2025 preparou um ciclo que queremos de mudança, então esta é a hora de nos unirmos e sermos nós a comandar essa mudança. Por isso, com todos, por todos e para todos, contemos com a ACAPO, e façamos dela cada vez mais a nossa organização. Só assim continuaremos a justificar, todos os dias, a necessidade de sermos e de fazermos mais por todos nós. E, como sempre dizemos e fazemos, nada sobre nós sem nós!

[\[Voltar ao índice\]](#)

Lisboa, 13 de março de 2026

A Direção Nacional